



# Relatório e Contas 2011



Águas de Santo André, S.A.  
**Relatório e Contas 2011**

Mensagem do Presidente.....	5
A Empresa.....	8
Cadeia de Valor.....	9
Principais Indicadores.....	11
O Sistema da Águas de Santo André.....	12
Principais Acontecimentos.....	19
Abastecimento de Água.....	19
Água Industrial.....	22
Água Residual.....	31
Resíduos Industriais.....	37
Outros.....	38
Governo da Sociedade.....	41
1. Missão, Objetivos e Políticas.....	41
2. Regulamentos Internos e Externos.....	42
3. Informação sobre transações relevantes.....	42
4. Modelo de Governo.....	44
5. Remunerações e Outros Encargos.....	53
6. Análise de Sustentabilidade.....	54
7. Gestão do Capital Humano.....	55
8. I & D e Inovação.....	59
9. Código de Ética.....	60
10. Controlo de Risco.....	61
11. Prevenção de Conflitos de Interesse.....	63
12. Divulgação de Informação.....	64
13. Informação sintética sobre as iniciativas de publicidade institucional.....	65
14. Cumprimento das Instruções, despachos e legislação diversa.....	66
15. Avaliação sobre grau de cumprimento dos princípios do bom governo.....	67

16. Relatório dos Administradores Não Executivos.....	73
Atividade da Empresa.....	74
1. Introdução.....	74
2. Enquadramento macroeconómico.....	74
3. Enquadramento do Setor .....	76
4. Regulação.....	79
5. Análise Económica e Financeira .....	82
6. Atividade Operacional.....	85
7. Objetivos de Gestão .....	107
8. Perspetivas para o Futuro .....	107
9. Fatos Relevantes após o termo do Exercício.....	108
10. Sucursais da Sociedade.....	109
11. Considerações Finais.....	109
12. Proposta de Aplicação de Resultados.....	110
13. Anexo ao Relatório.....	110
Contas do Exercício de 2011 .....	112
Relatório e Parecer do Fiscal Único.....	153
Certificação Legal das Contas.....	156

## Mensagem do Presidente

Às Águas de Santo André, S.A. (AdSA) foi cometida, por Contrato de Concessão assinado com o Estado em 2001, a responsabilidade do Abastecimento de Água, do Tratamento dos Efluentes e da Recolha de Resíduos Sólidos das Indústrias da Zona Industrial de Sines (ZILS) e, parcialmente, dos Concelhos de Sines e de Santiago do Cacém, utilizando para o efeito as infraestruturas do Estado que transitaram para a AdSA.

No âmbito das suas atribuições a AdSA, durante o ano de 2011, continuou a assegurar o regular fornecimento de água industrial e o tratamento dos efluentes das indústrias da ZILS bem como o abastecimento de água potável aos consumidores da cidade de Vila Nova de Santo André e ao Município de Sines e ainda o tratamento dos efluentes de parte da cidade de Sines e a totalidade dos efluentes de Vila Nova de Santo André. A atividade de Resíduos Industriais teve um reinício em 2011, ainda que de forma pouco intensa.

Apesar do enquadramento negativo em que se encontra a economia nacional e internacional, mercê da entrada em funcionamento de um novo cliente e, em especial, da forte contenção de custos, foi possível obter um Resultado Líquido positivo de mais de 4 milhões de Euros que se traduz num dos melhores resultados da AdSA. Convém no entanto aqui referir, que uma parte significativa deste resultado (mais de dois milhões e meio de Euros), se deve a movimentos contabilísticos relacionados com o reconhecimento em resultados, dos rendimentos diferidos de resíduos, no valor de € 1.425.293,29 relativos a faturação emitida até dezembro de 2004, que contemplava o envio para destino final apropriado dos mesmos e a atividades pontuais desenvolvidas de acordo com as necessidades dos clientes Petrogal e Artlant.

Como acontecimentos importantes de 2011 são de assinalar os seguintes momentos:

1 – após a assinatura do contrato com a Artlant, em 2010, válido por 15 anos e que regula as relações da AdSA com esta nova empresa para o abastecimento de água industrial, recolha e tratamento de água residual industrial e rejeição de água salina, a fábrica teve o seu arranque experimental em finais de 2011, tendo estado em testes e a consumir água industrial desde meados do ano;

2 – a AdSA esteve a explorar durante os meses de setembro e outubro um sistema de pré-tratamento de água residual nas instalações da Petrogal. O pedido deveu-se à necessidade do cliente efetuar uma remodelação na sua Estação de Pré-Tratamento de Água Residual Industrial. A tecnologia utilizada foi por flotação por ar dissolvido precedida de uma desidratação mecânica de modo a pré-tratar o efluente da Refinaria de Sines sem comprometer os objetivos de qualidade de descarga no meio recetor.

Por forma garantir resposta ao cliente adotaram-se algumas medidas estratégicas nomeadamente, a realização de um plano de avaliação e gestão de riscos ambientais decorrentes da referida paragem no pré-tratamento da Refinaria; desenvolvimento de um programa de monitorização do ambiente marinho, junto e na envolvente do Emissário submarino, com o objetivo de avaliar o impacto ambiental da descarga das ETAR de Ribeira de Moinhos; realização de ações de sensibilização junto dos utilizadores do subsistema de Águas Residuais. Todas medidas decorreram de modo normal, não tendo havido variações significativas nos parâmetros de descarga para o meio recetor ao longo desta operação.

3 – a 1 de junho de 2011, a AdSA disponibilizou mais um serviço: o Tratamento de Resíduos Industriais, nomeadamente de confinamento em aterro de resíduos não perigosos (RNP) de origem industrial. A instalação situa-se no concelho de Santiago do Cacém, na Estrada da Maria da Moita, contíguo à Zona Industrial e Logística de Sines (ZILS), com uma área de, aproximadamente, 59 ha.

Para minimizar os impactes ambientais, a célula para receção de RNP foi projetada e construída com um sistema de impermeabilização que garante a total estanquidade das células, e com um sistema de drenagem que assegura a proteção dos solos e aquíferos existentes contra os lixiviados que se formam no processo.

O exercício da atividade está regularizado através do Alvará de Licença para a Realização de Operações de Gestão de Resíduos N.º 06/2011/CCDR-ALENTEJO, emitido nos termos do Decreto-Lei n.º 183/2009, de 10 de agosto, e da Licença Ambiental n.º 370/2010, emitida ao abrigo do Decreto-Lei n.º 173/2008, de 26 de agosto.

A experiência, a credibilidade e o conhecimento técnico específico reunidos neste projeto, assim como a sua integração num contexto de elevada industrialização ao nível do setor produtivo, potenciam esta instalação como destinatário preferencial para a confinção técnica de resíduos, constituindo uma mais-valia para as indústrias locais e para as populações servidas.

4 – relativamente a investimentos efetuados, é de salientar a Empreitada de Remodelação da Estação Elevatória da ZIP3 e construção da nova Estação Elevatória ZIP 3S. Com a instalação de novas unidades industriais e com a ampliação da capacidade produtiva de outras existentes (como é o caso da fábrica 3 da Refinaria de Sines), irá ocorrer um aumento de caudal produzido, pelo que foi entendido ser oportuna a realização de uma remodelação da estação elevatória existente. Por outro lado, e devido à necessidade de garantir a receção e o destino final dos caudais de águas salinas provenientes de novas unidades industriais a instalar a curto prazo na área de influência da anterior estação elevatória, foi prevista a construção de uma nova estação elevatória para este tipo de águas, a designada estação elevatória EE-ZIP3-S, com ela partilhando alguns espaços disponíveis, bacia de retenção/emergência e instalações elétricas de força motriz.

5 – outro dos investimentos realizado foi o Projeto de Execução do Emissário entre a ETAR de Santiago do Cacém e a ETAR de Ribeira de Moinhos. Por acordo entre a Câmara Municipal de Santiago do Cacém e a empresa Águas Públicas do Alentejo e a AdSA, pretende-se desviar os caudais afluentes à atual ETAR de Santiago do Cacém para a ETAR da Ribeira dos Moinhos, para aí serem tratados. Para tal é necessário construir um emissário de ligação entre as duas ETAR's. Está em curso, nesta data, a construção de um emissário entre a ETAR de Santiago do Cacém e a ETAR da Ribeira dos Moinhos, recolhendo como serviço de percurso, os lixiviados do Aterro Sanitário. Este é um projeto que deverá ter a sua conclusão durante primeiro semestre do ano 2012.

6 – Ainda no âmbito dos investimentos estão em curso as obras de Reforço do Abastecimento de Água à ZILS – FASE I - O projeto diz respeito à ligação entre o Reservatório de Monte Chãos (água industrial) e o novo Ponto de Entrega da Petrogal, na Zona Industrial e Logística de Sines (ZILS), a qual foi objeto de estudo no âmbito do "Estudo de Reforço do Sistema de Abastecimento de Água Industrial da Zona Industrial e Logística de Sines – Relatório Final", elaborado pela Direção de Engenharia da AdP Serviços Ambientais, S.A., em setembro de 2010. Os objetivos propostos são:

- abastecer a refinaria da PETROGAL em fase de arranque e, em fases subsequentes, reforçando a capacidade de transporte até à refinaria, satisfazendo o consumo em fase de cruzeiro;
- aumentar a capacidade de fornecimento de água industrial ao anel da ZILS, onde se integra a Artlant e outras indústrias já instaladas e/ou previstas.

7 – Em fase de conclusão está a remodelação dos Bairros da Várzea e Petrogal. As redes de abastecimento de água dos bairros referidos foram construídos há cerca de 30 anos, por isso as obras realizadas tiveram como objetivo a remodelação das redes de abastecimento de água, substituindo o fibrocimento por tubagem ecologicamente adequada, com diâmetros capazes de permitir a instalação de uma rede de incêndios até agora quase inexistente e com condições de exploração técnica e economicamente favoráveis e, ao implicar uma profunda intervenção nos arruamentos, proceder à sua à requalificação, disciplinando as bermas através da definição de passeios transitáveis e reconstruindo a faixa de rodagem. Neste momento ambos os bairros já estão a ser abastecidos pelas novas condutas.

8 – Ainda em 2011 arrancou a reparação do Emissário submarino da ETAR de Ribeira de Moinhos. Esta empreitada tem por objeto a reparação do emissário submarino de Sines numa extensão aproximadamente de 120 m, nomeadamente: construção de *by-pass* provisório ao emissário atual; desmontagem e posterior substituição das válvulas, tubagens e acessórios existentes dentro da caixa de válvulas; limpeza de troço a reparar e revestimento interior do emissário num troço de 120 m. Esta obra encontra-se suspensa desde maio de 2011, derivado da intervenção na Petrogal, devendo ser retomada em abril de 2012, logo que as condições climáticas o permitam.

## Perspetivas para 2012

Relativamente a 2012, há que seguir atentamente a evolução do setor, procurando estabelecer contratos firmes com os atuais e futuros clientes, procurando minimizar o risco de efetuar investimentos não produtivos, mas sem deixar de apresentar permanente disponibilidade para essas potenciais prestações de serviço.

Assim, 2012 será um ano marcado pela continuação de alguns investimentos iniciados em 2011.

Relativamente aos resíduos industriais armazenados no Aterro de Santo André, o designado passivo ambiental, foram dados passos significativos para a sua resolução, com o lançamento de um novo concurso público para a retirada das lamas e a submissão de uma candidatura ao QREN – POVT e outra ao FIA – Fundo de Intervenção Ambiental, num valor global de 11.5 milhões de euros. As candidaturas foram aprovadas e o Contrato com a entidade que ganhou o concurso foi assinado no final de novembro de 2011. A prestação de serviços de retirada das lamas perigosas teve início no mês de fevereiro de 2012.

Em 2012 esperamos que surja uma clarificação do posicionamento institucional da AdSA, do foco na sua vocação para uma empresa de serviços ambientais para a região, assumindo definitivamente a vocação para os fins para estiveram na base da sua criação.

Em síntese, o ano de 2011 foi caracterizado por um conjunto de factos relevantes e por um dinamismo da atividade da Empresa que só foi possível através do empenho dos seus colaboradores e da confiança e apoio demonstrado pelos Acionistas bem como da colaboração do Revisor Oficial de Contas que o Conselho de Administração entende dever realçar e que foram determinantes para os resultados alcançados.

Joaquim Marques Ferreira

Presidente do Conselho de Administração

## A Empresa

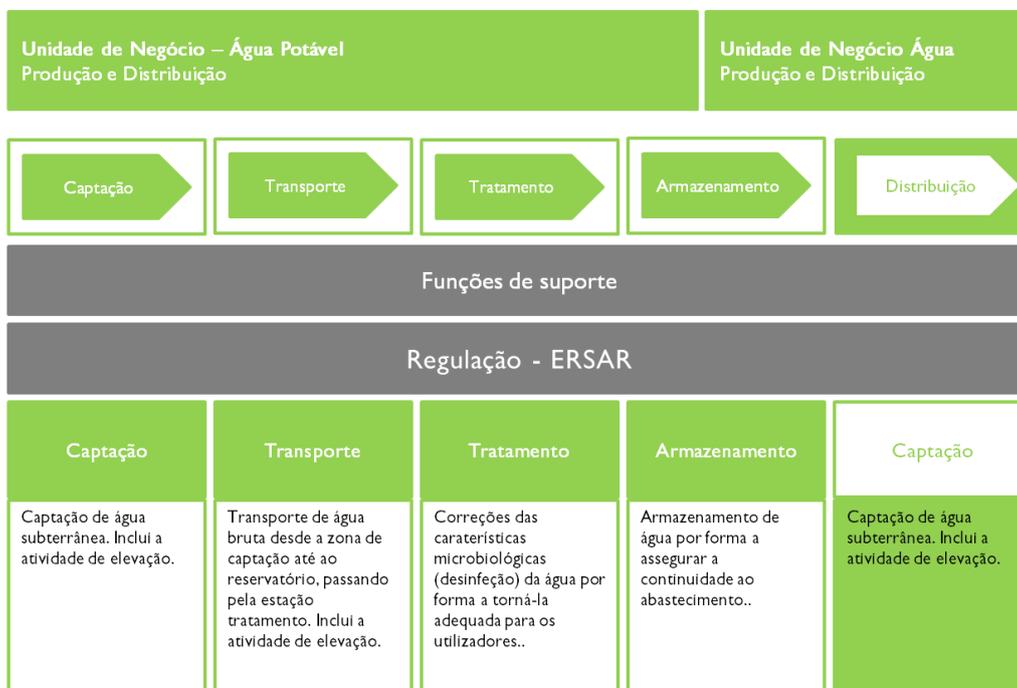
A Águas de Santo André, S.A. (AdSA), é uma sociedade de capitais públicos, criada pelo Decreto-Lei n.º 171/2001, de 25 de maio, a quem foi atribuída a concessão de gestão e exploração do sistema de captação, tratamento e distribuição de água, de recolha, tratamento e rejeição de efluentes e de recolha, tratamento e destino final de resíduos sólidos de Santo André.

Esta empresa foi constituída por um capital social de € 500.000,00, sendo atualmente de € 1.000.000,00 integralmente realizado e detido a 100% por Águas de Portugal, SGPG, S.A.

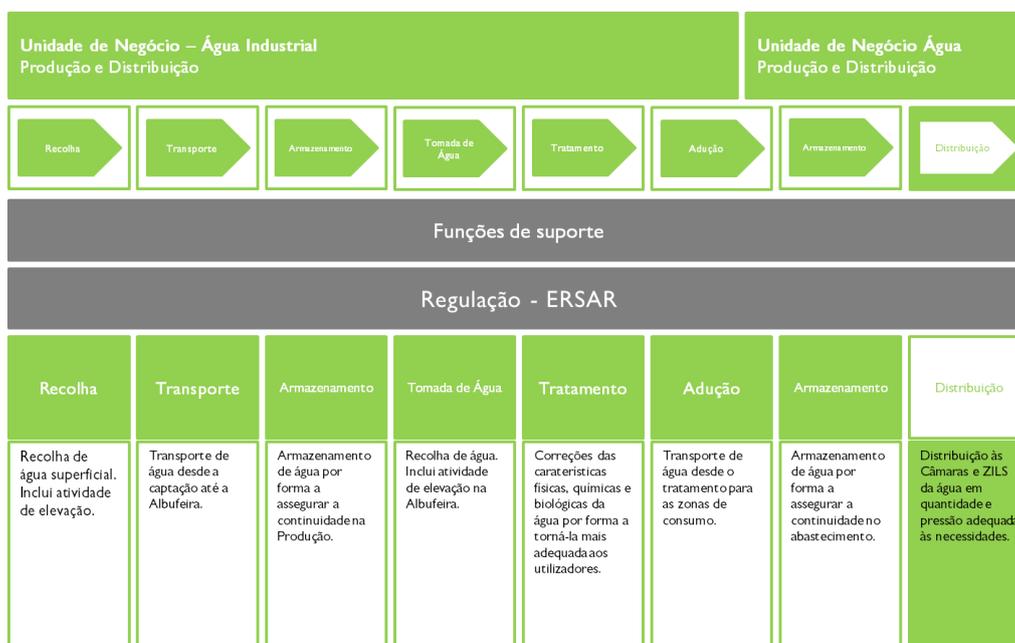
O Contrato de Concessão foi assinado em 27 de dezembro de 2001, em regime de concessão exclusiva por 30 anos, para a exploração e gestão do Sistema de abastecimento de água, de saneamento e de resíduos sólidos de Santo André, que serve a Zona Industrial e Logística de Sines (ZILS), a zona urbana de Vila Nova de Santo André e, parcialmente, os municípios de Sines e Santiago do Cacém.

# Cadeia de Valor

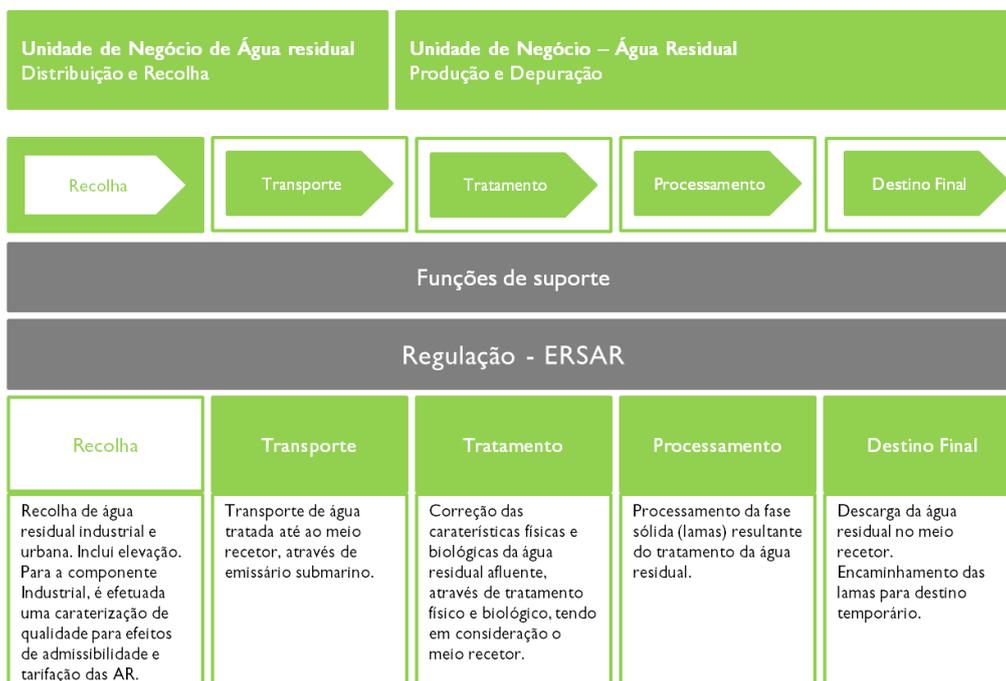
## Operação – Água Potável



## Operação – Água Industrial



## Operação – Água Residual



## Operação – Resíduos Industriais



## Principais Indicadores

	2009	2010	2011
Capital Social (€)	500.000	1.000.000	1.000.000
Capital Próprio (€)	453.422	2.453.750	7.050.268
Ativo Líquido Total (€)	70.608.859	78.618.625	81.181.712
Investimento (€)	1.558.375	2.813.091	7.416.551
Vendas e Serviços Prestados (€)	8.433.362	9.834.493	12.421.855
Resultados Operacionais (€)	-339.247	2.024.700	6.229.969
Resultados Financeiros (€)	143.829	59.300	211.877
EBIT + Amortizações + Provisões (EBITDA) (€)	4.499.417	6.857.404	13.574.765
Resultados Antes Impostos (€)	-195.417	2.084.000	6.441.846
Resultado Líquido do Exercício (€)	-243.139	1.500.328	4.698.183
Números de Colaboradores em 31 de dezembro	63	72	71
Número de Clientes	5.545	5.556	5.610
Número de Municípios Abastecidos *	2	2	2
População Residente na Área Abastecida	28.650	28.650	28.650
Água Total Fornecida (m <sup>3</sup> )	12.356.983	13.000.242	12.974.599
Água Total Captada (m <sup>3</sup> )	8.918.831	23.517.939	2.979.942
Águas Residuais Tratadas Total Tratado (m <sup>3</sup> )	5.454.434	6.464.883	6.018.353
Capacidade Diária de Tratamento Água Industrial (m <sup>3</sup> )	130.000*	130.000*	130.000*
Capacidade Diária de Tratamento Água Potável (m <sup>3</sup> )	20.000	20.000	20.000
Capacidade Diária de Tratamento de Efluentes (m <sup>3</sup> )	43.000	43.000	43.000
Resíduos Não Perigosos Confinados (ton.)	-	-	1.372

A diminuição da capacidade diária de tratamento de Água industrial deveu-se ao facto de parte dos filtros rápidos se encontrarem desativados.

# O Sistema da Águas de Santo André

O sistema de Santo André abrange três vertentes: Abastecimento de Água, Água Residual e Resíduos Industriais.

Este Sistema serve a Zona Industrial e Logística de Sines (ZILS) e ainda, parcialmente, os Municípios de Santiago do Cacém (Cidade Nova de Santo André e Costa de Santo André) e Sines (Cidade de Sines e Porto Côvo).

## Água de Abastecimento

### Distribuição

#### Rede de Água Potável

A distribuição de água potável abrange duas Zonas de Abastecimento: a Zona de Santo André e a Zona Industrial e Logística de Sines.

A distribuição em Santo André é efetuada a partir do Reservatório, situado na sede da Empresa, do qual a água é bombeada diretamente para a rede. Na Zona Industrial e Logística de Sines (ZILS) a distribuição é feita a partir dos reservatórios situados em Monte Chãos, por gravidade.

Água Potável	
Rede de Distribuição (km)	81
Caudal Médio Diário Distribuído (m <sup>3</sup> /dia)	5.500
Estações Elevatórias	1
População Servida (habitantes)	15.000

#### Rede de Água Industrial

Esta rede destina-se a distribuir água industrial às indústrias da ZILS, sendo efetuada por gravidade a partir de um reservatório situado em Monte Chãos, utilizando uma rede de distribuição própria e independente da de água potável, embora com traçados paralelos.

Água Potável	
Rede de Distribuição (km)	17
Caudal Médio Diário Distribuído (m <sup>3</sup> /dia)	26.500
Indústrias Servidas (habitantes equivalente)	176.000



## Abastecimento

### Sistema de Santo André

A Captação é feita a norte de Vila Nova de Santo André, no designado Sistema Aquífero de Sines. Este Sistema compreende um conjunto de seis captações subterrâneas ativas. A água captada é bombeada por estações elevatórias para um reservatório em Santo André e outro em Monte Chãos.

Sistema de Santo André	
Captações	6
Estação de Tratamento de Água	4
Adutoras (km)	24
Estações Elevatórias	3
Capacidade de Produção (m <sup>3</sup> /dia)	20.000
População Servida (habitantes)	27.000

## Sistema de Morgavel

Este sistema compreende a captação no Rio Sado, em Ermidas, seguido de uma adução com cerca de 40km até à Albufeira de Morgavel sendo água posteriormente transportada até ao reservatório em Monte Chãos (50.000 m<sup>3</sup>).

Sistema de Morgavel	
Captações	1
Estações de Tratamento de Água	1
Adução em conduta, canal e túnel (km)	39
Capacidade de Produção (m <sup>3</sup> /dia)	130.000



## Águas Residuais

O Sistema de Saneamento de Água Residual de Santo André, compreende a Recolha, Transporte e Tratamento de Água Residual Industrial proveniente da Zona Industrial e Logística de Sines e da Água Residual Urbana provenientes das Cidades de Santo André e Sines.

As Águas Residuais são tratadas na Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) da Ribeira de Moinhos, sendo depois descarregadas no mar, através de um emissário submarino com 2400 m de comprimento e a 40 m de profundidade.

Água Residual	
Rede de Coletores (km)	40
Estações Elevatórias (EE)	11
Estação para Injeção de Oxigénio	1
Bacias de Retenção	2
Estação de Tratamento de Águas Residuais	1
Emissário Submarino	1
Capacidade de Tratamento (m <sup>3</sup> /dia)	43.000
Volume Diário Tratado (m <sup>3</sup> /Dia)	12.500
Carga Média Removida (ton CQO/ano)	1.100
População Servida (equivalente)	48.000



## Resíduos Industriais

Na vertente de Resíduos Industriais, a AdSA tem por atribuição receber os resíduos Industriais provenientes das indústrias situadas na Zona Industrial e Logística de Sines (ZILS) e ainda da Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) de Ribeira de Moinhos e da Estação de Tratamento de Água (ETA) de Morgavel.

O Aterro de Resíduos Industriais, com uma extensão total de 59 ha, contempla quatro Zonas distintas de resíduos, uma zona de infraestruturas de apoio ao funcionamento do aterro e uma rede piezométrica, constituída por 11 piezómetros, para monitorização da qualidade das águas subterrâneas.

### Zona de Deposição de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU)

A zona destinada à deposição de RSU, cuja área de projeto é de 27.200 m<sup>2</sup>, entrou em funcionamento em 1977, com a finalidade de servir os concelhos de Santiago do Cacém e Sines, tendo sido encerrado, em abril de 2000, após a entrada em funcionamento do Aterro Sanitário do Sistema de Resíduos Sólidos do Litoral Alentejano, Aljustrel e Ferreira do Alentejo.

A AdSA, em 2011, procedeu à selagem e requalificação ambiental das Células de RSU.

### Zona de Deposição de Resíduos Sólidos Industriais (RSI)

A zona destinada à deposição de RSI, constituída por 2 alvéolos e com uma área total de deposição de 14.450 m<sup>2</sup>, iniciou a sua utilização em 1994, tendo sido encerrada em 2008.

A AdSA, em 2011, procedeu à selagem e requalificação ambiental das Células de RSI.

#### Zona de Deposição Temporária de Lamas Oleosas

Com o objetivo de armazenar temporariamente as lamas oleosas provenientes da ETAR de Ribeira dos Moinhos e das empresas situadas na ZILS, foram construídas 12 bacias, cujo funcionamento iniciou em 1982 e terminou em 2008.

A AdSA, em 2011, procedeu à adjudicação do Concurso Público com Publicidade Internacional no Âmbito da União Europeia "Prestação de Serviços para Retirada das Lamas Confinadas no Aterro de Santo André", tendo-se iniciado a referida prestação em fevereiro de 2012.

#### Zona de Deposição de Resíduos Não Perigosos (RNP)

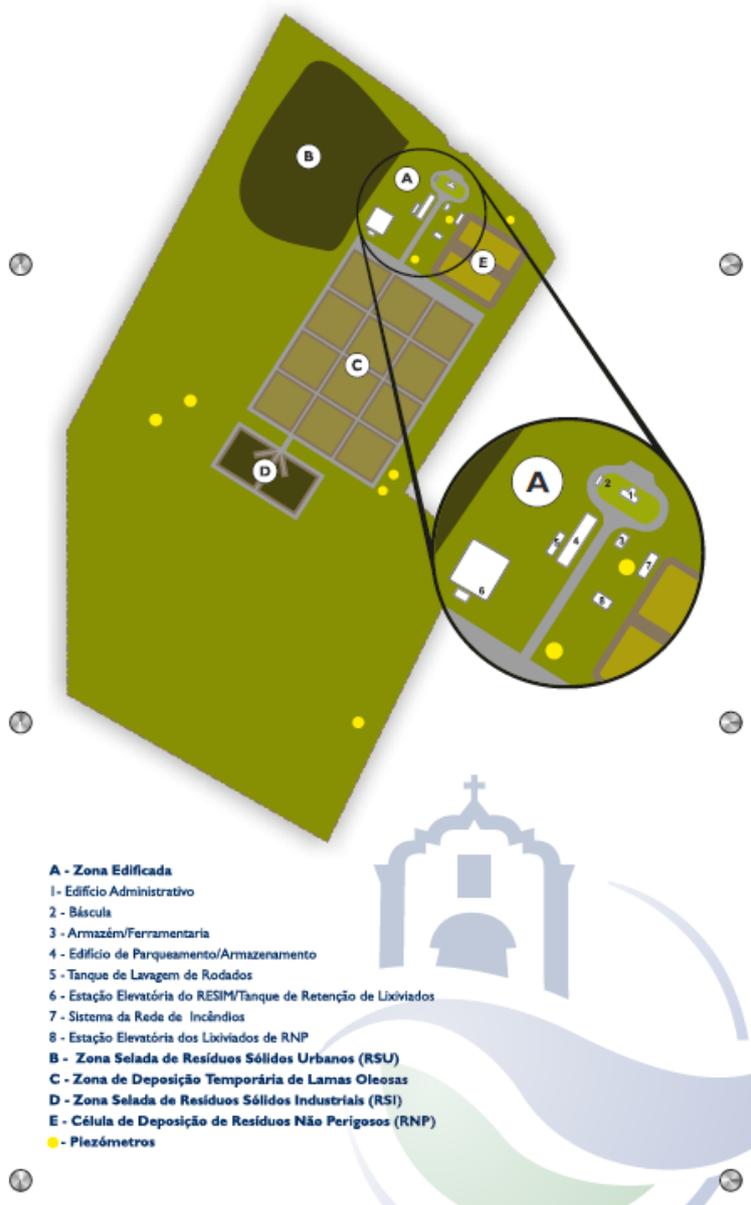
A AdSA, em 2010, procedeu à construção de uma célula para receção de Resíduos Não Perigosos (RNP). Esta célula, constituída por dois alvéolos, tem como características técnicas principais:

- Capacidade anual para receção de RIB: 6.500 toneladas;
- Vida Útil Espectável: 16 a 23 anos (dependente dos quantitativos de resíduos a receber).

Tendo recebido o seu Alvará de Licença para a Realização de Operações de Gestão de Resíduos em maio de 2011, a AdSA retomou a atividade de receção de RNP em setembro de 2011.

**RESIM**  
Gestão de Resíduos Industriais  
de Santo André

**ÁGUAS DE  
SANTO ANDRÉ**  
Grupo Águas de Portugal



# Principais Acontecimentos

## Abastecimento de Água

### ➤ Licenciamento das Captações Subterrâneas

A AdSA elaborou em março de 2006 um processo de pedido de atribuição do título de concessão para exploração das captações de água subterrânea de Santo André, constituído conforme estabelecido no Decreto-Lei 46/94 de 22 de fevereiro.

Na reunião de 29 de novembro de 2010 com a ARH-Alentejo, foram solicitadas, novamente, informações complementares, nomeadamente sobre a titularidade dos prédios onde se localizam as captações, tendo sido enviados na carta de Nossa referência nº 002/11-DOP-AA de 03.01.2011, os elementos na posse da AdSA :

- Contrato-promessa de Porto Peixe (a única captação localizada em terrenos privados);
- Decreto-Lei n.º 116/89, de 14 de abril, que transfere os ativos patrimoniais do G.A.S. para o Estado Português, designadamente a propriedade dos prédios rústicos e urbanos sitos na zona de atuação direta do G.A.S.;
- Mapa com as áreas afetas às várias entidades substitutas do G.A.S., e localização das captações da AdSA;
- Contrato de Concessão entre o Estado Português e a AdSA – dezembro 2001

Em setembro de 2011 a AdSA solicitou novamente à ARH-Alentejo, informação sobre o ponto de situação deste dossier, uma vez que considera que os documentos já entregues respondem ao solicitado, pelo que aguarda resposta por parte da entidade licenciadora.

### ➤ Projetos

O AWARE - Advanced Water Asset Rehabilitation é um projeto de investigação cujo objetivo é o desenvolvimento de uma ferramenta informática de apoio à decisão na área da reabilitação de Infraestruturas, bem como um conjunto de manuais técnicos de boa prática e materiais de e-learning. Este projeto é financiado pelo European Economic Area (EEA) Financial Mechanism, pela ERSAR (Entidade Reguladora de Águas e Resíduos) e por 4 end-users - AdP, SMAS de Oeiras e Amadora, VEOLIA e AGS.

A equipa de I&D é constituída pelo LNEC, IST, ERSAR, YDreams, e, pelo SINTEF (Noruega) e conta ainda com vários observadores e colaboradores a nível internacional. Além de patrocinarem o desenvolvimento do projeto, a AdP Serviços, a Sanest e a Águas de Santo André, enquanto futuros utilizadores finais, participam como consultores no desenvolvimento e teste do *software*, manuais e outros materiais resultantes.

O desenvolvimento de um *software* de nível profissional, com o apoio da YDreams, visa a criação de uma ferramenta de diagnóstico e apoio ao planeamento, que parte da avaliação em 3 áreas distintas mas interligadas – desempenho, custo e risco – para uma tomada de decisão que permita planear aos níveis estratégico, tático e operacional. Caso haja dados que o permitam, para o caso em estudo, o *software* pode beneficiar do recurso à modelação hidráulica e de qualidade da água, à análise de risco e ao apoio à decisão multicritério. O desenvolvimento apoia-se numa criteriosa análise da qualidade e variedade dos dados disponíveis às entidades gestoras, e o sistema permitirá a obtenção de resultados em função dos dados existentes em cada caso.

A AdSA integra o projeto com um caso de estudo, nomeadamente, o “ESTUDO DE REFORÇO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA INDUSTRIAL DA ZONA INDUSTRIAL E LOGÍSTICA DE SINES”, que tem como premissa a necessidade de reformulação da rede de distribuição de água industrial da ZONA INDUSTRIAL E LOGÍSTICA DE SINES (ZILS) devido ao seu expectável crescimento a curto e médio prazo.

### ➤ Sistema de Fornecimento de Água ao Parque Central

Os lagos do Parque Central, em Vila Nova de Santo André, eram abastecidos pela rede de distribuição de água potável da cidade. À rede de água potável estavam ainda ligados os vários bebedouros, os edifícios existentes no parque e o sistema de rega, cujas bocas de rega também serviam como marcos de incêndio. Os lagos e o sistema de rega apresentavam perdas significativas de água que conduziam a um consumo excessivo de água potável.

De forma a minimizar os elevados custos ecológicos e económicos que estavam associados ao fornecimento de água Parque Central, em julho de 2011 tiveram início os trabalhos da empreitada “Sistema de Fornecimento de Água ao Parque Central”, com o valor global de € 26.302,35. Esta empreitada está enquadrada no Programa Integrado de Qualificação Urbana de Vila Nova de Santo André, aprovada pelo instrumento de política ‘Parcerias para a Regeneração Urbana’ da nova Política de Cidades POLIS XXI e cofinanciada pela FEDER.

O objetivo da empreitada é a implementação de um sistema de abastecimento de água bruta, não clorada, aos lagos e ao sistema de rega, sendo a rede de distribuição de água potável destinada somente ao consumo humano, através dos bebedouros e do abastecimento aos edifícios existentes no parque.



### ➤ Requalificação dos Arruamentos e Remodelação das Redes de Abastecimento de Água dos Bairros da Petrogal e da Várzea, em Vila Nova de Santo André

Os bairros da Petrogal e da Várzea têm atualmente cerca de 450 habitantes e apresentam uma morfologia urbana semelhante, de quarteirão fechado. Aquando a sua construção, os bairros foram dotados de arruamento para circulação de veículos, mas sem espaço delimitado para circulação pedonal. A rede de abastecimento de água, construída há cerca de 30 anos, atravessava diametralmente os lotes, obrigando a que as intervenções, cada vez mais frequentes, fossem executadas no interior dos logradouros das propriedades.

Integrada no Programa Integrado de Qualificação Urbana de Vila Nova de Santo André, aprovada pelo instrumento de política 'Parcerias para a Regeneração Urbana' da nova Política de Cidades POLIS XXI e cofinanciada pela FEDER, em abril de 2011, teve início a empreitada de "Requalificação dos Arruamentos e Remodelação das Redes de Abastecimento de Água aos Bairros da Petrogal e da Várzea, em Vila Nova de Santo André", com o valor global de € 419.358,55.

A empreitada teve como objetivo a construção de uma nova rede de abastecimento de água, adequada à instalação de dispositivos de combate a incêndios, com um traçado localizado fora dos logradouros das propriedades existentes nos bairros da Petrogal e da Várzea. A intervenção contemplou também a repavimentação dos arruamentos, inclusão de passeios laterais para circulação pedonal. Com a realização desta empreitada pretende-se contribuir para a qualificação e desenvolvimento urbano da cidade, atuando sobre carências e problemas detetados no âmbito da área de negócios da Águas de Santo André, S.A..



### ➤ **Abastecimento de água potável à ZILS 2 – Ligação à rede da aicep Global Parques**

A aicep Global Parques Global Parques instalou a tubagem de água potável necessária ao funcionamento das novas indústrias na ZILS 2 – ZILS Norte. No entanto, esta tubagem não estava ligada à rede existente de água potável.

Entre maio e junho de 2011, esteve em curso a empreitada de “Abastecimento de água potável à ZILS 2 – Ligação à rede da aicep Global Parques”, adjudicada pelo valor global de € 53.136,90.

A empreitada teve como objetivo executar a ligação referida próximo da usualmente designada por “Caixa da Repsol”. A Norte, a nova conduta foi ligada à tubagem em aço que está suspensa na ponte da ER 261-5 e cruza a esteira da Repsol. A conduta desenvolve-se ao longo de aproximadamente 450 m e, na outra extremidade, foi ligada à conduta de água potável instalada pela aicep Global Parques.



Tubagem de água potável existente



## Água Industrial

Estando previsto o aumento significativo dos volumes de água industrial a fornecer aos diversos clientes houve, durante o ano de 2011, um forte investimento nesta área.

Foram assim realizadas diversas atividades/intervenções, todas com um objetivo comum – zero falhas de abastecimento não programadas.

Para isso foi necessário articular muitos dos trabalhos com os vários clientes, informando-os dos vários cortes, os quais foram sempre realizados dentro do prazo definido para o efeito. Este sucesso deveu-se ao bom planeamento das atividades a realizar pelos vários empreiteiros, subempreiteiros, fornecedores e estrutura interna da AdSA (DIN-EN, DIN-MA, DOP-AA e DAF-COM).

### ➤ **Conduta Provisória para Abastecimento à Refinaria da Petrogal**

A refinaria da Petrogal, na ZILS, está a aumentar a sua capacidade de produção, pelo que solicitou à Águas de Santo André, S.A. um reforço do fornecimento de água industrial para caudais condicentes com o aumento

de produção previsto. Este reforço significa uma quase duplicação dos caudais atualmente fornecidos à empresa. No entanto as infraestruturas existentes na AdSA não possuíam capacidade suficiente para fornecer os caudais requeridos, pelo que se tornou necessário encontrar soluções que permitissem, no curto prazo disponível para o arranque da laboração das novas instalações, providenciar o fornecimento dos caudais requeridos e, entretanto, contratados entre as duas entidades.

Esta situação deu origem a duas atividades paralelas – conclusão do projeto para reforço do abastecimento de água à Refinaria, bem como à Artlant e, enquanto isso, desenvolvimento de uma solução com vista ao abastecimento da Refinaria a partir da conduta de PRV DN800 existente mas através de um novo ponto de entrega, ainda a construir.

Para desenvolvimento deste trabalho num espaço temporal tão reduzido (cerca de 2 meses) a AdSA teve que desenvolver uma solução expedita e subdividir os trabalhos por naturezas. Assim, foram realizadas três empreitadas – construção civil, tubagens e acessórios.

No seu conjunto o investimento associado a esta obra foi de cerca € 220.000,00.

### ➤ **Conduta Provisória para Abastecimento à Refinaria da Petrogal – Execução da Caixa de Derivação e Caixa de Entrega**

Esta empreitada consistiu na execução da caixa de derivação da conduta existente em PRV DN800 para o novo ponto de entrega à Refinaria. A referida caixa foi realizada implementando a solução preconizada no projeto, que se encontrava já a ser ultimado pela Direção de Engenharia da AdP, pelo que aquando da execução da obra principal, a mesma foi perfeitamente integrada.

Desta empreitada fez ainda parte a execução da caixa de entrega à Refinaria.



### ➤ **Conduta Provisória para Abastecimento à Refinaria da Petrogal – Execução de conduta PEAD DN 560 PN10**

Esta empreitada consistiu na instalação de tubagem PEAD DN 560 PN10 entre as caixas anteriormente referidas. Por forma a facilitar o atravessamento da via rápida e futura autoestrada, foi utilizada a esteira existente nesse local. A tubagem foi assim instalada à superfície, com uma proteção mecânica simples, visto tratar-se de uma obra de caráter provisório.



➤ **Conduta Provisória para Abastecimento à Refinaria da Petrogal – Execução das caixas de acessórios e ponto de medição de caudal**

Esta empreitada consistiu na montagem de todos válvulas e acessórios no interior da caixa de derivação e ponto de entrega.

Para além disso a AdSA contou com o apoio da AgdA no empréstimo de um caudalímetro eletromagnético DN 400 e da Refinaria no fornecimento de energia elétrica para alimentação.



Foi assim atingido o objetivo de abastecer a Refinaria através do novo ponto de entrega, mesmo quando o processo de contratação da empreitada de “Reforço de Abastecimento de Água à ZILS – Fase I” ainda estava a decorrer.

➤ **Obras de Reforço do Abastecimento de Água Industrial à ZILS – Fase I**

Como referido esta empreitada surge do aumento de caudais por parte da Petrogal, bem como da existência de um novo cliente – a Artlant.

A solução concebida contempla, uma atuação em duas fases, condicionadas principalmente pelas várias solicitações a que o sistema de abastecimento de água industrial às grandes indústrias existentes, em expansão, e em instalação na ZILS irá estar sujeito, no curto e médio prazos, e a execução das necessárias obras de reforço.

Assim, durante a fase de arranque da Petrogal, a capacidade da adução da tubagem DN800/500 existentes, é ainda suficiente para poder satisfazer a solicitação desta fase.

Após essa fase e com o arranque da Artlant essa capacidade de transporte poderá ser comprometida, pelo menos no que concerne a pressões de serviço para os caudais de ponta.

Haverá então que garantir que o fornecimento de água industrial à ZILS venha a ser efetuado com recurso a novas condutas de dimensão suficiente e adequada, que reforcem as existentes. Estas condutas serão instaladas a partir do reservatório de Monte Chãos, origem do sistema.

A empreitada que aqui se apresenta corresponde à primeira fase das obras que liga o Reservatório de Monte Chãos ao novo Ponto de Entrega da Petrogal e que corresponde á execução de um nova conduta em FFD DNI000. A segunda fase destas obras terá início junto ao Ponto de Entrega da Petrogal e ligará com uma nova conduta, este local, à rede de distribuição da ZILS, zona Norte, nas imediações da Artlant.

A obra encontra-se praticamente concluída, sendo que desde de outubro que a Petrogal se encontra a ser abastecida por meio das novas condutas.

O valor da empreitada é de € 1.776.598,14.

### ➤ **Obras de Reforço do Abastecimento de Água Industrial à ZILS – Fase I- Conduta de By-pass ao Reservatório de Monte Chãos**

A presente empreitada diz respeito ao *by-pass* ao Reservatório de Monte Chãos, entre a “Casa de Águas” e a nova câmara de válvulas de Monte Chãos, à data, em construção.

O objetivo da obra foi o de possibilitar a realização das ligações da nova conduta, (em construção à data) à saída existente do reservatório.

No entanto, e tendo em conta os diâmetros em questão, e a falta de órgãos de manobra na conduta existente, só o tempo necessário para realização de manobras era de 26 horas, mais o período da intervenção daria 45 horas. Ora, como o período máximo de interrupção de abastecimento à indústria é de 24 horas, foi necessário criar uma alternativa, que permitisse abastecer enquanto se realizava a ligação da nova conduta ao reservatório.

Assim, e tirando partido da configuração do sistema e da existência da Casa das Águas, camara de perda de carga existente a montante do reservatório de Monte Chãos e que funciona também como descarga de superfície do reservatório de Monte Chãos, foi possível executar uma nova conduta em PEAD DN800 PN10, em redor do reservatório e que ligou à nova conduta de FFD DNI000. Desta forma foi possível assegurar o abastecimento à indústria sem necessidade de utilizar a saída do reservatório.

A obra foi adjudicada pelo valor de € 376.526,74.



### ➤ Edifício dos Caudalímetros para Abastecimento de Água à Artlant

O objetivo desta empreitada foi dotar a Águas de Santo André, S.A. de instalações para albergar os equipamentos necessários à medição dos caudais a fornecer à instalação da Artlant na ZILS.

Para o efeito foi realizado um edifício para instalação dos equipamentos e respetivos Quadros Elétricos, tendo ainda sido realizadas as ligações hidráulicas entre a rede construída pela aicep Global Parques, e a integrar pela AdSA, e as condutas da Artlant.

O valor do investimento foi de cerca € 110.000,00.



### ➤ Execução do Fecho do Anel da ZILS – Ligação da Água Industrial à aicep Global Parques

Tendo sido instalada, pela aicep Global Parques, a tubagem de adução de água industrial necessária ao funcionamento das novas indústrias em instalação na ZILS Norte, tubagem essa que tem o seu início numa caixa construída perto da caixa que integra a rede de distribuição de água operada pela AdSA, normalmente denominada "caixa da REPSOL", e onde será disponibilizada a água industrial requerida, tornou-se necessário construir a ligação entre as referidas duas caixas.

Foi assim objetivo desta empreitada executar a ligação entre as duas infraestruturas. De referir que a nova fábrica da Artlant apenas poderia ser abastecida quando a rede realizada pela aicep Global Parques estivesse ligada à rede existente da AdSA. Os trabalhos foram realizados em tempo, cumprindo os prazos que estão contratualizados com o cliente.



Intervenção na caixa da Repsol existente para interligação das condutas



Ligação entre a rede existente da AdSA e a nova rede de água industrial construída pela aicep Global Parques

### ➤ Reforço do Abastecimento de Água Industrial à ZILS Norte a partir da Água Bruta proveniente do Furo JKC8

A presente empreitada visou possibilitar, em caso de necessidade, o abastecimento das indústrias da ZILS Norte a partir de origens subterrâneas, em simultâneo ou, no futuro, em simultâneo com a água proveniente da ETA de Morgavel.

Assim, a empreitada visou a realização de um conjunto de trabalhos ao nível dos equipamentos do furo JKC8, das ligações hidráulicas e da programação, com vista à sua utilização, em caso de necessidade.

Desta feita, a água proveniente do furo JKC8 (água bruta, ainda sem tratamento) ficaria adstrita ao abastecimento de água industrial à ZILS Norte, ficando o abastecimento a Santo André assegurado a partir dos furos AdSA3, Galiza e Monte Velho.



Intervenção da caixa de derivação da linha de água bruta para a Repsol

### ➤ Empreitada de “Controlo por Telegestão do Consumo dos Grandes Consumidores”

Para garantir um melhor controlo no abastecimento dos principais clientes tendo em vista a prestação de um melhor serviço, a AdSA está a dotar os pontos de entrega com novos equipamentos de tecnologia recente que irão permitir uma integração no Sistema de Telegestão gerido a partir da ETA de Morgavel.

### ➤ Aquisição de um Sistema de Pré-oxidação para a ETA de Morgavel

A ETA de Morgavel foi concebida para produção de água industrial e consumo humano, dimensionada para um caudal de 6 m<sup>3</sup>/s, tratando presentemente um caudal máximo que não excede os 0,3 m<sup>3</sup>/s destinados apenas ao consumo industrial. A origem de água da ETA é a barragem de Morgavel, que recebe por bombagem água proveniente do rio Sado. Trata-se por isso de uma água que devido às suas características químicas, necessita de uma dose relativamente elevada de coagulante para remover a turvação existente. Sendo que a água fornecida às indústrias tem de ser entregue com uma concentração de cloro próxima do 0, dado que esta água será objeto de tratamentos de desmineralização. Para o efeito existia já um sistema de pré-oxidação por dióxido de cloro. Contudo, há já alguns anos que apenas se encontrava disponível a linha de socorro, por avaria das duas principais. Ora, tal situação, não é compatível com o aumento de produção previsto e resultante do novo contrato com a Artlant e nova fábrica da Refinaria da Petrogal.

Neste âmbito, em outubro de 2011, teve início a empreitada de “Aquisição de um Sistema de Pré-oxidação para a ETA de Morgavel” que tem por objeto o fornecimento, instalação, arranque e manutenção de um novo sistema de pré-oxidação para a ETA, cujo valor global da empreitada é de € 207.373,16.



Novo sistema de pré-oxidação da ETA de Morgavel

### ➤ Reforço do Abastecimento de Água Industrial à ZILS – Fase II - Execução da Adutora entre o Nó da Petrogal e a ZILS Norte

No decorrer do ano de 2011 foi realizado o projeto de execução da empreitada “Execução da Adutora entre o Nó da Petrogal e a ZILS Norte” o qual é vulgarmente designado por “Reforço do Abastecimento de Água Industrial à ZILS – Fase II”

Analisados os vários traçados possíveis, conjuntamente com as várias entidades e contando sempre com a estreita colaboração da aicep Global Parques, optou-se, para a implantação da conduta, pela implantação junto a caminhos existentes, evitando levantamento e reposições de pavimento. Os terrenos afetados pertencem à aicep Global Parques.

No entanto, o traçado interceta diversas infraestruturas, destacando-se as esteiras de tubagens industriais Petrogal-Porto de Sines e Petrogal-Repsol (Comissão de Esteiras), um gasoduto (RENGasodutos) e o Itinerário Principal 8 (IP8) (Estradas de Portugal).

A solução de projeto considera a realização da conduta em FFD DN900, estando previsto no Caderno de Encargos a possibilidade de serem apresentadas propostas variantes no que concerne aos materiais da tubagem a empregar, exceto nos pontos particulares da obra.



Zona da travessia da Esteira Petrogal - Porto de Sines (a tubagem a instalar de modo aéreo e paralelamente ao viaduto existente)



Travessia sob o gasoduto



Zona da travessia da Esteira Petrogal-Repsol  
( a travessia será realizada sob a esteira por vala aberta)



Zona da travessia do IP8  
(realizada por perfuração horizontal com encamisamento em aço DNI600)

O orçamento do projeto é de € 3.035.328,40.

### ➤ Fecho da malha ZILS Norte e execução das novas ligações à Carbogal

Desde setembro de 2011 que está em curso o desenvolvimento do projeto de execução para o fecho da malha ZILS Norte e execução das novas ligações à Carbogal.

O projeto compreende duas situações:

- A situação A prevê a ligação das tubagens de água industrial e de água potável existentes junto à Euroresinas (e atualmente em funcionamento) às respetivas redes executadas pela aicep Global Parques.

De referir que o fecho da malha irá permitir abastecer toda a ZILS Norte, na qual se insere uma parte significativa dos clientes industriais da AdSA, quer por Norte quer por Sul, ou seja, em caso de avaria, ou de intervenção programada, será sempre possível abastecer os clientes, quer em termos de água industrial, mas também no que concerne a água potável.

- A situação B contempla a conclusão de água industrial e água potável desde a rede executada pela aicep Global Parques até à Carbogal.

Com este projeto irão ser substituídas parte das condutas existentes na galeria existente sob a linha de caminho-de-ferro, as quais, à data, apresentam um estado avançado de deterioração.



## Água Residual

### Licenciamento da descarga de Águas Residuais Salinas

Em novembro de 2010, a ARH-Alentejo emitiu a Licença de Utilização dos Recursos Hídricos para Descarga de Águas Residuais N.º77 /REG/RG/2010, relativa à rejeição de água residual salina através do emissário submarino, que é válida pelo período de dois anos.

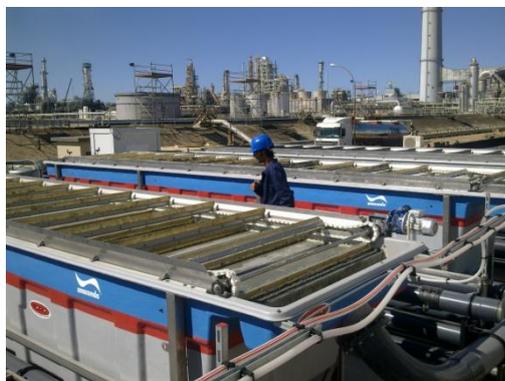
### Paragem do Sistema de Pré-tratamento da Petrogal

A Petrogal, no âmbito da Expansão da Refinaria de Sines, necessitou de efetuar algumas alterações ao seu sistema de pré-tratamento de águas residuais industriais, com vista à melhoria da eficiência do mesmo e o cumprimento das condições prevista na Licença Ambiental da instalação (LA n.º 219/2008).

As intervenções previstas pela Petrogal centravam-se na unidade de flotação e na unidade de oxidação, o que conduziria a um agravamento acentuado da qualidade da sua descarga no período de execução das intervenções planeadas, cerca de seis semanas.

Com vista à minimização dos impactes no sistema de tratamento e à preservação dos objetivos de qualidade de descarga no meio recetor, a AdSA, após a execução de um plano de avaliação e gestão dos riscos ambientais que estariam envolvidos, propôs à ARH-Alentejo um plano de atuação para o período de paragem do sistema de pré-tratamento da Petrogal, cujas principais ações consistiram no seguinte:

- Instalação de unidade de flotação provisória no interior da Refinaria de Sines;
- Reforço da capacidade de tratamento da ETAR de Ribeira dos Moinhos:
  - ✓ Reforço da capacidade de flotação do órgão existente;
  - ✓ Instalação de unidade de flotação provisória;
  - ✓ Criação de etapa de oxidação no Tanque de Homogeneização.



Sistema flotação instalado na Refinaria de Sines



Tanque de homogeneização: oxidação através de sistemas ISO

Ao longo do período de paragem do sistema de pré-tratamento de água residual industrial da Petrogal, e na sequência da implementação das medidas suplementares de tratamento, verificou-se uma operação contínua sem registo de falhas funcionais e a obtenção de eficiências de remoção que permitiram o cumprimento das condições de descarga no meio recetor estabelecidas com a ARH-Alentejo para o período em questão.

## Obras

Durante o ano de 2011 tiveram lugar várias empreitadas com vista à realização das infraestruturas necessárias ao cumprimento dos vários compromissos assumidos pela AdSA quer no que concerne a águas residuais industriais, águas residuais salinas e águas residuais domésticas. A saber:

### ➤ Remodelação da Estação Elevatória EE-ZIP3 e Construção da nova Estação Elevatória EE-ZIP3S

A obra consistiu na remodelação da estação elevatória designada por EE-ZIP3, existente e em serviço e na construção de uma nova estação elevatória, designada por EE ZIP 3 S.

A intervenção na ZIP 3 consistiu no fornecimento e montagem de quatro novas eletrobombas, substituição de toda a parte elétrica, instrumentação e automação, bem como remodelação de toda a componente de construção civil, ficando assim preparada para receber os novos volumes de efluentes industriais, proveniente da ZILS.

Também a bacia de retenção foi intervencionada tendo-se aumentado a capacidade de 4.000 m<sup>3</sup> para 7.000 m<sup>3</sup>, realizado um passadiço para acesso aos grupos eletrobomba, os quais foram substituídos, bem como respetivas tubagens, acessórios, instrumentação e automação.

Foi ainda realizada uma nova caixa de contagem do efluente da Repsol uma vez que a existente não cumpria os requisitos mínimos necessários para a sua operação e a tecnologia instalada para medição de caudal apresentava deficiências de leitura.

A ZIP 3 S foi executada à semelhança da ZIP 3 com instalação de três eletrobombas. Toda a instalação foi executada tendo em conta a agressividade do efluente a bombear.

Atendendo a que o Posto de Transformação existente era de 160 KVA, afeto à ZIP 3, apresentava já várias deficiências em termos de cumprimento legal foi necessário instalar um novo Posto de Transformação, de 400 KVA, o qual realizado de acordo com a legislação em vigor.

Dada a importância desta instalação, e uma vez que o gerador existente também já não cumpria com a legislação em vigor, foi o mesmo desativado, sendo instalado um novo grupo eletrogéneo de 160 KVA.



Execução da estação elevatória ZIP3S



Interligação da ZIP 3 S à conduta de PRV DN 500 existente

➤ **Empreitada de Remodelação e Reforço da Capacidade de Transporte de Efluentes Industriais e Salinos, entre a E.E.-ZIP3 e a ETAR de Ribeira de Moinhos**

Associada à construção das estações elevatórias EE ZIP3 e EE ZIP 3 S está a empreitada de remodelação e reforço da capacidade de transporte de efluentes industriais e salinos respetivos.

Assim, foi necessário executar novas condutas elevatórias, as quais foram realizadas em PEAD DN 630 PN10 no caso dos efluentes residuais industriais e PEAD DN 560 PN10 no caso dos efluentes industriais salinos.



Instalação de tubagem PEAD DN 800 PN10

As condutas elevatórias foram realizadas até à caixa de reunião existente, momento a partir do qual o efluente industrial é conduzido através da conduta existente em PRV DN 1500. Os efluentes industriais salinos a partir deste momento foram encaminhados para o emissário submarino através de uma nova conduta construída em PEAD DN 800 PN10.



Ligação das novas condutas elevatórias à caixa de reunião existente

A montante da caixa de reunião existe uma caixa de válvulas que permite, encaminhar os efluentes quer para o emissário submarino, quer para a caixa de reunião a qual está ligada à ETAR de Ribeira de Moinhos.

Os atravessamentos sob a ER 261-5 e sob esteira da Repsol foram realizados por perfuração horizontal, sendo que na sob a esteira da Repsol e dada a natureza do terreno foi necessário recorrer a prospeção mineira. As travessias foram executadas com encamisamento em manga de aço DN 1250.

O investimento associado é de € 1.157.140,59.

### ➤ Emissário submarino da ETAR da Ribeira dos Moinhos

Os efluentes tratados na ETAR da Ribeira dos Moinhos são lançados, por gravidade, no mar através de um exutor submarino com origem numa câmara de válvulas, situada nos terrenos arenosos que constituem a base da duna primária na margem direita do terminal lagunar da ribeira dos Moinhos.

O primeiro troço do emissário que, em parte, será o objeto da intervenção proposta, é constituído por uma tubagem de aço revestido a betão, enterrada em vala numa extensão de 192 metros que, em princípio se situa já além da zona de rebentação da agitação marítima. O diâmetro interior da tubagem é de 1100 mm, calculado para um caudal que poderia atingir, no seu máximo, picos de 2,8 m<sup>3</sup>/s. A espessura inicial do aço da tubagem era de 12,5 mm.

Inicialmente existia uma conduta de recurso que, iniciando-se na câmara de válvulas, servia como *by-pass* para descargas de emergência em caso de o emissário ficar inoperativo ou em manutenção. Essa conduta, de poliéster reforçado com 119 m de comprimento e 900 mm de diâmetro, foi danificada por um temporal e retirada, nunca mais tendo voltado a ser instalada. Por esse motivo, e para realização da reparação do emissário principal, foi necessário refazer o *by-pass*.

A empreitada foi parcialmente feita, encontrando-se realizado o trabalho preparatório na caixa de válvulas do emissário, com total substituição dos principais acessórios, tendo sido realizada parte dos trabalhos referentes ao *by-pass*. No entanto, e deste o passado dia 6 de maio os trabalhos encontram-se suspensos por falta de condições para conclusão dos trabalhos, uma vez que as mares e correntes marítimas não o permitem.



Intervenção na caixa de válvulas do emissário submarino



Intervenção na caixa de válvulas do emissário submarino



Instalação dos maciços de amarração do *by-pass*



Preparação da instalação da tubagem do *by-pass*

➤ **Projeto de Execução do emissário entre a ETAR de Santiago do Cacém e a ETAR da Ribeira dos Moinhos**

Outro dos investimentos realizado foi o Projeto de Execução do Emissário entre a ETAR de Santiago do Cacém e a ETAR de Ribeira de Moinhos. Por acordo entre a Câmara Municipal de Santiago do Cacém e a empresa Águas Públicas do Alentejo e a AdSA, pretende-se desviar os caudais afluentes à atual ETAR de Santiago do Cacém para a ETAR da Ribeira dos Moinhos, para aí serem tratados. Para tal é necessário construir um emissário de ligação entre as duas ETAR's. Está em curso, nesta data, a construção de um emissário entre a ETAR de Santiago do Cacém e a ETAR da Ribeira dos Moinhos, recolhendo como serviço de percurso, os lixiviados do Aterro Sanitário. Este é um projeto que deverá ter a sua conclusão durante primeiro semestre do ano 2012.

O investimento associado é de cerca de € 840.000,00.



Abertura de vala



Colocação de caixa de visita



Pormenor de abertura de vala com entivação

### ➤ Edifício de Medição e Controlo de Efluentes Industriais e Salinos da Artlant

O objetivo desta empreitada foi dotar a Águas de Santo André, S.A. de instalações para albergar os equipamentos necessários à medição dos efluentes industriais e salinos rejeitados pela Artlant.

Para o efeito foi realizado um edifício para instalação dos equipamentos, respetivos Quadros Elétricos e colhedores de amostras, tendo ainda sido realizadas as ligações hidráulicas entre a rede construída pela aicep Global Parques, e a integrar pela AdSA, e as condutas da Artlant.

O valor do investimento foi de € 100.000,00.



Execução do edifício de medição e controlo de ARI

## Resíduos Industriais

### Reinício da Atividade de Receção de RNP

Em maio de 2011, a AdSA recebeu o Alvará de Licença para a Realização de Operações de Gestão de Resíduos para o Aterro de Resíduos Não Perigosos de Santo André, emitida pela sua Entidade Licenciadora, CCDR-Alentejo.

Neste âmbito, a AdSA retomou, em setembro de 2011, a atividade de receção de RNP, permitindo assegurar um destino final adequado para os RNP produzidos nos municípios da região e evitando o seu encaminhamento para aterros sanitários de RSU.

## Resolução do Passivo Ambiental

### ➤ Bacias de Lamas Oleosas

A AdSA, em novembro de 2011, procedeu à adjudicação do Concurso Público com Publicidade Internacional no Âmbito da União Europeia “Prestação de Serviços para Retirada das Lamas Confinadas no Aterro de Santo André”, estando previsto o seu início para janeiro de 2012.

Esta prestação de serviços terá a duração de cerca de 95 semanas, no valor de € 9.006.788,00.

Será um projeto cofinanciado por dois fundos:

- O Fundo de Intervenção Ambiental (FIA), cujo contrato de financiamento foi assinado em junho de 2011;
- O Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN), ao abrigo do Programa Operacional Temático de Valorização do Território (POVT) no seu Eixo Prioritário III - Prevenção, Gestão e Monitorização de Riscos Naturais e Tecnológicos, cujo contrato de financiamento foi assinado em setembro de 2011.

### ➤ **Células de RSU e RSI**

A AdSA, em 2011, procedeu à selagem e requalificação ambiental das Células de RSU e de RSI.

Estas operações vieram dotar todo o interior da massa de resíduos depositados com as condições adequadas de estabilização e de requalificação ambiental, possibilitando um ambiente que permita incrementar, num curto período temporal, a sua rápida inertização.

Esta empreitada teve o investimento total de € 1.358.029,00.

## Outros

### Obras em Infraestruturas Comuns

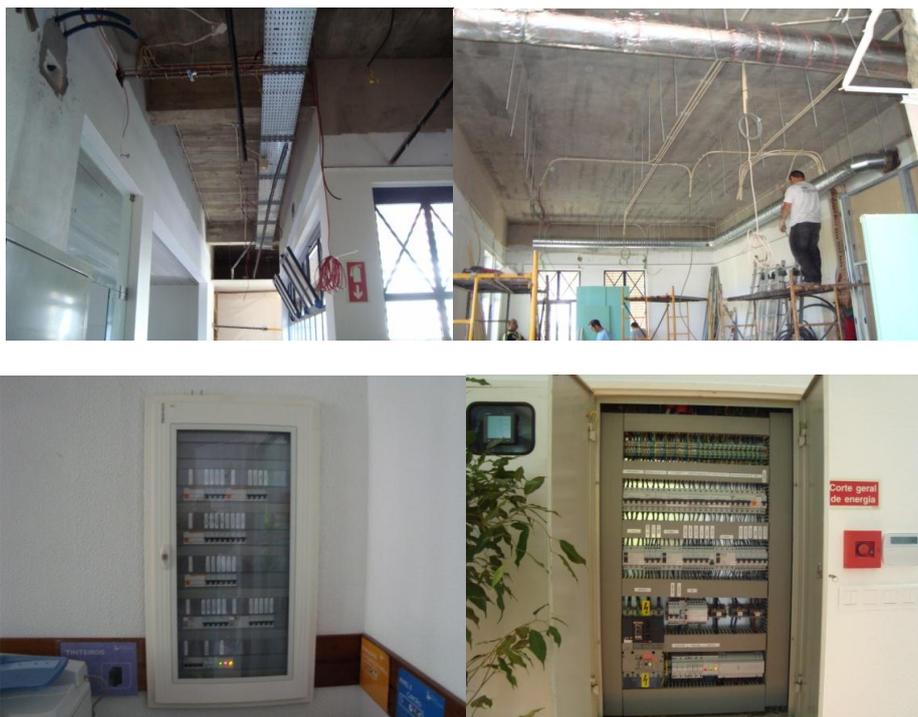
#### ➤ **Empreitada para Remodelação e Adaptação da Instalação Elétrica Rede de Informática e Telefónica do Edifício Sede.**

O Edifício Sede foi alvo de várias alterações em relação à sua compartimentação inicial, por motivo de alteração do modo de funcionamento dos diversos departamentos ou serviços, a saber:

- Remodelação do espaço de atendimento ao Público;
- Remodelação do departamento de Engenharia;
- Remodelação das salas anexa à Administração;
- Remodelação do departamento da DOP;
- Remodelação do departamento da DAF;

Com a conclusão destas obras tornou-se necessário, proceder-se à reformulação da rede elétrica, informática e telefónica, de modo que esta fique ajustada à nova estrutura.

Os custos associados a esta melhoria foram de € 14.886,34.



➤ **Empreitada de Fornecimento e Montagem de Teto Falso na Sala da Direção Administrativa Financeira e Hall de Entrada no Edifício Sede da AdSA,**

Foi solicitado pela DAF a substituição do teto falso existente em madeira de Cambala, por teto falso igual ao montado na sala da DIN, uma vez que esta solução permite melhorar as condições de luminância da sala, com significativa redução dos custos energéticos.

Os custos associados a esta Empreitada foram cerca de € 16.000,00.



Teto Falso na Sala da DAF anterior



Teto Falso na Sala da DAF atual

### ➤ Empreitada de Remodelação da Entrada da Sala da DAF na Sede da Água de Santo André

Foi solicitado à DIN a elaboração de um projeto, para remodelar a entrada da sala da DAF, de modo a uniformizar as entradas das salas e criar melhor ambiente de trabalho.

Os custos associados a esta Empreitada foram de cerca de € 20.000,00.



Entrada da Sala da DAF Final

### ➤ Fornecimento e Instalação de Sistema de Videovigilância

A Águas de Santo André, S.A. desenvolveu o projeto para fornecimento e instalação de sistema de videovigilância no recinto da Sede e na ETAR da Ribeira dos Moinhos, sistema de deteção de intrusão com vigilância associada e controlo de acesso ao portão principal da Sede. Tanto a Sede como a ETAR deverão ter gravação local, e devem comunicar com uma terceira instalação existente, que será a ETA de Morgavel, onde ficará o posto de controlo do sistema.

Para colocar em funcionamento este sistema, foram desenvolvidos dois procedimentos de contratação.

Um processo para o estudo, fornecimento, montagem, ligação e ensaios dos sistemas de segurança, no valor de € 61.430,10; e outro processo relativo à preparação das infraestruturas (execução de fundações em betão e negativos para passagem de cabos) necessárias para instalação do sistema, com o valor global de € 7.313,34.



# Governo da Sociedade

## I. Missão, Objetivos e Políticas

### Missão

“Gerir e explorar o Sistema de Santo André, de forma a assegurar o abastecimento de água às populações abrangidas, em qualidade e quantidade, e a recolha e tratamento dos efluentes urbanos das áreas abrangidas, bem como satisfazer as necessidades das indústrias localizadas na ZILS, relativamente a água potável, água industrial, efluentes e resíduos industriais.”

### Visão

A AdSA pretende ser reconhecida como a empresa de referência, nas questões ambientais relacionadas com o abastecimento de água, tratamento de efluentes e resíduos industriais da ZILS, potenciando, dentro das suas competências, a instalação e operação de unidades industriais.

Para tal, deve:

- Contribuir para a utilização racional dos recursos ambientais da região, nomeadamente o recurso água, em todo o seu ciclo, constituindo assim um fator de desenvolvimento sustentável ao nível regional, e uma vantagem comparativa para o desenvolvimento do tecido industrial local, no quadro da economia nacional;
- Otimizar o Sistema de Santo André e desenvolver a sua área de intervenção, numa ótica regional e de economia de escala, envolvendo outros Municípios e parceiros com interesse estratégico;
- Prestar um contributo significativo para a qualidade de vida da população abrangida, assegurando as suas necessidades básicas em termos de abastecimento de água potável e tratamento de efluentes e garantindo a utilização sustentada dos recursos naturais e a preservação dos valores ambientais.

### Valores

A AdSA assume como valores:

- A satisfação dos clientes, consumidores e público em geral, enquanto fator de reconhecimento da Empresa como prestadora de um serviço essencial à população;
- A qualidade ambiental como integrante da qualidade de vida dos cidadãos e do desenvolvimento sustentável da região;
- O conhecimento pluridisciplinar, a competência e o profissionalismo como premissas para um bom desempenho da Empresa como um todo;
- O espírito de equipa, apoiado na realização pessoal e profissional dos seus colaboradores, enquanto fator de sucesso para a Empresa.

### Objetivos Estratégicos

Os objetivos estratégicos estabelecidos para a Empresa, estabelecidos no Orçamento e Proposta de Tarifário, foram:

- Aumentar o volume de negócios, diversificando a oferta e captando novos clientes;
- Desenvolver as condições para a reativação da Área dos Resíduos Industriais,
- Renovar o atual sistema de Santo André e flexibilizá-lo para o futuro, aumentando assim a robustez do mesmo tendo em conta a evolução do setor industrial;

- Obter a certificação nas áreas de Qualidade e Ambiente;
- Assegurar a sustentabilidade económica da Empresa;
- Ser reconhecida como Empresa de Referência na Região onde se insere.

## 2. Regulamentos Internos e Externos

A AdSA dispõe atualmente de uma série de regulamentos internos aprovados em Conselho de Administração que resultaram de documentos genéricos corporativos preparados pelo Grupo e adaptados ao caso específico da AdSA, designadamente:

Manual de Avaliação de Desempenho;  
Manual de Acolhimento;  
Código de Conduta e Ética;  
Regulamento Interno de Valorização Profissional;  
Regulamento Interno de Utilização de Viaturas de Serviço do Grupo AdP;  
Regulamento de carreiras;  
Norma Complementar ao Regulamento Interno de Valorização Profissional;  
Política Retributiva nas Empresas Integradas na UNA-PD;  
Código de Conduta Empresas e VIH.

## 3. Informação sobre transações relevantes

### LISTA DE FORNECEDORES QUE REPRESENTEM MAIS DE 5% DOS FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Ao nível dos Fornecimentos e Serviços Externos, apresenta-se de seguida a lista dos fornecedores que representam mais de um milhão de euros (sem IVA) durante o ano de 2011 ou mais de 5% do universo dos FSE's da empresa.

Fornecedor	Valor	%
MDS Corretor de Seguros,SA	€ 312.597,66	5%
ECODEAL-Gestão de Resíduos Industria	€ 330.513,54	6%
Iberdrola Generación	€ 404.672,63	7%
TORO Equipment, SL	€ 462.284,19	8%
Águas de Portugal, SGPS. S.A.	€ 477.881,67	8%
AdP - Serviços Ambientais. S.A.	€ 736.870,04	13%

O relacionamento das empresas participadas com a unidade de serviços partilhados, a AdP Serviços Ambientais, SA, funciona no quadro de uma relação *in house* estabelecida com base num modelo relacional aprovado pela AdP – Águas de Portugal SGPS, SA

### 3.1 Informação sobre os contratos de prestação de serviços

#### RELATÓRIO DE GESTÃO

(EXCERTO SOBRE CUMPRIMENTO DO DESPACHO N.º 438/10 - SETF, TRANSMITIDO PELO OFÍCIO CIRCULAR N.º 6132, DA DIREÇÃO-GERAL DO TESOIRO E FINANÇAS, DE 06/08/2010)

#### CAPÍTULO IX - MODO DE APLICAÇÃO DAS REGRAS DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA

Em matéria de contratação pública, cumpre assinalar que na atividade desenvolvida pela Águas de Santo André, S.A. foi implementada a orientação vertida no Despacho n.º 438/10 - SETF, de 10 de maio de 2010, transmitida pelo Conselho de Administração da Águas de Santo André, S.A., em cumprimento do estabelecido no Ofício Circular n.º 6132, da Direção-Geral do Tesouro e Finanças, de 6 de agosto de 2010, que determina que nos contratos de prestação de serviços de valor igual ou superior a € 125.000 (cento e vinte e cinco mil euros) devem ser cumpridas as seguintes formalidades:

- A adjudicação deve ser precedida de justificação da necessidade de contratar, tanto do ponto de vista económico, como da ausência de soluções internas, bem como da explicitação dos objetivos que se pretende alcançar;
- Os resultados obtidos sejam objeto de avaliação;
- Os desvios quanto à realização temporal e financeira sejam justificados.

Para além do exposto, nos procedimentos desenvolvidos no ano de 2011 para a formação de contratos abrangidos pelo Código dos Contratos Públicos pela Águas de Santo André, S.A. foram observadas as normas de contratação pública consagradas no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com a redação conferida pela Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, pelo Decreto-Lei n.º 278/2009, de 2 de outubro e pela Lei n.º 3/2010, de 27 de abril.

Em cumprimento do disposto no artigo 472.º, n.º 2, do Código dos Contratos Públicos, até 31 de março de 2012 será submetido à Agência Nacional de Compras Públicas, E.P.E., o reporte estatístico relativo aos contratos de aquisição e locação de bens e de aquisição de serviços abrangidos pelo Código dos Contratos Públicos celebrados pela Águas de Santo André, S.A. no ano de 2011.

## 4. Modelo de Governo

### 4.1 Órgãos Sociais

#### Modelo de Governo

Cargo	Órgãos Sociais	Eleição	Mandato
<b>Mesa da Assembleia Geral</b>			
Presidente:	Paulo Manuel Marques Fernandes	26/03/2010	2010/2012
Vice-presidente:	Ana Cristina Rebelo Pereira	26/03/2010	2010/2012
Secretário:	Sandra Chambel	26/03/2010	2010/2012
<b>Conselho de Administração</b>			
Presidente não executivo:	Joaquim Marques Ferreira	26/03/2010	2010/2012
Vogal Executivo:	Octávio Romeu dos Santos Almeida	CA 16/04/2010	2010/2012
<b>Vogal não executivo:</b>	João Silva Costa	26/03/2010	2010/2012
<b>Fiscal Único</b>			
Efectivo	ERNST & YOUNG AUDIT & ASSOCIADOS – SROC, S.A. representada pelo Dr. Rui Abel Serra Martins (ROC nº 1119) ou Dr. João Carlos Miguel Alves (ROC nº 896)	26/03/2010	2010/2012
Suplente	Dr. Rui Manuel da Cunha Vieira (ROC nº 1154)	26/03/2010	2010/2012
<b>Comissão de Vencimentos</b>			
Presidente:	Pedro Eduardo Passos da Cunha Serra – vago por renúncia	26/03/2010	2010/2012
Vogal:	Paulo Jorge Pinto da Silva	26/03/2010	2010/2012

#### 4.1.3 Mesa da Assembleia Geral

Tendo em conta o estipulado no n.º 1 do artigo 9º do Contrato de Sociedade, a Mesa da Assembleia Geral é constituída por um Presidente, um Vice-Presidente e um Secretário, sendo estes escolhidos entre acionistas ou outras pessoas.

A Assembleia Geral é convocada e dirigida pelo Presidente da Mesa ou, na sua ausência ou impedimento, pelo Vice-Presidente. Todos os membros são eleitos por um período de três anos, em Assembleia Geral.

#### 4.1.1 O Conselho de Administração

Nos termos do n.º 1 do artigo 12º do Contrato da Sociedade, o Conselho de Administração é composto por três Administradores, sendo um Presidente e os restantes Vogais.

O Conselho de Administração é eleito pela Assembleia Geral que designa, também, o seu Presidente de entre os Administradores eleitos. Nos termos do n.º 2 do artigo 17º do Contrato da Sociedade, e à semelhança dos restantes órgãos sociais, o Conselho de Administração exerce as suas funções por períodos de três anos, podendo ser reeleito.

Os membros dos órgãos sociais consideram-se empossados logo que tenham sido eleitos, permanecendo em funções até à posse dos membros que os venham substituir, ressalvando-se os casos previstos na lei, nomeadamente, de suspensão, destituição ou renúncia.

Nos termos do artigo 13º do Contrato de Sociedade, ao Conselho de Administração compete:

- Aprovar os objetivos e as políticas de gestão da empresa;
- Aprovar os planos de atividade financeiros anuais, bem como as alterações que se revelem necessárias;
- Gerir os negócios sociais e praticar todos os atos e operações relativos ao objeto social que não caibam na competência atribuída a outros órgãos da sociedade;
- Representar a sociedade em juízo e fora dele, ativa e passivamente, podendo desistir, transigir e confessar em quaisquer pleitos e, bem assim, celebrar convenções de arbitragem;
- Adquirir, vender ou por qualquer forma alienar ou onerar direitos ou bens imóveis;
- Constituir sociedades e subscrever, adquirir, onerar e alienar participações sociais;
- Estabelecer a organização técnico-administrativo da sociedade e as normas de funcionamento interno, designadamente sobre pessoal e suas remunerações;
- Constituir mandatários com os poderes que julgue convenientes, incluindo os de substabelecer;
- Exercer as demais competências que lhe sejam atribuídas por lei ou pela Assembleia Geral.

#### 4.1.2 Fiscal Único

Nos termos do n.º I do artigo 17º do Contrato da Sociedade, a fiscalização da atividade da sociedade compete a um Conselho Fiscal, composto por três membros efetivos e um suplente, ou a um Fiscal Único e a um Fiscal Único suplente, conforme for decidido, nos termos da lei, pela Assembleia Geral que os elege por mandatos de três anos, renováveis.

#### 4.1.3 Assembleia Geral

Tendo em conta o estipulado no n.º I do artigo 9º do Contrato de Sociedade, a Mesa da Assembleia Geral é constituída por um Presidente, um Vice-Presidente e um Secretário, sendo estes escolhidos entre acionistas ou outras pessoas.

A Assembleia Geral é convocada e dirigida pelo Presidente da Mesa ou, na sua ausência ou impedimento, pelo Vice-Presidente. Todos os membros são eleitos por um período de três anos, em Assembleia Geral.

**Joaquim Marques Ferreira**  
Nasceu na Batalha a 18 de Abril de 1954



### **Habilitações Académicas**

Licenciado em Economia pelo Instituto Superior de Economia e Gestão de Lisboa.

Carreira Profissional

Técnico da Secretaria de Estado do Orçamento;

Presidente do Instituto da Conservação da Natureza;

Presidente da Comissão Nacional da REN;

Administrador da Empresa de Desenvolvimento Infraestruturas do Alqueva (EDIA);

Consultor de Empresas;

Coordenador de Planos de Bacia Hidrográfica dos Rios Internacionais;

Presidente do Conselho de Administração da EDIA;

Assessor do Instituto da Água;

Membro do Conselho Nacional da Água;

Presidente do Conselho de Administração da Águas do Centro Alentejo, S.A.;

### **Funções Atuais**

Gestor da Unidade de Negócios da Água – Produção e Depuração da AdP, SGPS, S.A.; Presidente do Conselho de Administração da Águas do Algarve, S.A.; Presidente do Conselho de Administração da Águas de Santo André, S.A, Presidente do Conselho de Administração da Águas do Centro, S.A., e Presidente do Conselho de Administração da Águas Públicas do Alentejo, S.A,

**Octávio de Almeida**  
Nasceu no Porto a 28 de Novembro de 1952



### **Habilitações Académicas**

Licenciado em Economia pela Universidade Técnica de Lisboa – Instituto Superior de Economia e Gestão, com Pós – Graduação em “Ordenamento do Território e Planeamento Ambiental na Perspetiva das Comunidades Europeias” e com Mestrado em “Ordenamento do Território e Planeamento Ambiental” na Faculdade de Ciências e Tecnologia – Universidade Nova.

### **Principais Funções e cargos desempenhados**

Administrador Executivo da Águas de Santo André, S.A., desde 26 de março de 2010;  
Administrador Executivo da Águas do Norte Alentejano, S.A. desde julho de 2007 a junho de 2010;  
Administrador Não Executivo da Águas de Santo André, S.A. desde julho de 2007 a março de 2010;  
Assessor do Conselho de Administração da Águas de Portugal Internacional, desde novembro de 2006;  
Administrador Não Executivo da Electra – Empresa de Eletricidade e Água, S.A. – Cabo Verde, desde outubro de 2006;  
Administrador Executivo da Electra - Empresa de Eletricidade e Água, S.A. – Cabo Verde, desde janeiro de 2006 a outubro de 2006;  
Diretor Financeiro da Empresa Geral do Fomento (EGF) – Sub-holding do Grupo Águas de Portugal, SGPS, S.A., desde setembro de 2003 e setembro de 2004;  
Administrador Executivo e Diretor Geral da Empresa Águas de Moçambique, SARL, desde dezembro de 2001 a outubro de 2003;  
Administrador/Diretor e Gerente de todas as Empresas do Grupo AdP Brasil, desde janeiro de 2001 a janeiro de 2002;  
Coordenador Técnico da Intervenção da AdP no abastecimento de água e saneamento em Timor Leste, desde janeiro de 2000 a abril de 2001;  
Coordenador Técnico de vários projetos Internacionais (Administração Geral de Obras Sanitárias da Província de Buenos Aires; Concurso Internacional de Concessão para o Abastecimento de Água à cidade de Posada, província de Misiones, participação e coordenação das equipas técnicas que procederam à avaliação das empresas e preparação dos estudos para a compra de participações, desde 1998 a 2000;  
Consultor Externo do Grupo Águas de Portugal, desde 1996 a 1998;  
Assessor e consultor da Associação Municípios de Setúbal, desde janeiro de 1993 a dezembro de 1998;  
Diretor de Projetos e administrador da empresa Intersismet – Sociedade de Gestão de Projetos Internacionais, S.A., desde outubro de 1980 a dezembro de 1994;  
Diretor Administrativo e Financeiro de duas empresas do Ministério da Indústria de Moçambique (Enafrio e Cometal-Mometal), desde setembro de 1977 a outubro de 1980.

**João Manuel da Silva Costa**  
Nasceu em Lisboa a 13 de Agosto de 1954



### **Habilitações Académicas**

Licenciado em Engenharia Civil, opção Hidráulica pelo Instituto Superior Técnico em 1980, com Pós-graduação em Hidráulica e Recursos Hídricos, do Instituto Superior Técnico em 1984.

### **Situação Profissional**

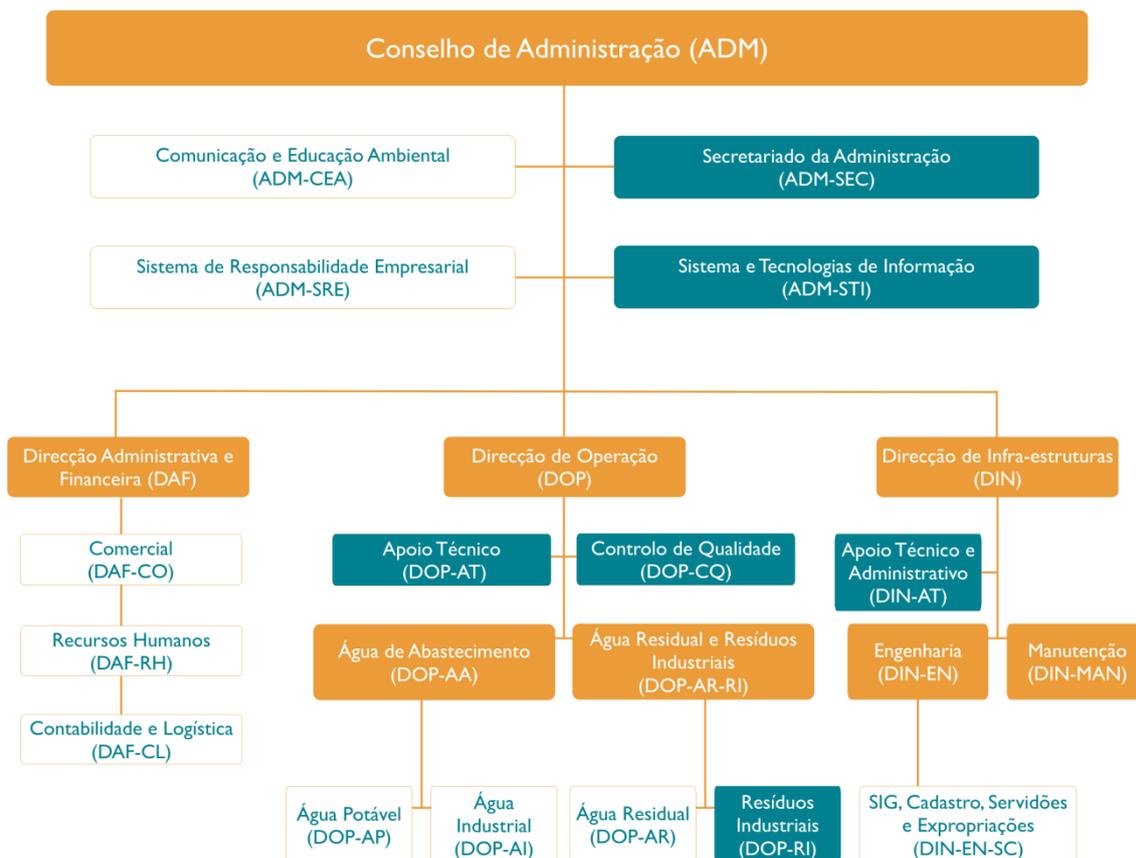
Funcionário Público, Técnico Superior do Quadro da Direção Geral do Ambiente, Organismo do MAOTDR, desde 1986, atualmente em comissão de serviço no Grupo AdP.

### **Principais Funções e cargos desempenhados**

Administrador Delegado da Águas Públicas do Alentejo, S.A. desde setembro de 2009;  
Administrador Delegado da Empresa Águas de Santo André S.A., desde julho 26 de março de 2010;  
Administrador Delegado da Empresa Águas do Norte Alentejano, S.A., desde abril de 2006 a julho de 2007;  
Administrador Delegado da Empresa Águas de Santo André, S.A., desde novembro de 2004 a abril de 2006;  
Presidente do Instituto da Conservação da Natureza, do MAOTDR, de agosto de 2002 a novembro de 2004;  
Chefe de Gabinete do Secretário de Estado do Ambiente, de março a agosto de 2002;  
Diretor de Projeto da FBO Consultores, empresa do Grupo DHV, na área de Gestão de Recursos Hídricos e Ambiente, de janeiro de 1998 a fevereiro de 2001;  
Diretor Regional de Ambiente e Recursos Naturais de Lisboa e Vale do Tejo de junho de 1992 a maio de 1996;  
Perito destacado na DGXI (Ambiente, Proteção Nuclear e Defesa do Consumidor) da Comissão das Comunidades Europeias em Bruxelas, como especialista em Recursos Hídricos, de junho de 1990 a maio de 1992;  
Diretor de Serviços do Centro de Investigação do Ambiente da Direção Geral da Qualidade do Ambiente, de outubro de 1986 a junho de 1990;  
Professor Adjunto da Academia Militar (AM) de outubro 1984 a setembro de 1990;  
Assistente do Instituto Superior Técnico (IST), de outubro de 1980 a setembro de 1986.

## 4.2. Estrutura Organizacional

### Organograma da Empresa



Para o correto exercício das suas funções, a AdSA – Águas de Santo André, S.A. dispõe de um conjunto de órgãos funcionais, para apoio à gestão. Estes órgãos apresentam a seguinte afetação:

#### a. Secretariado e Expediente Geral

O gabinete SEG tem como principal missão apoiar os trabalhos decorrentes da atividade da Administração e garantir a boa gestão da correspondência.

#### b. Sistema de Responsabilidade Empresarial

O Objetivo do SRE consiste em coordenar a aplicação do princípio da melhoria contínua através da análise e tratamento de dados, realização de auditorias internas e dinamização de ações corretivas e preventivas.

Para Atingir esse objetivo, o SRE tem que assegurar que os Processos e Requisitos do Sistema Integrado de Gestão de Qualidade, Ambiente, Segurança e Responsabilidade Social são adequadamente identificados, implementados e mantidos, em conformidade com o referencial normativo:

NP EN ISO 9001:2000 – Gestão da Qualidade

NP EN ISO 14001: 2004 – Gestão Ambiental

NP 4397:2001 – Gestão da Segurança e Saúde do Trabalho

SA 8000:2001 – Gestão da Responsabilidade Social.

### **c. Comunicação e Educação Ambiental**

É a área funcional responsável por planejar, articular e desenvolver ações e campanhas de comunicação e eventos e outras iniciativas de informação pública da Empresa. Promove ações de educação ambiental, contribuindo para a sensibilização sobre questões do ambiente e cidadania. Promove a divulgação externa e interna de informação relevante às partes interessadas, visando construir, manter ou alcançar uma imagem positiva da AdSA.

### **d. Sistemas e Tecnologias de Informação**

Este serviço tem como objetivo assegurar o bom funcionamento do parque informático, apoio *help desk* a utilizadores e garantir as vias de Comunicação de Dados, Voz e Imagem na AdSA.

### **e. Direção Administrativa e Financeira**

#### **1. Contabilidade e Logística**

A área de contabilidade e logística visa quantificar todos os factos que ocorrem na empresa através da sua análise, registo e interpretação; em simultâneo é a área responsável pela aquisição e disponibilização no local dos bens e serviços solicitados.

#### **2. Comercial**

A área Comercial estabelece o interface da Empresa com o Cliente externo, garantindo a sustentabilidade do negócio e a satisfação das necessidades e expectativas do Cliente, primando pela qualidade e tendo em vista o alcance do objetivo último da organização, o lucro proveniente da venda.

#### **3. Recursos Humanos**

A área de Recursos Humanos é responsável pelo planeamento, na organização, no desenvolvimento, na coordenação e no controle de técnicas capazes de promover o desempenho eficiente do pessoal. Este órgão procura criar, manter e desenvolver um contingente de recursos humanos com competência e motivação para realizar os objetivos da AdSA bem como as condições organizacionais de aplicação, desenvolvimento e satisfação plena dos recursos humanos, e alcance dos objetivos individuais.

### **f. Direção de Operação**

#### **1. Água de Abastecimento**

Água Potável

O Departamento de Água Potável tem como objetivo assegurar o abastecimento de água para consumo humano em quantidade, continuidade e qualidade, promovendo a eficiente gestão dos recursos hídricos subterrâneos, otimizando a exploração do subsistema, quer ao nível económico, infraestrutural, e recursos humanos, salvaguardando a segurança, saúde e bem-estar dos colaboradores e fomentando, igualmente, o bem-estar e satisfação dos seus clientes e da população.

## Água Industrial

O Departamento de Água Industrial tem como objetivo captar, tratar, armazenar e distribuir, em quantidade e qualidade, a água para abastecimento às indústrias instaladas na Zona Industrial de Sines. A área de influência deste Departamento, é geograficamente vasta e as atividades de exploração são asseguradas por uma equipa que cumpre as boas normas de funcionamento de instalações e equipamentos, salvaguardando a segurança de pessoas e do meio ambiente.

## 2. Água Residual e Resíduos

### Águas Residuais

O Departamento de Água Residual tem como objetivo desenvolver a atividade de recolha, tratamento e rejeição de água residual proveniente da área de intervenção da AdSA, através do planeamento e gestão dos recursos à sua responsabilidade, assegurando o cumprimento dos objetivos da Direção de Exploração, bem como a operacionalidade dos recursos humanos, instalações e equipamentos, garantindo, assim, uma exploração rentável da atividade, num quadro de sustentabilidade ambiental, salvaguardando a segurança, saúde e bem-estar dos colaboradores e promovendo, igualmente, o bem-estar e satisfação dos seus clientes e da população.

### Resíduos

O Departamento de Resíduos tem como missão desenvolver a atividade de receção e confinamento dos resíduos da sua área de influência, através do planeamento e gestão dos recursos à sua responsabilidade, assegurando o cumprimento dos objetivos da Direção de Exploração, bem como a operacionalidade dos recursos humanos, instalações e equipamentos, garantindo, assim, uma exploração rentável da atividade, num quadro de sustentabilidade ambiental, salvaguardando a segurança, saúde e bem-estar dos colaboradores e promovendo, igualmente, o bem-estar e satisfação dos seus clientes e da população.

## g. Direção de Infraestruturas

### 1. Engenharia

É o Departamento responsável por Executar, articular e supervisionar as atividades que visam a elaboração, o acompanhamento e a execução do plano de investimentos da Empresa. Elabora e acompanha os estudos e projetos e executa e supervisiona as atividades necessárias para garantir a disponibilidade dos terrenos. Colabora na execução dos procedimentos de contratação e efetua o acompanhamento, a fiscalização e a coordenação das obras de engenharia. Recolhe, compila e analisa a informação sobre a atividade da área, emite pareceres, elabora relatórios e efetua a supervisão da informação produzida.

### 2. Manutenção

O Departamento de Manutenção tem como objetivos a otimização de recursos e meios disponíveis de forma a manter os equipamentos que constituem os sistemas da AdSA com fiabilidade e disponibilidade adequadas, potenciando um elevado nível de "Produção/Exploração", com custos controlados.

Todas as intervenções de manutenção são desenvolvidas sob as melhores regras e recomendações de Segurança, Qualidade e Ambiente.

## Reuniões

O Conselho de Administração da AdSA reuniu 13 vezes no decorrer do ano 2011. Realizou 12 reuniões ordinárias mensais e no mês de dezembro de 2011 realizou uma reunião extraordinária para a análise e aprovação do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PGRIC). Parte das funções do Conselho de Administração estão delegadas no Administrador Executivo, delegação essa que já vem de 2010, não tendo havido em 2011 qualquer alteração às delegações efetuadas.

## Relações com Partes Interessadas

A Águas de Santo André cumpre todas as obrigações legais e estatutárias em matéria de divulgação de informação, assegurando os deveres inerentes ao adequado relacionamento com o universo de *stakeholders*, nomeadamente, acionistas, licenciadores, clientes e colaboradores.

## Licenciadores

A AdSA, no exercício da sua atividade, é sujeita a processos de licenciamento e concessão promovidos pela CCDR-Alentejo, Administração de Recursos Hídricos do Alentejo (ARH) e Agência Portuguesa do Ambiente (APA).

Em abril de 2010, a AdSA recebeu a Licença Ambiental para o RESIM, emitida pela APA

Em maio de 2010 teve início a empreitada de “Construção da Célula de Deposição de Resíduos Industriais Banais (RIB) no Aterro de Santo André”, obra que ficou concluída em dezembro do mesmo ano.

Em 2011, a AdSA recebeu da CCDR Alentejo a Licença de Exploração para o **RESIM- Gestão de Resíduos Industriais de Santo André**.

Em novembro de 2010, a ARH-Alentejo emitiu a Licença de Utilização dos Recursos Hídricos para Descarga de Águas Residuais N°77 /REG/RG/2010, relativa à rejeição de água residual salina através do emissário submarino, que é válida pelo período de dois anos.

Em agosto de 2011 a ARH-Alentejo renovou a Licença de Utilização dos Hídricos para a Descarga e Água Residual N°081/REJ/RG/2011, válida pelo período de 10 anos.

## Clientes

A AdSA, tem um universo de clientes muito diversificado. Por um lado existe um grande cliente coletivo, constituído pela Cidade de Vila Nova de Santo André, que integra cerca de 5.610 clientes finais. Por outro lado existem 22 clientes industriais, instalados na Zona Industrial e Logística de Sines, e dois Municípios: Santiago do Cacém e Sines. Para cada grupo de clientes foi definida uma estratégia de comunicação. Relativamente ao cliente coletivo, a comunicação é realizada através dos editais disponíveis no atendimento ao público, de mailings, de anúncios de imprensa, entre outros.

## 5. Remunerações e Outros Encargos

Mesa da Assembleia Geral			
Mandato 2010-2012	Presidente	Vice-Presidente <sup>(1)</sup>	Secretário <sup>(1)</sup>
<b>Ano de 2011</b>			
I.1. Senhas de Presença (a)	425	319	213

### Legenda

(a) - Corresponde à Remuneração Anual Bruta auferida, decorrente do estatuto remuneratório fixado

<sup>(1)</sup> Valores facturados pela Águas de Portugal, SGPS, S.A.

Conselho de Administração			
Mandato 2010-2012	Presidente Executivo <sup>(2)</sup>	Vogal Executivo <sup>(2)</sup>	Vogal Não Executivo <sup>(2)</sup>
<b>Ano de 2011</b>			
<b>1. Remunerações</b>			
I.1. Remuneração Fixa (a)	26.460	75.138	18.214
I.2. Redução por Aplicação da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de Junho	3.840	3.834	2.576
I.3. Remuneração Fixa Efectiva (I.1 - I.2)	22.620	71.304	15.638
I.4. Senhas de Presença	0	0	0
I.5. Acumulação de Funções de Gestão	0	0	0
I.6. Remuneração Variável (Prémios de Gestão)	0	0	0
I.7. IHT (Isenção de Horário de Trabalho)	0	0	0
<b>2. Outras Regalias e Compensações</b>			
2.1. Gastos na Utilização de Telefones	0	0	0
2.2. Subsídio de Deslocação	0	0	0
2.3. Subsídio de Refeição	0	0	0
2.4. Outros (Identificar Detalhadamente)	—	—	—
<b>3. Encargos com Benefícios Sociais</b>			
3.1. Regime Convencionado	0	0	0
3.2. Regime Convencionado			
3.2.1. Segurança Social (S/N)	NA	NA	NA
3.2.2. Outro (Identificar)			
3.3. Seguros de Saúde	0	0	0
3.4. Seguros de Vida	0	0	0
3.5. Outros (Identificar Detalhadamente)	—	—	—
<b>4. Viatura de Serviço</b>			
4.1. Marca da Viatura de Serviço	—	—	—
4.2. Modelo da Viatura de Serviço	—	—	—
4.3. Matricula da Viatura de Serviço	—	—	—
4.4. Valor da Viatura de Serviço	—	—	—
4.5. Valor de Renda AOV da Viatura de Serviço	—	—	—
4.6. N.º de Prestações Contratualizadas (b)	—	—	—
4.7. Ano de Aluguer da Viatura de Serviço	—	—	—
4.8. Valor do Combustível Gasto com a Viatura de Serviço	—	—	—
4.9. Tributação, em IRS, da Viatura de Serviço (S/N)	—	—	—
<b>5. Informações Adicionais</b>			
5.1. Opção pelo Vencimento de Origem (S/N)	NA	NA	NA
5.2. Exercício de Funções Remuneradas Fora do Grupo	NA	NA	NA
5.3. Outras (Identificar Detalhadamente)	—	—	—

### Legenda

(a) - Corresponde à Remuneração Anual Bruta auferida, decorrente do estatuto remuneratório fixado ou do lugar de origem, caso essa opção tenha sido autorizada

(b) - Caso a Viatura de Serviço tenha sido adquirida através de contratos de Leasing, ALD, AOV, Renting, etc., deverá ser colocado o número de prestações contratualizadas

S - Sim; N - Não; NA - Não Aplicável; <sup>(1)</sup> Valores facturados pela Águas de Portugal, SGPS, S.A.; <sup>(2)</sup> Valor referente às rendas de AOV pagas durante o ano

Fiscal Único	
Mandato 2010-2012	Valor Anual
<b>Ano de 2011</b>	
Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.	10.000

## 6. Análise de Sustentabilidade

### Política de Gestão Integrada

Em harmonia com a Missão de que está incumbida e a Visão Estratégica da Administração, e consciente do papel fundamental que desempenha no desenvolvimento da região onde se insere, a AdSA concebe, implementa, mantém e revê o seu Sistema de Responsabilidade Empresarial como motor perseverante da contínua melhoria do seu desempenho, assente na defesa dos seguintes valores:

- A satisfação dos clientes, consumidores e público em geral, enquanto fator de reconhecimento da Empresa como prestadora de um serviço essencial à população;
- A qualidade ambiental como integrante da qualidade de vida dos cidadãos e do desenvolvimento sustentável da região;
- O conhecimento pluridisciplinar, a competência e o profissionalismo como premissas para um bom desempenho da Empresa como um todo;
- O espírito de equipa, apoiado na realização pessoal e profissional dos seus colaboradores, enquanto fator de sucesso para a Empresa.

Consistentemente com a defesa destes valores, a Administração da AdSA assume os seguintes compromissos:

- Promover e satisfazer os interesses dos clientes e demais Partes Interessadas, nos termos do Contrato de Concessão e outros contratos aplicáveis, desenvolvendo mecanismos de comunicação bilateral que permitam o envolvimento de todas as Partes Interessadas na Estratégia da Empresa;
- Proporcionar o enquadramento para estabelecer e rever os objetivos da Qualidade e Ambiente, adequados à natureza e escala dos impactes das atividades, produtos e serviços da Empresa, atuando sempre de forma a prevenir a poluição ambiental;
- Disponibilizar os Recursos Humanos e Técnicos necessários ao cumprimento dos objetivos da AdSA e proporcionar-lhes uma formação regular e adequada ao desempenho das funções que lhes são atribuídas;
- Promover a segurança, bem-estar e satisfação dos colaboradores da Empresa em todos os aspetos profissionais e humanos, reconhecendo que nesta sua valorização assenta o bom desempenho da Empresa para o alcance de todos os seus objetivos;
- Procurar a satisfação da sociedade envolvente e das entidades oficiais, quer pela qualidade do serviço prestado quer pela garantia do cumprimento dos requisitos legais ambientais, laborais, sociais e fiscais em vigor;
- Responder às exigências do acionista da Empresa, assegurando o seu desenvolvimento e a sua sustentabilidade económica e financeira, de acordo com os requisitos do Contrato de Concessão, quer pelo melhor desempenho das competências atuais quer pela expansão geográfica e procura de novos mercados;
- Orientar as suas práticas de gestão pelo princípio da Melhoria Contínua, e para o cumprimento dos requisitos normativos adotados, com persistente empenho na melhoria de eficácia do Sistema de Responsabilidade Empresarial.

### Sistema de Responsabilidade Empresarial

Em maio de 2011 realizou-se a auditoria de 2ª fase da Concessão da Certificação do Sistema de Responsabilidade Empresarial (SRE) implementado, concretamente o Sistema de Gestão da Qualidade e Ambiente, pela APCER. Na sequência desta auditoria, foi elaborado um plano de Ações Corretivas com a análise de causas e ações corretivas propostas, para sanar as Não Conformidades identificadas, plano esse que foi remetido à APCER em junho, seguindo-se por parte da Coordenação do SRE o acompanhamento no fecho progressivo das várias ações em curso.

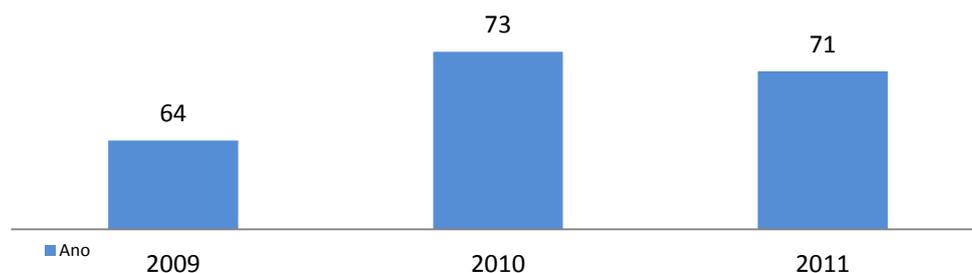
No dia 21 de outubro, a AdSA recebeu finalmente por parte da APCER, a certificação do seu Sistema de Responsabilidade Empresarial, Qualidade e Ambiente, no âmbito do 'Fornecimento de água para consumo humano, em baixa, à zona urbana de Vila Nova de Santo André, à Zona Industrial e Logística de Sines (ZILS), e parcialmente ao Município de Santiago do Cacém e, em alta, parcialmente, aos Municípios de Santiago do Cacém e Sines; Fornecimento de água para consumo industrial à ZILS; Receção e destino final de Resíduos Industriais Não Perigosos; Conceção e execução das infraestruturas para estes serviços.'

No que respeita à área da Segurança e Higiene do Trabalho, deu-se início em janeiro à prestação de Serviços Externos, por parte da empresa QUALISEG.

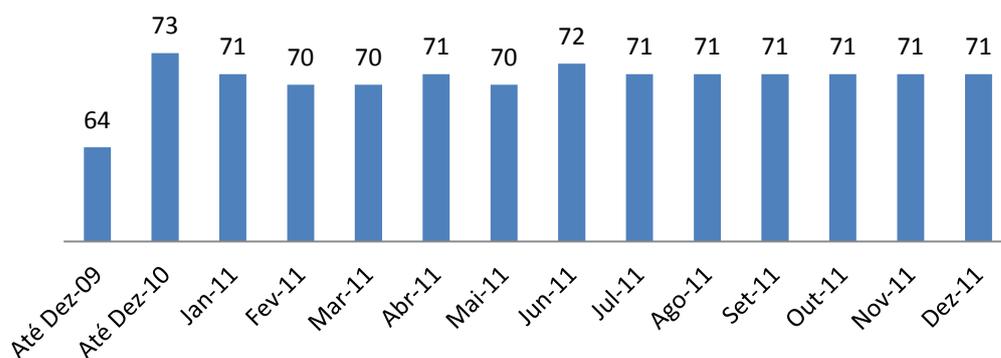
## 7. Gestão do Capital Humano

A AdSA iniciou o ano 2011 com 73 colaboradores e terminou o ano com 71 colaboradores, incluindo, em 2009 e 2010, um membro do Conselho de Administração.

Os gráficos seguintes permitem visualizar a evolução do número de colaboradores da AdSA.



Evolução do número de colaboradores no triénio de 2009-2011

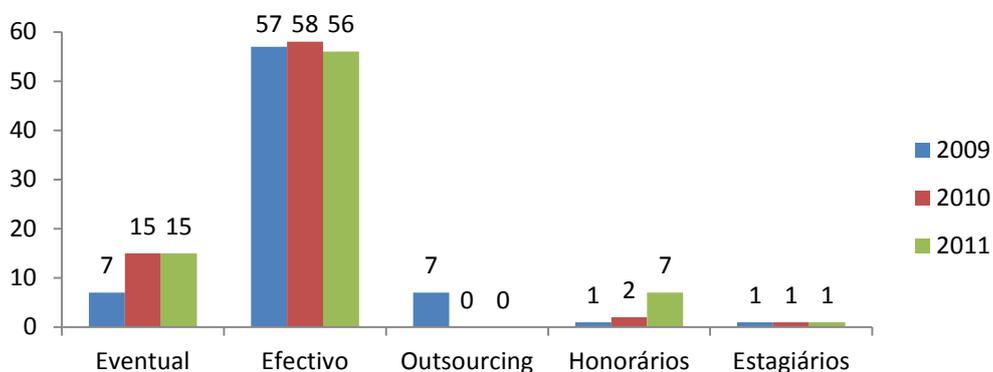


Evolução mensal do número de colaboradores

Durante o ano 2011 verificou-se a saída de dez colaboradores, sendo um membro executivo do Conselho de Administração e a contratação de oito novos colaboradores, o que no total se salda pelo decréscimo de um colaborador.

## Vínculo Laboral

O gráfico seguinte mostra a evolução do vínculo Laboral dos colaboradores da AdSA nos últimos 3 anos.



Evolução do vínculo laboral

Considerando que o core business da Empresa é a gestão e exploração do Sistema de Captação, Tratamento e Distribuição de Água Potável e Industrial, de Recolha e Tratamento e Rejeição de Efluentes Urbanos e Industriais e de Recolha, Tratamento e Destino Final de Resíduos Industriais de Santo André, os honorários estão predominantemente associados a ações não permanentes na empresa que exijam mão-de-obra altamente especializada, cuja competência não se justifica possuir dentro da empresa ou mão-de-obra não especializada de caráter temporário ou em áreas consideradas menos relevantes para o cumprimento dessa missão.

## Nível Etário

No final de 2011 as idades dos colaboradores variavam entre os 21 e os 61 anos de idade, sendo a média das idades de 37 anos, conforme se pode verificar no quadro e gráfico seguintes.

Nível Etário	Homens	Mulheres	Total
18 - 24 anos	3	0	3
25 - 29 anos	8	1	9
30 - 34 anos	13	9	22
35 - 39 anos	15	5	20
40 - 44 anos	5	1	6
45 - 49 anos	2	1	3
50 - 54 anos	2	2	4
55 - 59 anos	2	1	3
Acima dos 59 anos	0	1	1
<b>TOTAL</b>	<b>50</b>	<b>21</b>	<b>71</b>

Quadro da distribuição do nível etário

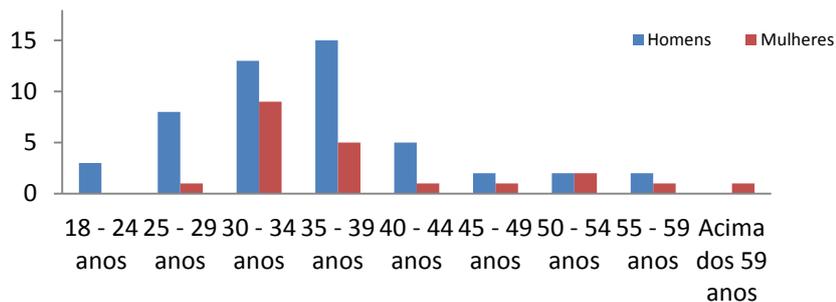


Gráfico da distribuição do nível etário

	2009	2010	2011
<b>Média de Idades</b>	<b>36</b>	<b>37</b>	<b>37</b>

Média de Idades

## Níveis de habilitação

No que diz respeito à habilitação académica e profissional dos colaboradores, na tabela foi atribuído um coeficiente de ponderação de 1 a 7 de acordo com o grau académico, e calculado para um valor médio ponderado, do grau académico da globalidade dos colaboradores.

De acordo com esse valor médio, verificou-se uma aproximação ao escalão do Ensino Secundário.

<b>Distribuição por Níveis de Habilitação</b>					
<b>Nível de Habilitação</b>	<b>Coef.</b>	<b>Homens</b>	<b>Mulheres</b>	<b>Total</b>	<b>Peso Ponderado</b>
S/Habilitação	1	0	1	1	1
1º Ciclo	2	2	0	2	4
2º Ciclo	3	2	0	2	6
3º Ciclo	4	17	1	18	72
<b>Ensino Secundário</b>	<b>5</b>	<b>23</b>	<b>7</b>	<b>30</b>	<b>150</b>
Ensino Superior	6	5	9	14	84
Pós-Graduações	7	1	3	4	28
<b>TOTAL</b>		<b>50</b>	<b>21</b>	<b>71</b>	<b>345</b>
<b>MÉDIA PONDERADA</b>					<b>4,9</b>

Quadro da distribuição por níveis de habilitação

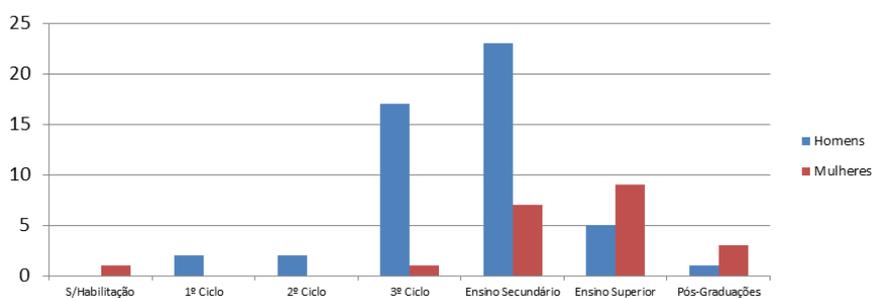


Gráfico da distribuição por níveis de habilitação

	2009	2010	2011
Nível médio de Habilitações	Ensino Secundário	Ensino Secundário	Ensino Secundário

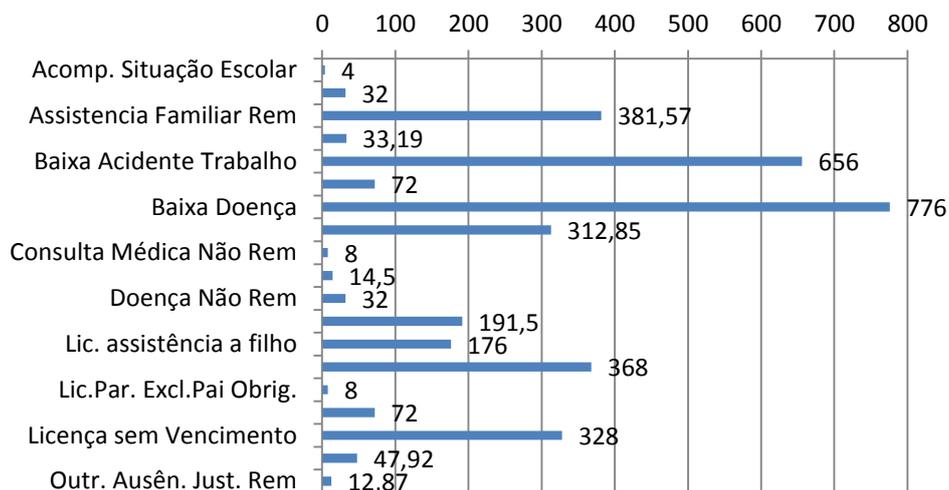
Nível médio de habilitações

A AdSA tem como objetivo qualificar o seu Capital Humano, incentivando os seus colaboradores a estudar e a valorizarem-se, facultando o Estatuto de Trabalhador Estudante. Neste contexto, em 2011, o número de horas dispensadas para colaboradores que usufruíram do Estatuto de Trabalhador Estudante foi de 170 horas, correspondendo a parte dos anos letivos 2010/2011 e 2011/2012, num total de 2 colaboradores.

## Absentismo

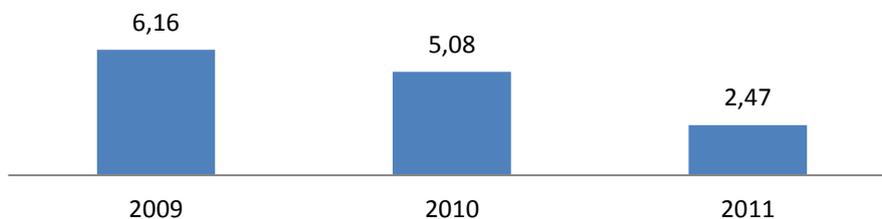
A taxa de absentismo teve um decréscimo, acentuado em 2011, e situou-se em 2,47% devido aos seguintes tipos de falta:

### Tipos de Falta consideradas no Absentismo (horas)



Tipos de faltas consideradas no absentismo

### Absentismo (%)



Percentagem de absentismo no triénio 2009-2011

## Acidentes de Trabalho

Acidentes de Trabalho / Ano 2011	s/ baixa	1 a 3 dias de baixa	4 a 30 dias de baixa	Mais de 30 dias de baixa	Mortais
<b>Número de acidentes</b>	<b>3</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Número de dias perdidos com baixa</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>11</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

Acidentes de trabalho

Em 2011 registaram-se 4 acidentes de trabalho, envolvendo 3 operadores da Direção de Operações e I Técnica Operativa da Direção Administrativa e Financeira.

## Formação

A formação profissional, parte integrante das atividades da AdSA e sempre presente nas prioridades e preocupações dos seus responsáveis, procura enriquecer continuamente o Capital Humano, enfatizando a criação/ inovação contínua e agregação de valor através do desenvolvimento das pessoas, da gestão do conhecimento e do capital intelectual.

A Empresa executa os seus programas anuais de formação, previamente elaborados, de acordo com as necessidades que o desenvolvimento das atividades nas respetivas áreas de negócio de intervenção aconselha. As ações de formação foram classificadas como internas e externas, sendo as internas as que são elaboradas pelos próprios recursos de AdSA, e externas as efetuadas através de outras organizações.

Em 2011, foram proporcionadas aos colaboradores 2.803 horas de formação, envolvendo 268 participações referentes a um total de 78 participantes, incluindo Estagiários e Prestadores de Serviços.

## 8. I & D e Inovação

### Projetos

O AWARE - Advanced Water Asset Rehabilitation é um projeto de investigação cujo objetivo é o desenvolvimento de uma ferramenta informática de apoio à decisão na área da reabilitação de Infraestruturas, bem como um conjunto de manuais técnicos de boa prática e materiais de e-learning . . Este projeto é financiado pelo European Economic Area (EEA) Financial Mechanism, pela ERSAR (Entidade Reguladora de Águas e Resíduos) e por 4 end-users - AdP, SMAS de Oeiras e Amadora, VEOLIA e AGS.

A equipa de I&D é constituída pelo LNEC, IST, ERSAR, YDreams, e, pelo SINTEF (Noruega) e conta ainda com vários observadores e colaboradores a nível internacional. Além de patrocinarem o desenvolvimento do projeto, a AdP Serviços, a Sanest e a Águas de Santo André, enquanto futuros utilizadores finais, participam como consultores no desenvolvimento e teste do *software*, manuais e outros materiais resultantes.

## 9. Código de Ética

O Grupo AdP acredita que a concretização dos seus interesses de longo prazo no desempenho da missão que lhe foi cometida pelo Estado Português. Está necessariamente alicerçada no estrito cumprimento dos mais elevados padrões de conduta ética.

O Código de Conduta e Ética do Grupo AdP vem expressar o compromisso do Grupo com todos aqueles que se relacionam com as empresas do Grupo nas suas atividades comerciais, institucionais e sociais, e que têm, por isso, interesse legítimo na transparência, no diálogo e na atitude ética das empresas do Grupo AdP e dos seus colaboradores.

Mas mais do que um compromisso, este Código de Conduta e Ética reflete a vontade de prosseguir um caminho de melhoria contínua de um grupo empresarial que assume como princípios estruturantes da sua ação o respeito pelos direitos dos colaboradores, a responsabilidade da defesa e proteção do meio ambiente, a transparência nas suas relações com o exterior e a contribuição para um desenvolvimento sustentável.

O Código é aplicável a todas as empresas e vincula todos os colaboradores do Grupo AdP, independentemente da sua função ou posição. O referido Código encontra-se disponível para consulta no site da Águas de Santo André, S.A., no endereço:

<http://www.aguasdesantoandre.pt/layout.asp?area=1&subarea=44>

## Valores éticos do Grupo AdP e Princípios de Atuação

O Grupo AdP tem como Valores Centrais:

- Espírito de Servir;
- Excelência;
- Integridade;
- Responsabilidade;
- Rigor.

E rege-se pelos seguintes Princípios:

- Respeito e proteção dos direitos humanos;
- Respeito pelos direitos dos colaboradores;
- Luta contra a corrupção;
- Erradicação de todas as formas de exploração;
- Erradicação de todas as práticas discriminatórias;
- Responsabilidade na defesa e proteção do meio ambiente;
- Contribuição para o desenvolvimento sustentável.

## 10. Controlo de Risco

A Águas de Santo André, S.A. (AdSA) e em particular, o seu Conselho de Administração, dedica grande atenção aos riscos inerentes à sua atividade, a qual é alcançada através da monitorização periódica dos principais riscos da atividade que resultam da operação diária.

Em 2011 foi dada continuidade ao projeto de *gestão do risco empresarial*, que teve como principais resultados uma avaliação integrada do risco e a sistematização do processo de gestão do risco, permitindo criar uma linguagem comum na definição e conceito de cada risco, a par do alinhamento dos objetivos com os riscos e respetivos controlos em vigor na empresa.

Os riscos encontram-se organizados de acordo com uma estrutura de classes e categorias definidas de acordo com a metodologia COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*), a qual apresentamos em baixo:

Classes	Governança	Estratégia & Planeamento	Operacional/ Infraestrutura	Conformidade	Reporte
Categorias	Governança Corporativa	Responsabilidade Social e Sustentabilidade	Ativos	Conformidade	Reporte
	Ética	Fatores Externos	Gestão Financeira		
		Estratégia	Recursos Humanos		
		Planeamento	Tecnologias de Informação		
			Legal		
			Desenvolvimento de Produtos e Serviços		
			Marketing, Vendas e Comunicação		
			Supply Chain		

A avaliação dos riscos é efetuada na perspetiva da probabilidade de ocorrência e do impacto, considerando os respetivos riscos inerente e residual. Deste modo, procura-se aferir a eficácia do sistema de controlo interno instituído por cada empresa para manter o nível de risco num patamar considerado aceitável.

Os riscos são avaliados considerando várias dimensões, pelo que quando se avalia o impacto estão a ser consideradas para cada risco diversas dimensões, nomeadamente:

- Financeira;
- Reputação;

- Legal ou regulamentar; e
- Nível de alinhamento com os objetivos de negócio.

A perspetiva da probabilidade de ocorrência do risco é avaliada considerando igualmente um conjunto alargado de fatores, nomeadamente:

- Existência e eficácia de controlos;
- Ocorrência anterior do risco;
- Complexidade do risco; e
- Capacidade instalada para gerir o risco (pessoas, processos, sistemas).

A Auditoria Interna e Controlo de Risco tem por missão a identificação dos riscos inerentes aos negócios do grupo AdP, a realização de auditorias internas às empresas participadas em posição maioritária, a caracterização dos elementos-chave de controlo necessários para minimizar ou eliminar o seu impacto e a realização de testes de conformidade para avaliar os resultados.

Considerando que reporta diretamente ao conselho de administração da Águas de Portugal SGPS, SA, é reforçada a sua independência perante as administrações das empresas auditadas e está dotada de um adequado grau de autonomia na realização dos trabalhos, otimizando os recursos disponíveis e evitando a duplicação de estruturas.

Os riscos relacionados com as classes governação, estratégia e planeamento, conformidade e reporte são tratados e monitorizados pela AdSA, sendo periodicamente apreciados pelo acionista maioritário (AdP SGPS, SA). A abordagem dos riscos da classe operacional e infraestrutura, para além de ser assegurada pela AdSA e respetivos órgãos de gestão é complementada por estruturas centralizadas de acompanhamento e controlo da atividade do acionista maioritário, as quais têm como responsabilidade identificar e gerir os principais riscos.

Os principais riscos a que a empresa se encontra exposta são os seguintes:

- Envolvente política, económica e financeira
- Alterações de legislação, regulamentação e regulação;
- Relacionamento com os municípios;
- Continuidade do negócio;
- Cobranças; e
- Crédito e financiamento.

O conselho de administração instituiu ações de monitorização periódicas sobre os principais riscos identificados anteriormente, de forma a acompanhar a sua evolução e aferir o nível de controlo, estando as mesmas a ser realizadas conforme previsto.

## I I. Prevenção de Conflitos de Interesse

Os membros do Conselho de Administração da Águas de Santo André, S.A. têm conhecimento do regime de impedimentos definido na Lei n.º 64/93, de 26 de agosto, no Estatuto do Gestor Público - (Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março) e nos Princípios de Bom Governo das Empresas do Setor Público Empresarial (RCM n.º 49/2007, de 28 de março), em que são estabelecidas regras relativas ao exercício cumulativo de funções e a obrigatoriedade de não intervenção nas decisões que envolvam interesses próprios destes titulares. Têm ainda conhecimento da Lei n.º 4/83, de 2 de fevereiro na redação da Lei n.º 25/95, de 18 de agosto.

Para esse efeito, os membros do Conselho de Administração da Administração da Águas de Santo André, S.A. cumprem com as seguintes obrigações:

- (i) - Entrega, junto da Inspeção-Geral de Finanças, de declaração contendo todas as participações e interesses patrimoniais que detenham, direta ou indiretamente na empresa, bem como cargos, funções e atividades profissionais que exerçam (artigo 22º, n.º 9 do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março);
- (ii) - Entrega da Declaração de Património e Rendimentos junto do Tribunal Constitucional (Lei n.º 4/83 de 2 de fevereiro, na redação da Lei n.º 25/95, de 18 de agosto, Decreto - Regulamentar n.º 1/2000, de 9 de março e ainda Lei 28/82 de 15 de novembro);
- (iii) - Entrega à Procuradoria-Geral da República de Declaração de Inexistência de Incompatibilidades ou Impedimentos (artigo 11º da Lei n.º 63/94 de 26 de agosto e artigo 22º, n.º 8 do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março);
- (iv) - Não intervenção em deliberações quando nelas tenha interesse, direta ou indiretamente (artigo 22º do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março);
- (v) - Cumprimento das demais disposições previstas no Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, e no Código das Sociedades Comerciais relacionadas com esta matéria.

## 12. Divulgação de Informação

Informação a constar no site da Empresa	Divulgação			Comentários
	S	N	N.A.	
Existência de Site	x			
Historial, Visão, Missão e Estratégia	x			
Organigrama	x			
Órgãos Sociais e Modelo de Governo:				
Identificação dos Órgãos Sociais	x			
Identificação das áreas de responsabilidade do CA		x		
Identificação das Comissões existentes na sociedade	x			
Identificar sistemas de controlo de riscos	x			
Remuneração dos Órgãos Sociais		x		
Regulamentos Internos e Externos		x		
Transações fora das condições de mercado			x	
Transações relevantes com entidades relacionadas		x		
Análise de sustentabilidade Económica, Social e Ambiental			x	
Código de Ética	x			
Relatório e Contas	x			
Provedor do Cliente			x	

### 13. Informação sintética sobre as iniciativas de publicidade institucional

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 47/2010, de 25 de junho - que fixa orientações para a colocação de publicidade institucional para o Estado, os Institutos públicos e as Empresas públicas concessionárias de serviços públicos, relativamente às respetivas obrigações de serviço público -, estipula que as entidades abrangidas por aquela Resolução devem incluir no relatório de atividades uma secção especificamente dedicada à divulgação de informação sintética sobre as iniciativas e ações de publicidade institucional desenvolvidas.

Para efeitos do presente Capítulo, e de acordo com o disposto no artigo 1.º da Portaria n.º 1297/2010, de 21 de dezembro, consideram-se como publicidade institucional as campanhas, ações informativas e publicitárias e quaisquer formas de comunicação realizadas pelas entidades referidas no número anterior mediante a aquisição onerosa de espaços publicitários, com o objetivo direto ou indireto de promover iniciativas ou de difundir uma mensagem relacionada com os seus fins ou as suas atribuições.

As campanhas e ações realizadas na prossecução simultânea de fins de publicidade institucional e de outros fins são igualmente abrangidas pelas obrigações de informação relativas à base de dados da publicidade institucional, salvo nos casos em que a componente de publicidade institucional for suscetível de autonomização quanto aos seus custos e colocação em meios de comunicação social.

No caso de ações e campanhas realizadas conjuntamente por mais de uma entidade, a responsabilidade pelo cumprimento das obrigações de informação previstas na presente portaria incumbe à entidade adjudicante.

As campanhas de publicidade institucional desenvolvidas pela Águas de Santo André, S.A. tiveram por base a prossecução de competências delegadas, fundadas e justificadas por razões de interesse público, e foram pautadas pelos princípios da verdade e da transparência.

A aquisição de espaços para publicidade institucional promovida pela Águas de Santo André, S.A. durante o ano de 2010 foi desenvolvida com vista a assegurar os objetivos de:

- Informar os cidadãos das condições de acesso e de utilização de serviços públicos;
- Divulgar informações relacionadas com a saúde pública;
- Desenvolver campanhas de sensibilização de boas práticas e de prevenção de comportamentos de risco;
- Divulgar planos, programas, projetos de empreendimentos públicos, de relevante interesse económico, social, cultural ou ambiental e os seus resultados, nomeadamente através da sua divulgação junto dos segmentos da população que deles possam beneficiar direta ou indiretamente;
- Prestar informações ou esclarecimentos públicos relevantes, relativos às matérias referidas na alínea anterior; e assegurar outras obrigações de publicitação previstas na lei.

De acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 2.º da Portaria n.º 1297/2010, de 21 de dezembro, e por obrigações de transparência, apresenta-se na Figura seguinte a informação sintética requerida.

Montante global, do ano de 2010, discriminado por trimestres

Órgão	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	Valor Global
Jornal O Leme	€ 450,00	€ 450,00	€ 450,00	€ 830,00	€ 2.180,00
Jornal O Litoral Alentejano	€ 500,00	€ 500,00	€ 500,00	€ 1000,00	€ 2.500,00
Total	€ 950,00	€ 950,00	€ 950,00	€ 1.830,00	€ 4.680,00

No desenvolvimento das iniciativas de publicidade institucional, a Águas de Santo André, S.A., cumpriu integralmente as determinações da Resolução do Conselho de Ministros n.º 47/2010, de 25 de junho.

A informação constante do presente Capítulo, relativo à publicidade institucional, será remetida ao Gabinete para os Meios de Comunicação Social (GMCS), conforme determinação da RCM n.º47/2010.

A informação sintética relativa ao aluguer de espaços para publicidade institucional da Águas de Santo André, S.A. divulgada neste Capítulo não invalida o exercício de outras formas de patrocínio ou parceria, devidamente identificadas, de programas ou de atividades cujo conteúdo ou objetivo estão relacionados com o cumprimento das missões e de valorização da correspondente atividade de serviço público desta empresa.

## 14. Cumprimento das Instruções, despachos e legislação diversa

A Águas de Santo André, S.A. deu cumprimento integral às instruções, despachos e legislação diversa, designadamente aos seguintes:

### **Cumprimento da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho, relativa ao Princípio de Unidade de Tesouraria do Estado**

A coordenação e obtenção dos financiamentos à atividade da empresa são desenvolvidas pela AdP SGPS, SA, no âmbito do definido no seu objeto social, assumindo a holding a responsabilidade de coordenar e obter os financiamentos necessários para fazer face às respetivas necessidades das sociedades que constam do seu portfólio, tendo sempre presente o objetivo de manutenção do equilíbrio da estrutura de financiamento numa perspetiva consolidada.

A centralização de parte significativa de fundos na AdP SGPS, SA tem permitido gerir, de forma coesa e coerente, as necessidades financeiras do Grupo, com reduzidos impactos na atividade de exploração das suas empresas.

Os excedentes permanentes de tesouraria foram transferidos para o Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público, na sequência das instruções recebidas, mantendo-se os excedentes temporários como caução das linhas de financiamento de curto prazo obtidas, tendo para tal sido solicitada autorização da tutela pela AdP SGPS.

### **Cumprimento do Plano de Redução de Custos**

Foi cumprido o plano de redução de Gastos com Pessoal e Fornecimentos e Serviços Externos acordado com a tutela, que definia o compromisso de redução, concretizado em termos consolidados, conforme determinação para os grupos de empresas, para a atividade de 2011 comparável com 2009. O cumprimento deste plano está conforme com o disposto no Despacho n.º 1315/2010, de 15 de novembro do Secretário de Estado do Tesouro e Finanças e no Despacho n.º 155/2011-MFAP, de 28, na medida em que a redução preconizada por este último despacho foi concretizada através do plano de redução de gastos de 2011 face à atividade comparável de 2009.

### **Adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas**

O grupo AdP dispõe de uma unidade de serviços partilhados, a AdP Serviços Ambientais, SA, que funciona como estrutura operacional de centralização, otimização e racionalização da aquisição de bens e serviços no âmbito das atividades a que se dedicam as empresas do que integram o Grupo. Neste quadro foi estabelecido um modelo relacional no âmbito do qual se encontra listado um conjunto padronizado de bens e serviços cuja aquisição opera através da Direção de Compras e Apoio Geral da AdP Serviços que funciona como central de compras do Grupo. A existência desta estrutura privativa do Grupo justifica-se por um conjunto de particularidades bastante relevantes dos bens e serviços de que as empresas participadas carecem. Trata-se de categorias de bens tão específicos como o sejam os reagentes e materiais de laboratório usados pelo segmento do tratamento da água ou dos efluentes ou contentores utilizados pela

fileira dos resíduos. Estas particularidades encontram-se presentes igualmente no parque automóvel em as viaturas operacionais utilizadas obedecem a tipologias específicas adaptadas às atividades desenvolvidas que podem ir desde pick-up adaptadas a camiões de transporte de resíduos. O mesmo se diga no caso da eletricidade com um conjunto vasto de instalações incluídas na Alta Tensão. A escala proporcionada pelo universo do Grupo tem permitido a obtenção de sinergias muito significativas que têm produzido bons resultados ao nível da centralização de aquisições como o demonstra o mais recente concurso público para fornecimento de energia elétrica no Grupo.

## 15. Avaliação sobre grau de cumprimento dos princípios do bom governo

A governação da Águas de Santo André, S.A. respeita os Princípios de Bom Governo das empresas do Setor Empresarial do Estado aprovados pela Resolução do Conselho de Ministros (RCM) n.º49/2007, de 28 de março.

No Quadro seguinte é efetuada uma avaliação do grau de cumprimento dos Princípios do Bom Governo a que se encontram sujeitas as empresas que integram o Setor Empresarial do Estado.

Missão, objetivos e princípios gerais de atuação		
Princípios	Grau de cumprimento	Fundamentação
<p><b>As empresas detidas pelo Estado devem:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Cumprir a missão e os objetivos que tenham sido determinados para a empresa, de forma económica, financeira, social e ambientalmente eficiente, atendendo a parâmetros exigentes de qualidade, procurando salvaguardar e expandir a sua competitividade, respeitando os princípios de responsabilidade social, desenvolvimento sustentável, serviço público e satisfação das necessidades da coletividade que lhe hajam sido fixados</li> </ul>	Total	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓A Águas de Santo André, S.A. cumpre a sua missão e os objetivos fixados de forma económica, financeira, social e ambientalmente eficiente.</li> <li>✓Anualmente, é apresentado no Relatório e Contas uma avaliação da atividade desenvolvida.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Proceder à enunciação e divulgação da sua missão, dos seus objetivos e das políticas para si e para as participadas que controla.</li> </ul>	Total	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓A divulgação da missão da Águas de Santo André, S.A., dos seus objetivos e das políticas desenvolvidas é realizada através do seu Relatório e Contas anual, do sítio da empresa na internet, e do Portal do Colaborador.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Elaborar planos de atividades e orçamentos adequados aos recursos e fontes de financiamento disponíveis, tendo em conta o cumprimento da missão e dos objetivos definidos.</li> </ul>	Total	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓A Águas de Santo André, S.A., elabora anualmente o seu plano de atividades e orçamento de acordo com os recursos e fontes de financiamento disponíveis e considerando a sua missão e objetivos fixados.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Definir estratégias de sustentabilidade nos domínios</li> </ul>	Total	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓O Grupo AdP, e por consequência a Águas de Santo André, S.A., definiu de forma organizada a estratégia e os princípios para</li> </ul>

<p>económico, social e ambiental, estabelecendo os objetivos a atingir e os respetivos instrumentos de planeamento, execução e controlo.</p>		<p>alcançar a posição de um ator principal no palco da sustentabilidade.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ A estratégia de sustentabilidade da Águas de Santo André, S.A., encontra-se disponível no seu Relatório e Contas anual, no sítio da empresa na internet e do Portal do Colaborador</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Adotar planos de igualdade, após diagnóstico da situação, de forma a alcançar uma efetiva igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres, a eliminar as discriminações e a permitir a conciliação da vida pessoal, familiar e profissional.</li> </ul>	<p>Total</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ O Grupo AdP, e por consequência a Águas de Santo André, S.A., preconiza a diversidade garantindo a igualdade de oportunidades aos seus colaboradores e promovendo a integração de pessoas com deficiência.</li> <li>✓ A Águas de Santo André, S.A. foi das primeiras empresas portuguesas a subscrever o Código de Conduta de Empresas e VIH.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Informar anualmente os membros do Governo, a tutela e o público em geral de como foi prosseguida a missão, do grau de cumprimento dos objetivos, de como foi cumprida a política de responsabilidade social, de desenvolvimento sustentável e os termos do serviço público, e de como foi salvaguardada a sua competitividade.</li> </ul>	<p>Total</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ A Águas de Santo André, S.A. cumpre na íntegra as obrigações de reporte de informação anual e ao público em geral e à AdP, SGPS, cabendo a esta o reporte de informação anual consolidada à tutela.</li> <li>✓ Anualmente, é apresentado no Relatório e Contas uma avaliação da atividade desenvolvida.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Cumprir a legislação e a regulamentação em vigor, devendo o seu comportamento ser eticamente irrepreensível no que respeita à aplicação de normas de natureza fiscal, de branqueamento de capitais, de concorrência, de proteção do consumidor, de natureza ambiental e de índole laboral, nomeadamente relativas à não discriminação e à promoção da igualdade entre homens e mulheres.</li> </ul>	<p>Total</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Toda a atividade do Grupo AdP e da Águas de Santo André, S.A. é norteada pelo cumprimento rigoroso das normas legais, regulamentares, éticas, deontológicas e boas práticas.</li> <li>✓ Neste contexto, a Águas de Santo André, S.A. adota um comportamento eticamente irrepreensível na aplicação de normas de natureza fiscal, de branqueamento de capitais, de concorrência, de proteção do consumidor, de natureza ambiental e de índole laboral.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Tratar com respeito e integridade os seus trabalhadores, contribuindo para a sua valorização profissional.</li> </ul>	<p>Total</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ O Grupo AdP e a Águas de Santo André, S.A. apostam na formação dos seus colaboradores, desenvolvendo as suas competências e potenciando novos desafios e oportunidades profissionais internas.</li> <li>✓ A Águas de Santo André, S.A. possui também um Regulamento de Valorização Profissional, através do qual permite aos seus colaboradores alargarem o seu portefólio de conhecimentos e competências através da frequência de programas avançados de formação.</li> </ul>

		<ul style="list-style-type: none"> <li>✓A Águas de Santo André, S.A. aderiu ao Programa Novas Oportunidades enquadrado no seu plano de Valorização Profissional.</li> <li>✓A Águas de Santo André, S.A. tem em vigor um Sistema de Gestão do Desempenho que é utilizado numa perspetiva desenvolvimentista e positivista.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Tratar com equidade todos os clientes, fornecedores e demais titulares de direitos legítimos. Estabelecer e divulgar os procedimentos adotados no que se refere à aquisição de bens e serviços e adotar critérios de adjudicação, assegurando a eficiência das transações realizadas e a igualdade de oportunidades para todos os interessados habilitados para o efeito.</li> </ul>	Total	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓A Águas de Santo André, S.A. respeita toda a legislação vigente referente à matéria de aquisição de bens e serviços e tem implementado um conjunto de boas práticas internas orientadas por princípios de economia, eficácia e de igualdade de oportunidades e com vista à salvaguarda da transparência, publicidade e concorrência.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Divulgar anualmente as transações que não tenham ocorrido em condições de mercado, bem como uma lista dos fornecedores que representem mais de 5% do total dos fornecimentos e serviços externos, se esta percentagem corresponder a mais de um milhão de euros.</li> </ul>	Total	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓A Águas de Santo André, S.A. divulga anualmente as transações que não tenham ocorrido em condições de mercado, bem como uma lista dos fornecedores que representem mais de 5% do total dos fornecimentos e serviços externos, se esta percentagem corresponder a mais de um milhão de euros, através do seu Relatório e Contas anual e no sítio da empresa na internet.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Conduzir com integridade os negócios da empresa, devendo ser adequadamente formalizados, não podendo ser praticadas despesas confidenciais ou não documentadas.</li> </ul>	Total	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓O Grupo AdP pauta a sua atuação por uma conduta íntegra na realização dos negócios, refutando veementemente práticas menos éticas.</li> <li>✓O Código de Conduta e Ética da Águas de Santo André, S.A. expressa o seu compromisso com uma conduta ética e transparente nos seus relacionamentos internos e externos, tendo como objetivo o reforço dos padrões éticos aplicáveis a todos os agentes e contribuindo para um desenvolvimento sustentável consolidado.</li> <li>✓Adicionalmente, foi elaborado o Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas da Águas de Santo André, S.A., o qual visa reforçar o compromisso individual de cada colaborador com as boas práticas no que respeita a relações com terceiros.</li> <li>✓A Águas de Santo André, S.A. desenvolveu a sua avaliação do cumprimento dos Planos de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas – 2011, através do</li> </ul>

		preenchimento de questionário desenvolvido e realizado sob a responsabilidade da Auditoria Interna e Controlo de Risco, órgão funcional da AdP, SGPS.
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ter ou aderir a um código de ética, que contemple exigentes comportamentos éticos e deontológicos, divulgando aos colaboradores, clientes, fornecedores e público em geral.</li> </ul>	Total	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓O Código de Conduta e Ética da Águas de Santo André, S.A. encontra-se disponível no sítio da empresa na internet e no Portal do Colaborador.</li> </ul>

Estruturas de administração e fiscalização		
Princípios	Grau de cumprimento	Fundamentação
<p><b>As empresas detidas pelo Estado devem:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Deter órgãos de administração e de fiscalização ajustados à dimensão e complexidade da empresa, de forma a assegurar a eficácia do processo de tomada de decisão e a garantir uma efetiva capacidade de supervisão, não devendo exceder o número de membros em empresas privadas de dimensão equivalente e do mesmo setor de atividade.</li> </ul>	Total	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓Cumprindo o disposto na legislação aplicável, a dimensão dos órgãos de administração e fiscalização da Águas de Santo André, S.A. estão perfeitamente ajustados à complexidade da sua missão, perfeitamente alinhados com a estratégia definida para o Grupo empresarial AdP, assegurando a eficácia do processo de tomada de decisão e garantindo uma autêntica capacidade de supervisão enquadrada no setor em que se insere.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ter um modelo de governo que assegure a efetiva segregação de funções de administração executiva e de fiscalização, devendo, no caso das empresas de maior dimensão e complexidade, a função de supervisão ser responsabilidade de comissões especializadas, entre as quais uma comissão de auditoria ou uma comissão para as matérias financeiras, de acordo com o modelo adotado. Os membros não executivos dos órgãos de administração, os membros do conselho geral e de supervisão devem emitir anualmente um relatório de avaliação do desempenho individual dos gestores executivos, assim como uma apreciação global das estruturas e dos mecanismos de governo em vigor na empresa.</li> </ul>	Total	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓O Modelo de Governo da Águas de Santo André, S.A., em alinhamento com o definido para as empresas participadas do Grupo AdP, que assegura a efetiva segregação de funções de administração e fiscalização, é composto, de acordo com os Estatutos da Sociedade pelos seguintes Órgãos Sociais: <ul style="list-style-type: none"> <li>• A Assembleia Geral;</li> <li>• O Conselho de Administração;</li> <li>• O Fiscal Único;</li> <li>• O ROC.</li> </ul> </li> <li>✓Os Administradores Não Executivos emitem anualmente um relatório sobre o desempenho dos Administradores Executivos.</li> <li>✓O Fiscal Único emite um relatório e parecer sobre os documentos de prestação de contas consolidadas. Ambos os relatórios anuais são publicados no Relatório e Contas da</li> </ul>

<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ter as contas auditadas anualmente por entidades independentes, observando padrões idênticos aos que se pratiquem para as empresas admitidas à negociação em mercado regulamentado. Os membros não executivos dos órgãos de administração, os membros do conselho geral e de supervisão deverão ser os interlocutores da empresa junto dos auditores externos, competindo-lhes proceder à sua seleção, à sua confirmação, à sua contratação e à aprovação de eventuais serviços alheios à função de auditoria, que deve ser concedida apenas se não estiver em causa a independência dos auditores.</li> </ul>	<p>Total</p>	<p>empresa.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ A auditoria anual às contas da Águas de Santo André, S.A. é efetuada por entidade independente externa, que tem como interlocutores privilegiados a Administração, o fiscal Único e a Direção Administrativa e Financeira.</li> <li>✓ De acordo com o estipulado na Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007, a seleção e contratação do auditor externo é da responsabilidade da AdP, SGPS, e dentro desta, dos membros não executivos do Conselho de Administração, que asseguram as suas condições de independência.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Promover a rotação e limitação de mandatos dos membros dos seus órgãos de fiscalização</li> </ul>	<p>Total</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Os membros dos Órgãos Sociais da Águas de Santo André, S.A. são eleitos por um período de três anos, podendo ser reeleitos.</li> <li>✓ No entanto, por imposição legal e estatutária o número de renovações consecutivas não pode exceder o limite de três.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• O órgão de administração deve criar e manter um sistema de controlo adequado, de forma a proteger os investimentos da empresa e os seus ativos, devendo abarcar todos os riscos relevantes assumidos pela empresa.</li> </ul>	<p>Total</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ A gestão de risco enquanto pilar do Governo das Sociedades, foi incorporada em todos os processos de gestão, tendo sido assumida como uma preocupação constante de todos os gestores.</li> <li>✓ Neste contexto, a Águas de Santo André, S.A. está sujeita ao controlo da Auditoria Interna e Controlo de Risco – Corporativo - que tem como principais objetivos a identificação dos fatores de risco ao nível das principais atividades empresariais e dos respetivos controlos-chave para reduzir ou eliminar o seu impacte.</li> </ul>

Remunerações e outros direitos		
Princípios	Grau de cumprimento	Fundamentação
<p><b>As empresas públicas devem:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Divulgar publicamente em cada ano, nos termos da legislação aplicável, as remunerações totais, variáveis e fixas, auferidas por cada membro do órgão de administração e do órgão de fiscalização, distinguindo entre funções executivas e não executivas.</li> </ul>	<p>Total</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ A divulgação pública das remunerações totais, variáveis e fixas, auferidas por cada membro dos diversos órgãos sociais da Águas de Santo André, S.A. consta do Relatório e Contas anual e do sítio da empresa na internet.</li> </ul>

<ul style="list-style-type: none"> <li>• Divulgar anualmente todos os benefícios e regalias, designadamente quanto a seguros de saúde, utilização de viatura e outros benefícios concedidos pela empresa.</li> </ul>	<p>Total</p>	<p>✓A divulgação anual de todos os benefícios e regalias de cada membro dos diversos órgãos sociais da Águas de Santo André, S.A. consta do Relatório e Contas anual e do sítio da empresa na internet.</p>
--	--------------	---

Prevenção de conflitos de interesse		
Princípios	Grau de cumprimento	Fundamentação
<p><b>Os membros dos órgãos sociais das empresas públicas devem:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Abster-se de intervir nas decisões que envolvam os seus próprios interesses, designadamente na aprovação de despesas por si realizadas.</li> </ul>	<p>Total</p>	<p>✓Os membros do Conselho de Administração da Águas de Santo André, S.A., têm pleno conhecimento das normas relativas à abstenção de participar na discussão e deliberação de determinados assuntos e respeitam essas mesmas normas na sua atividade.</p>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• No início de cada mandato, sempre que se justificar, os membros dos órgãos sociais devem declarar ao órgão de administração, ao órgão de fiscalização e à Inspeção-geral de Finanças, quaisquer participações patrimoniais importantes que detenham na empresa, assim como relações relevantes que mantenham com fornecedores, clientes, instituições financeiras ou outros parceiros de negócio, que possam gerar conflitos de interesse.</li> </ul>	<p>Total</p>	<p>✓Não existem incompatibilidades entre o exercício dos cargos de administração na Águas de Santo André, S.A. e os demais cargos desempenhados pelos membros do Conselho de Administração.</p> <p>✓Os membros do Conselho de Administração da Águas de Santo André, S.A. cumprem todas as disposições legais relativas à comunicação dos cargos exercidos em acumulação.</p> <p>✓Os membros do Conselho de Administração, de acordo com o estipulado no Estatuto do Gestor Público, comunicaram à Inspeção-Geral de Finanças todas as participações e interesses patrimoniais que detinham, direta ou indiretamente, nas empresas onde exercem funções.</p>

## 16. Relatório dos Administradores Não Executivos



### RELATÓRIO DOS ADMINISTRADORES NÃO EXECUTIVOS SOBRE O DESEMPENHO DO ADMINISTRADOR EXECUTIVO

#### 1. Introdução

Nos termos da alínea m) do artigo 13º - A do Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de Dezembro, na redacção do Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de Agosto, cumpre-nos, na qualidade de administradores não executivos, apresentar um relatório sobre o desempenho do administrador executivo referente ao exercício de 2011.

#### 2. Actividade

Nos termos da lei, e das competências que o novo estatuto do gestor público determina, e de outras atribuições decididas pelo Conselho de Administração, acompanhamos a gestão da empresa e o desempenho do administrador executivo.

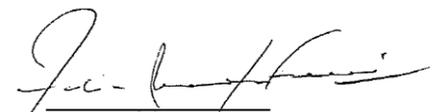
As nossas funções foram exercidas com independência, sendo nosso juízo, no que se refere ao administrador executivo, livre e incondicionado.

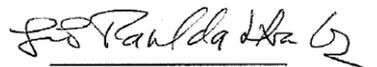
#### 3. Parecer

Face ao acima exposto, fazemos uma apreciação de proximidade positiva do seu desempenho global, não perdendo de vista a preocupação do administrador executivo de auscultar as nossas opiniões e juízos de valor sobre as acções de gestão, adoptando em muitas ocasiões os conceitos das nossas intervenções mais relevantes que tiveram em vista um melhor rigór na gestão da empresa.

Vila Nova de Santo André, 7 fevereiro de 2012

Os Administradores não executivos

  
Joaquim Marques Ferreira

  
João Manuel da Silva Costa

Águas de Santo André, S.A.  
Cerca da Água - Rua dos Cravos - Apartado 64 • 7500-999 Vila Nova de Santo André • Portugal  
tel.: 351 269 708 240 • fax: 351 269 708 269

# Atividade da Empresa

## I. Introdução

### Política de Gestão Integrada

Em harmonia com a Missão de que está incumbida e a Visão Estratégica da Administração, e consciente do papel fundamental que desempenha no desenvolvimento da região onde se insere, a AdSA concebe, implementa, mantém e revê o seu Sistema de Responsabilidade Empresarial como motor perseverante da contínua melhoria do seu desempenho, assente na defesa dos seguintes valores:

- A satisfação dos clientes, consumidores e público em geral, enquanto fator de reconhecimento da Empresa como prestadora de um serviço essencial à população;
- A qualidade ambiental como integrante da qualidade de vida dos cidadãos e do desenvolvimento sustentável da região;
- O conhecimento pluridisciplinar, a competência e o profissionalismo como premissas para um bom desempenho da Empresa como um todo;
- O espírito de equipa, apoiado na realização pessoal e profissional dos seus colaboradores, enquanto fator de sucesso para a Empresa.

## 2. Enquadramento macroeconómico

### Global

A economia mundial sofreu, em 2011, da confluência de dois desenvolvimentos adversos, corporizados na lenta recuperação económica das economias mais avançadas e na elevada incerteza fiscal e financeira. Estes dois fatores são a justificação para que essas economias tenham crescido, neste ano, apenas cerca de 1,5%, enquanto a economia mundial cresceu aproximadamente 4% (em 2010, tinha crescido mais de 5%), novamente à custa das economias emergentes (China, Índia, Brasil, México, Indonésia, Malásia, Filipinas, países africanos, etc.). 2011 é mais um ano da Grande Crise, que se iniciou em 2007 nos Estados Unidos da América, com a crise financeira do "subprime", e que, em 2008-2009, se tornou numa crise económico-financeira quase global (de proporções nunca vistas desde 1929). No período 2010-2011 evoluiu para uma crise das dívidas soberanas, que atingiu de modo especial a Zona Euro, gerando a atual "crise sistémica". As perspetivas para 2012 não são melhores: por um lado, a crise na Zona Euro parece não ter fim, uma vez que por um lado os compromissos políticos teimam em não sair do papel e a pacificar os mercados, e por outro, a instabilidade fiscal nos EUA, o seu débil mercado imobiliário e a deterioração das suas condições financeiras, não auguram um futuro próximo positivo.

### União Europeia

A economia da União Europeia registou novamente um crescimento insignificante (pouco mais de 1% em 2011), mantendo a tendência para a diminuição da procura interna e um enfraquecimento da confiança e agravamento das condições de financiamento em resultado do aumento da incerteza relacionada com a crise das dívidas soberanas e das revisões em baixa da procura externa. Este contexto de incerteza elevada, ampliado pela crescente crise de déficits excessivos das contas públicas de uma grande maioria dos países da

Zona Euro, deu origem a riscos descendentes substanciais quanto às perspetivas económicas para a área do euro. Os riscos descendentes estão associados, em especial, a uma nova intensificação das tensões nos mercados financeiros da área do euro e ao seu potencial de repercussão na economia real. Estão também relacionados com a economia mundial, que poderá ser mais fraca do que o esperado, bem como com pressões protecionistas e a possibilidade de uma correção desordenada dos desequilíbrios mundiais. Os analistas referem a urgência na tomada de decisões estratégicas por parte dos líderes europeus, para acalmar os mercados e trazer maior segurança e a determinação necessárias para enfrentar estes tempos difíceis. O Banco Central Europeu tem atuado em duas frentes, mantendo as taxas de juro baixas (tendo inclusive baixado a taxa de juro de referência em novembro e em dezembro de 2011) no sentido de travar a tendência inflacionista da economia europeia, que deve rondar os 2% em 2011, e comprando dívida soberana dos países mais debilitados da Zona Euro.

## Portugal

Em Portugal, o ano de 2011 fica marcado pelo pedido de Assistência Económica e Financeira à Comissão Europeia, ao Banco Central Europeu e ao Fundo Monetário Internacional. Este pedido vem na sequência da ineficácia das medidas de consolidação orçamental e de contenção da despesa pública integradas no Plano de Estabilidade e Crescimento (PEC) para o período 2010-2013, aprovado em 2010 e com revisões posteriores. Neste contexto, é de referir a não aprovação na Assembleia da República, da quarta proposta de revisão (PEC VI) que veio a precipitar a demissão do Governo e a realização de eleições legislativas antecipadas. A evolução económica portuguesa em 2011 está, assim, fortemente limitada pelo processo de ajustamento macroeconómico no contexto do programa de assistência económica e financeira internacional, apontando todas as projeções para uma forte contração da economia portuguesa em 2011 e em 2012 e para uma provável estagnação em 2013. Esta retração traduz uma queda significativa da procura interna, tanto pública como privada, uma redução significativa do investimento, em particular o público e um acesso cada vez mais difícil ao financiamento bancário, acompanhada por um importante crescimento das exportações.

Em 2011 o PIB português deverá cair 1,6%, o consumo público 3,2% e o privado 3,6%. A inflação deverá ser de 3,6%, influenciada pela subida do IVA (particularmente sobre o gás e a eletricidade) e de outros impostos específicos ao consumo. O deficit das contas públicas em 2011 deverá fechar nos 4% do PIB.

A taxa de desemprego em Portugal, de acordo com o Eurostat, situava-se em 13,2% (novembro de 2011), quase um ponto percentual acima do valor registado em 2010, sendo superior à média registada no conjunto dos 27 países da União Europeia, que se situava em 9,8%, mas ainda assim abaixo dos níveis registados em Espanha (22,9%), na Grécia (18,8%, em setembro de 2011) e na Irlanda (14,6%). Para Portugal e para o ano de 2012, as estimativas apontam para um aumento desta taxa.

Depois dos ganhos de mais de 30% em 2009, e de perdas de 10% em 2010, em 2011 o índice PSI 20 da bolsa portuguesa acentuou a queda, registando uma média de 20% de perdas. Em resultado, hoje as cotadas do principal índice português valem menos 12 mil milhões de euros em relação há um ano. O setor financeiro foi onde se registaram as maiores perdas (entre os 75% do BCP e os 53% do BES). Entre as não financeiras registaram-se perdas significativas, de 43% na Portugal Telecom e de 10%, na Sonae com. A Jerónimo Martins foi a cotada que mais subiu (12%), embora longe do crescimento registado em 2010 (63%).

### 3. Enquadramento do Setor

#### Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais

O setor dos serviços de águas vem registando nos últimos anos uma muito expressiva e importante evolução, salientada por diferentes entidades e evidenciada nos mais variados indicadores, dos quais merecem especial destaque os relativos à percentagem de água distribuída sujeita a controlo, à boa qualidade da água para consumo humano, ao aumento dos índices de cobertura de serviços com sistemas públicos e de tratamento de águas residuais urbanas, assim como à melhoria da capacidade de resposta aos períodos de menor pluviosidade, garantindo-se uma maior autonomia dos sistemas através de um aumento dos volumes estratégicos de reserva.

Sem embargo da evolução registada, o contágio da crise dos mercados financeiros para a dívida soberana dos Estados, com repercussões cada vez mais acentuadas e afetando com especial acuidade o país no decorrer de 2011, teve naturalmente consequências gravosas no setor de águas, em particular no capítulo relativo ao investimento.

Esta crise obrigou a repensar os planos de investimentos desenhados, inclusivamente aqueles que dispunham de apoio comunitário assegurado, uma vez que foi fortemente limitada a capacidade de subsídio e de financiamento junto do setor financeiro.

Este facto contribuiu fortemente para o agravamento de um conjunto de dificuldades estruturais há muito diagnosticadas no setor, em particular as da sustentabilidade económica e financeira dos operadores, medido pelo acumular do défice tarifário, conforme ilustrado no gráfico. Este agravamento contribuiu em grande medida para o acentuado crescimento que se vem verificando das dívidas dos utilizadores pelo serviço prestado.

Este contexto desfavorável veio assim tornar incontornável e ainda mais premente a necessidade de dar continuidade à consolidação do setor, cuja importância e imprescindibilidade já se encontrava espelhada no Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais 2007 – 2013 (PEAASAR II).

O reconhecimento dessa necessidade de consolidação e, em geral, de uma resposta mais abrangente e integrada, em escala e em âmbito, às exigências acrescidas do setor, pode medir-se pelo enorme esforço de infraestruturação realizado no nosso país nos últimos quinze anos, em particular pelo grupo AdP, com poucos paralelos a nível internacional.

A vantagem de uma maior integração, releve-se, foi de algum modo antecipada por um grupo muito alargado de municípios e pelo grupo AdP que, aquando do lançamento dos sistemas multimunicipais em várias regiões do país, celebraram protocolos para a integração dos respetivos sistemas municipais. Este espírito de colaboração entre municípios e AdP, posteriormente reforçado em várias ocasiões, a par do desenvolvimento de vários projetos e iniciativas relevantes no setor e de sinais de uma maior perceção por parte dos diversos intervenientes dos custos reais associados aos serviços, reforçam a nossa convicção quanto à existência de condições para se evoluir e ultrapassar os atuais e acentuados constrangimentos.

Papel importante tem sido igualmente desempenhado por diferentes entidades na realização de vários estudos, verificando-se uma assinalável convergência em aspetos importantes e contribuindo para fundamentar soluções para a consolidação do setor. Neste domínio também o grupo AdP procurou mais uma vez estar à altura das suas importantes responsabilidades, tendo os estudos por si promovidos concluído, no essencial, que:

a) O gasto médio nacional com os serviços de águas junto do utilizador final, num cenário de otimização, pode situar-se num valor na ordem dos 2,7 €/m<sup>3</sup> de água faturada (preços de 2008) o que, em termos de acessibilidade económica das populações, significa que pode ser perseguido, numa perspetiva

macro, o objetivo de implementação do princípio do utilizador-pagador, e assim a autonomização financeira do setor através das tarifas.

b) As expressões dos desequilíbrios na ocupação do território, aliadas a outros fatores, materializam-se no apuramento de gastos até 2,0 €/m<sup>3</sup> no caso das áreas metropolitanas e de cerca de 4,5 €/m<sup>3</sup> no caso de regiões do interior, já em cenários de otimização e com a adesão dos municípios de maior dimensão. Estes valores sugerem que a perseguição do objetivo de aplicação do princípio do utilizador-pagador seja mais viável quando aplicado ao todo o nacional, e não individualmente em cada uma das regiões, o que torna inevitável a implementação de um mecanismo de compensação.

Outros estudos conhecidos apontam para que:

(i) A escala mínima eficiente das entidades gestoras de sistemas municipais encontra-se avaliada para Portugal, entre os 90.000 e os 140.000 habitantes residentes;

(ii) A captação de ganhos em sistemas dispersos, como os que servem as regiões de menor densidade populacional, passa pela verticalização e pela integração territorial, isto é, combinar uma atuação integrada “alta” e “baixa” com uma agregação territorial superior, e englobando todo o ciclo urbano da água. Já no caso dos sistemas mais concentrados, como os que servem as grandes áreas metropolitanas, a atuação não verticalizada permite captar o essencial dos ganhos de eficiência e eficácia, porquanto a otimização se concentra em torno da infraestrutura e não em termos territoriais ou da gestão verticalizada.

No que respeita à aposta no melhor desempenho em termos de eficiência e de eficácia, objeto de grande e continuado esforço nos sistemas “em alta” e também em múltiplos sistemas municipais, a existência de um maior conhecimento e convergência técnica quanto ao sentido de atuação, a par de soluções merecedoras de um consenso alargado, permite equacionar um alargamento desse esforço a um universo crescente de sistemas, bem como uma melhoria na articulação “alta” – “baixa”.

Assim, parece consensual que, para além do necessário ajustamento tarifário, os grandes princípios que presidiram à estruturação dos sistemas multimunicipais em 1993 se mantêm válidos, nomeadamente no que respeita à aposta em entidades gestoras com uma escala adequada, dotadas de uma gestão empresarial e beneficiando de meios técnicos especializados e competentes.

Neste domínio o ano de 2011 registou importantes progressos que importa dinamizar, dos quais relevamos:

- As iniciativas de promoção de entidades gestoras de sistemas municipais com uma escala relevante, quer por parte da Comunidade Intermunicipal do Minho-Lima, quer as promovidas pelos municípios com o grupo AdP nas regiões do Noroeste, Mondego e Lis, Oeste e Algarve, que reforçam iniciativas anteriores mais recentes no mesmo sentido como a Águas do Ribatejo, Águas da Região de Aveiro e Águas Públicas do Alentejo, assim como a Águas do Noroeste, resultante da fusão de três anteriores entidades gestoras de sistemas multimunicipais.
- A importante tomada de posição no seio da Associação Nacional de Municípios Portugueses em torno da implementação de um mecanismo de compensação e solidariedade no setor.
- As iniciativas da ERSAR ao nível dos tarifários dos serviços de águas.

### Aspetos específicos

Durante o ano 2011, o grupo Águas de Portugal prosseguiu o plano de investimentos relativo à infraestruturação do setor, tomando por referência a estratégia e os objetivos definidos nos planos nacionais que abrangem a área do abastecimento de água e do saneamento de águas residuais, designadamente no PEAASAR II. Esta tarefa revela-se necessária para a obtenção dos níveis de atendimento e os padrões de qualidade exigidos pela legislação nacional e comunitária aplicada.

Ferramenta essencial para a operacionalização desta estratégia é o Eixo referente à Rede Estruturante de Abastecimento de Água e Saneamento do Programa Operacional Valorização do Território (POVT) no âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN 2007-2013), que dispõe de recursos financeiros limitados mas essenciais para a concretização dos objetivos traçados para o setor.

O Fundo de Coesão disponível no Eixo do POVT relativo ao Abastecimento de Água e Saneamento tem-se revelado indispensável para apoio aos investimentos em curso respeitantes aos sistemas multimunicipais, intermunicipais e municipais, e que foram inicialmente avaliados em mais de 3.800 milhões de euros, no período 2008 – 2015. O facto da adesão dos promotores – em termos de candidaturas apresentadas - ter superado largamente a oferta financeira disponível comprova a importância da comparticipação comunitária para a infraestruturização do setor e para a sua sustentabilidade.

Para além da execução das candidaturas aprovadas a título do 1º Aviso ao POVT/Eixo II, há a considerar mais 20 candidaturas promovidas por empresas do grupo AdP e aprovadas pelo POVT durante 2011, totalizando agora um investimento de cerca de 635,4 milhões de euros dos quais é expectável receber uma comparticipação comunitária a fundo perdido (Fundo de Coesão) de cerca de 410,6 milhões de euros.

Várias candidaturas submetidas pelo Grupo a comparticipação comunitária no âmbito do POVT foram suspensas em virtude de não se efetivarem as parcerias Estado-Municípios que lhes davam sustentação. De referir ainda que face às condicionalidades que se colocam à execução dos investimentos, afiguram-se necessárias reprogramações de grande parte das candidaturas por forma a adaptar a programação à nova realidade e a uma diminuição das necessidades de comparticipação nacional perante as dificuldades na obtenção de outros financiamentos.

No que respeita ao forte constrangimento, já apontado acima, na realização dos investimentos por parte das empresas do grupo AdP no ano 2011, há que referir a conjugação de diferentes efeitos:

a) O Despacho n.º155/2011, de 28 de abril, do Ministro de Estado e das Finanças, emanado no âmbito do largo espectro de medidas de emergência adotadas para fazer face à crise económica e financeira, veio clarificar o conteúdo de orientações anteriores, ao atribuir um primado exclusivo ao cumprimento dos limites de endividamento do Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC) 2010-2013 a partir de 2011, deixando de introduzir qualquer nuance a propósito dos investimentos com financiamento comunitário.

Para dar cumprimento a esta determinação houve que realizar um significativo aprofundamento do trabalho realizado no ano de 2010, promovendo a elaboração de novos planos de investimento em todas as empresas do Grupo para que os citados limites de endividamento fossem cumpridos em termos consolidados. Esses planos traduzem o adiamento de um conjunto muito significativo de investimentos para data subsequente ao período de vigência do PEC.

b) O mesmo despacho estabeleceu a obrigatoriedade de que todos os investimentos a iniciar no período do PEC, de valor superior a 5% do capital social, fossem submetidos à aprovação dos acionistas em assembleia-geral. Por este motivo, entre outros, foram realizadas assembleias-gerais extraordinárias em todas as empresas do Grupo, na segunda quinzena do mês de julho, nas quais foram aprovadas as listas de investimentos respetivas.

Foi também estabelecido que estas mesmas listas de investimentos careciam igualmente de aprovação simultânea dos membros do Governo responsáveis pelas Finanças e pelo Ambiente. No final de 2011 não existia ainda nenhum investimento aprovado, o que significou um importante protelamento a adicionar àquele que os novos planos de investimento tinham já implicado.

c) Para além dos adiamentos referidos, resultantes do enquadramento institucional e legal, também o contexto no que toca à restrição no acesso ao crédito bancário, que é do conhecimento geral, se revelou determinante como fator limitativo ao normal desenvolvimento dos trabalhos. A este enquadramento há ainda que acrescentar as acrescidas dificuldades de tesouraria resultantes do aumento de prazo médio de pagamento por parte dos clientes das empresas, tornando especialmente complexo o financiamento do investimento.

Merece também especial referência, ainda no âmbito do Despacho do Ministro de Estado e das Finanças n.º 155/2011, de 28 de abril, o estabelecimento, no seu ponto 4, da obrigatoriedade de todas as empresas do Setor Empresarial do Estado fixarem a despesa máxima anual de gastos com pessoal e fornecimentos e serviços externos em 85% do valor registado em 2009. Esta limitação condicionou, durante 2011, toda a atividade das empresas, obrigando a um esforço extremo de contenção de custos, sem pôr em causa a continuidade e qualidade do serviço prestado.

Há que enfatizar a dificuldade que se verificou em pôr em prática esta medida pois, apesar de em 2011 estar em vigor a redução de cerca de 5% da massa salarial prevista no PEC e generalizada à Administração Pública e ao Setor Empresarial do Estado, houve que assegurar uma grande margem de redução para além disso em empresas dimensionadas com moderação e onde a contenção de custos foi sempre um objetivo fundamental.

Assim, para conseguir cumprir esta diretriz, em 2011 houve que adiar algumas intervenções, tornando difícil assegurar o respetivo cumprimento nos anos seguintes sem condicionar a qualidade do serviço.

Deve ainda ser destacado o envolvimento da AdP na implementação da Estratégia Nacional para os Efluentes Agropecuários e Agroindustriais (ENEAPAI), dando cumprimento às orientações da tutela, com a prossecução dos trabalhos relativos ao desenvolvimento e implementação das soluções previstas, em particular, nas regiões de Leiria, Oeste e Península de Setúbal. A premência na resolução dos problemas ambientais provocados pelos efluentes agropecuários e agroindustriais ganhou uma importância acrescida dado que, com a entrada em funcionamento das instalações de tratamento de esgotos urbanos, estas atividades tornaram-se no principal foco de poluição das regiões onde se inserem.

Atendendo à difícil conjuntura económica que o país e o setor atravessaram, foi necessário reavaliar o modelo de envolvimento da AdP nestes projetos no sentido de encontrar soluções que possibilitem atenuar os riscos de investimento e garantir os financiamentos bancários necessários à implementação das diversas soluções. Neste sentido, procedeu-se à reconfiguração das intervenções regionais que se traduziu no envolvimento de entidades privadas nestes projetos. Para concretizar este envolvimento definiu-se o quadro de atuação de cada entidade e obtiveram-se as autorizações necessárias que permitissem retomar o normal andamento dos projetos.

Contudo, perante o agravamento das condições de financiamento destes projetos e de novas condicionantes impostas ao setor público, foi necessário reavaliar as políticas públicas e o modelo de atuação para esta temática, suspendendo-se temporariamente algumas intervenções previstas.

## 4. Regulação

### Regulação

A Águas de Santo André, S.A. exerce atividades que constituem serviços de interesse económico geral, indispensáveis ao bem-estar das populações, ao desenvolvimento das atividades económicas e à proteção do meio ambiente. Estas atividades são desenvolvidas num enquadramento de melhoria contínua na prestação dos serviços públicos de abastecimento de água, saneamento de águas residuais e tratamento e destino final de resíduos com ganhos crescentes de eficiência produtiva e ambiental.

A atividade da Águas de Santo André, S.A. é regulada e desenvolvida em regime de concessão, desenvolvida num contexto definido pela legislação e regulamentação em vigor, pelo disposto nos contratos de concessão de serviço público celebrados com o Estado e pelas disposições e recomendações emitidas pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR).

Durante o ano de 2009, com a publicação do Decreto-Lei n.º 277/2009, de 2 de outubro, os poderes e âmbito de atuação da ERSAR foram reforçados e alargados aos serviços prestados ao utilizador final (serviços em “baixa”). O novo estatuto da ERSAR cria as condições para reduzir as distorções de mercado existentes decorrentes do facto de serem praticados tarifários ao utilizador final que não estão otimizados, uma vez que estes tarifários passarão a poder ser escrutinados pelo Regulador.

Neste âmbito, a ERSAR emitiu em 2009 uma recomendação quanto à formação de tarifários dos serviços públicos de abastecimento de água para consumo humano, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos (Recomendação IRAR n.º 1/2009 – Recomendação Tarifária), que veio a ser complementada em 2010 com uma proposta de Recomendação que pretende criar as linhas orientadoras para o apuramento de custos e construção dos tarifários.

Espera-se que estas duas recomendações venham a permitir criar tarifários mais eficientes e que potenciem uma maior e mais adequada forma de recuperação dos encargos associados à provisão dos serviços em baixa, contribuindo para a maior sustentabilidade do setor, para a eliminação das significativas distorções nos tarifários de “baixa” que ainda se verificam, como, por exemplo, a inexistência de tarifários de “baixa” para serviços de saneamento e resíduos em muitos municípios já servidos por sistemas em “alta” com elevado desempenho.

## Regulação Económica

De acordo com o disposto nos contratos de concessão, o ciclo regulatório anual inicia-se em 30 de setembro com a apresentação ao Concedente e ao Regulador das propostas de orçamento e projeto tarifário para o(s) ano(s) seguinte(s). Com a publicação do Decreto-Lei n.º 195/2009, de 20 de agosto, o prazo de avaliação das propostas uniformizou-se em 60 dias para todos os sistemas multimunicipais.

As propostas de orçamento e tarifa para 2011 foram apresentadas em conformidade com o disposto na Portaria n.º 1275/2003, de 7 de novembro. Em 19 de setembro de 2011, foi publicada a portaria 269/2011 que substituirá a Portaria n.º 1275/2003, de 7 de novembro, quando for remetida ao Concedente a proposta de orçamento e tarifa para 2013.

O ciclo orçamental de 2011, iniciado em setembro de 2010, estendeu-se até janeiro de 2011, o que representou um atraso de 31 dias. Este prazo de avaliação e aprovação das propostas de orçamento e tarifas apresentou impactes negativos na tesouraria da empresa, decorrentes da não-aceitação por parte dos utilizadores dos efeitos do tarifário desde janeiro.

Em setembro de 2011 iniciou-se o ciclo orçamental para 2012, não tendo a proposta de orçamento e projeto tarifário sido aprovada até 31 de dezembro de 2011. Nesta data, estava ainda emitido o projeto de parecer por parte do Regulador.

De acordo com o modelo regulatório vigente (custo de serviço) e nos termos dos contratos de concessão podem gerar-se diferenças entre o volume de proveitos necessário à cobertura da totalidade dos encargos incorridos pela entidade gestora, incluindo os impostos sobre os resultados da sociedade e a remuneração dos capitais próprios, e o volume de proveitos efetivamente gerado em cada um dos exercícios económicos. Estas diferenças denominam-se de desvios de recuperação de custos.

Estes desvios podem assumir uma natureza deficitária, quando os proveitos gerados são inferiores aos necessários, ou excedentária, quando os proveitos gerados são superiores aos necessários.

Durante o ano de 2010 o Regulador apresentou uma proposta legislativa para o reconhecimento e recuperação dos défices e superavit tarifários ou de recuperação de custos relativos a cada sistema multimunicipal, uma vez que esta não se encontra perfeitamente explícita nos contratos de concessão e legislação aplicável, proposta que o Grupo AdP considera fundamental para a sustentabilidade e manutenção

do financiamento do setor. No entanto, esta proposta ainda se mantém em discussão e ainda não foi aprovada e posta em execução.

A sustentabilidade das entidades gestoras e do setor, em estrito cumprimento das exigências que decorrem da Diretiva-Quadro da Água, da Diretiva 2006/12/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de abril de 2006, relativa aos resíduos, da Lei da Água, do Regime Geral da Gestão de Resíduos, da Lei das Finanças Locais, dos Regimes Jurídicos da Concessão da Gestão e Exploração dos Sistemas Multimunicipais de Águas e dos Resíduos Urbanos, que aprovaram as bases dos respetivos contratos, e dos contratos de concessão em vigor, bem como o novo e decisivo ciclo de infraestruturação do setor já iniciado, plasmado no Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais para o período de 2007-2013 não permite mais adiamentos do exposto reconhecimento da política que é prosseguida e da definição do montante dos desvios tarifários ou de recuperação de custos das empresas, bem como das regras de ressarcimento que urge clarificar.

Nessa proposta foram também retomados os procedimentos para proceder à distribuição dos ganhos de produtividade contratuais. Os montantes que se encontram capitalizados no Capital Próprio das entidades gestoras serão repartidos, entre os acionistas e utilizadores (através das tarifas futuras), de acordo com regras que se espera que venham a ser clarificadas durante 2011.

Em 2010, com base na experiência acumulada desde 2004, a ERSAR reformulou os indicadores que utiliza para proceder à avaliação da qualidade de serviço prestado.

### Qualidade da Água para Consumo Humano e Regulação da Qualidade de Serviço

Para além da regulação económica, a atuação da ERSAR abrange ainda a monitorização da qualidade de serviço, através de um conjunto de indicadores, e a qualidade da água para consumo humano, uma vez que é a autoridade nacional competente nesta matéria.

Nesta matéria importa registar o nível atingido em Portugal na qualidade da água para consumo humano, e para o qual o contributo da Águas de Santo André, S.A. e das empresas do grupo Águas de Portugal tem sido absolutamente decisivo.

## 5. Análise Económica e Financeira

O exercício de 2011 foi encerrado com um resultado líquido positivo de € 4.698.183, cuja decomposição se evidencia nos quadros que se seguem, referentes a rendimentos, gastos e resultados.

### i. Rendimentos

Os rendimentos atingiram, no ano de 2011 o valor de € 22.272.119.

Rendimentos e ganhos	2010	2011
	IFRS	IFRS
Vendas	5.652.451	6.144.938
Prestação de Serviços	4.182.042	6.276.917
Trabalhos para a própria empresa	-	-
Rendimentos Suplementares	560.931	778.003
Provisões e Reversões do Exercício	-	-
Subsídios ao investimento	2.053.703	2.123.324
Outros rendimentos e ganhos	764.717	6.513.558
Rendimentos e ganhos financeiros	291.901	435.378
Proveitos e ganhos extraordinários	-	-
<b>Total de Rendimentos</b>	<b>13.505.744</b>	<b>22.272.119</b>

### ii. Gastos

Os gastos atingiram, no ano de 2011 o valor de € 15.830.273.

Gastos	2010	2011
	IFRS	IFRS
Custo das vendas / variação de inventários	171.169	353.401
Fornecimento e Serviços Externos	3.915.942	5.810.046
Gastos com Pessoal	2.163.874	1.982.703
Amortizações	3.977.068	3.967.753
Provisões e reversões do exercício	-	2.172.245
Imparidade de dívidas a receber e de inventários	855.636	1.204.798
Outros gastos e perdas	105.455	115.825
Gastos e perdas financeiras	232.601	223.501
Custos e perdas extraordinárias	-	-
<b>Total de Gastos</b>	<b>11.421.744</b>	<b>15.830.273</b>

iii. Resultados

O resultado líquido do exercício apresenta, em relação ao exercício anterior, um aumento de € 3.197.855, conforme abaixo apresentado.

Resultados	2010	2011
	IFRS	IFRS
Resultados Operacionais	2.024.700	6.229.969
Resultados Financeiros	59.300	211.877
Resultados Antes de Impostos	2.084.000	6.441.846
Imposto sobre o Rendimento	-1.750.544	-3.272.104
Impostos Diferidos	1.166.872	1.528.441
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>	<b>1.500.328</b>	<b>4.698.183</b>

b. Indicadores Financeiros

i. Ativo

O total do ativo, no ano de 2011 atingiu o valor de € 81.181.712.

Ativo	2010	2011
	IFRS	IFRS
Ativos intangíveis	60.908.060	64.291.338
Investimentos financeiros	5.846.259	4.000.000
Ativos por impostos diferidos	4.337.611	5.618.667
Inventários	176.855	197.301
Clientes	2.702.222	3.239.527
Estado e outros entes públicos	10.347	0
Outras contas a receber	178.775	3.147.122
Caixa e depósitos bancários	4.458.496	687.756
<b>Total do ativos</b>	<b>78.618.625</b>	<b>81.181.712</b>

ii. Capital Próprio

Capital Próprio	2010	2011
	IFRS	IFRS
Capital realizado	1.000.000	1.000.000
Reservas legais	196.561	271.578
Resultados transitados	-243.139	1.080.508
Resultado líquido do exercício	1.500.328	4.698.183
<b>Total do capital próprio</b>	<b>2.453.750</b>	<b>7.050.268</b>

O capital próprio, no ano de 2011 atingiu o valor de € 7.050.268.

iii. Passivo

iv.

O passivo, no ano de 2011 atingiu o valor de € 74.131.443.

Passivo	2010	2011
	IFRS	IFRS
Provisões	1.165	2.173.410
Passivos por impostos diferidos	2.428.273	2.664.821
Outras contas a pagar	7.152.722	6.895.319
Subsídios ao investimento	43.393.324	41.326.974
Amortização do investimento Futuro	11.615.177	11.549.658
Fornecedores	962.157	1.088.343
Estado e outros entes públicos	641.441	563.687
Accionistas	2.541.480	3.483.994
Outras contas a pagar	7.429.137	4.385.238
<b>Total do passivo</b>	<b>76.164.875</b>	<b>74.131.443</b>

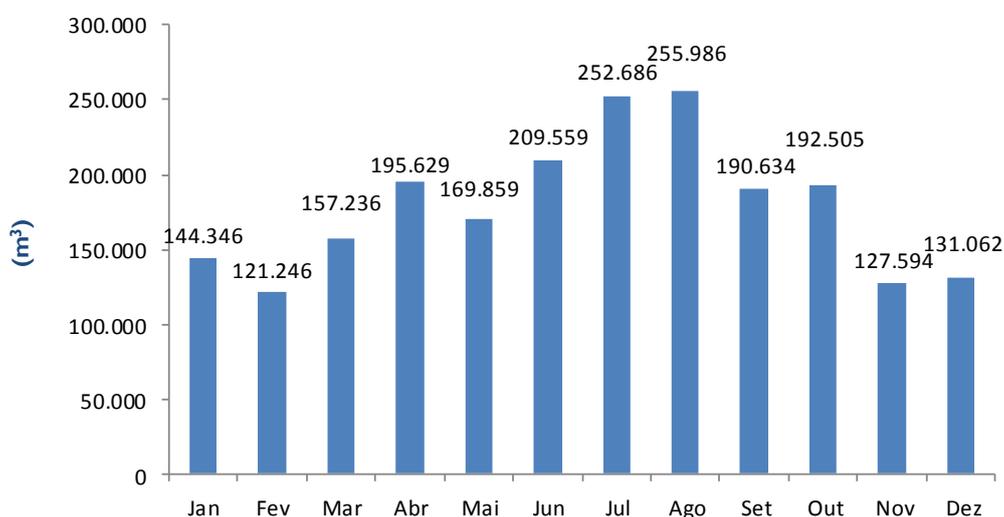
## 6. Atividade Operacional

### Água Potável

A atividade deste Setor abrange toda a produção de água potável, e a sua distribuição às zonas de abastecimento de Santo André e da Zona Industrial e Logística de Sines, com origem nos Centros Operacionais de Santo André e Monte Chãos, respetivamente.

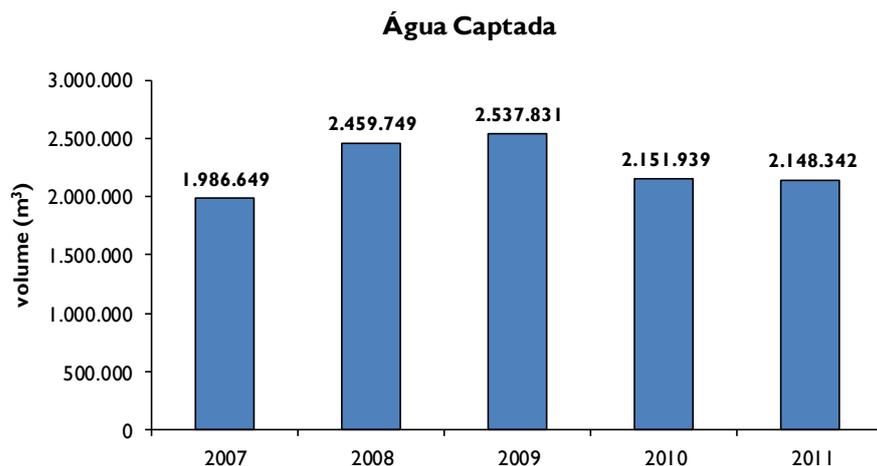
### Captação

Relativamente ao ano 2011, foi captado o volume total de 2.148.342 m<sup>3</sup>. Este volume foi captado irregularmente ao longo do ano, verificando-se em agosto o maior valor captado, de cerca de 255.986 m<sup>3</sup>, e em fevereiro, o valor mais baixo na ordem dos 121.246 m<sup>3</sup>.



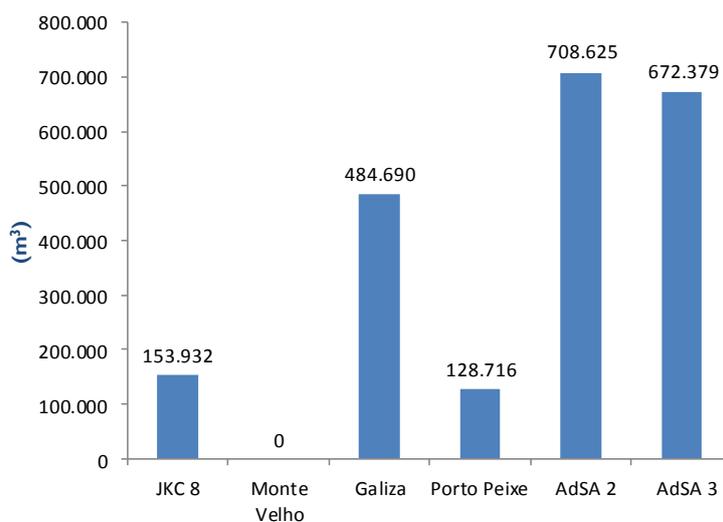
Produção total das Captações de Água Subterrânea em 2011 (volume m<sup>3</sup>)

Numa análise plurianual verifica-se que os valores se mantêm em linha com os do ano transato, o qual quebrou a tendência crescente dos anos anteriores, conforme se pode ver pela figura abaixo. Este facto resulta de uma redução no fornecimento de água para consumo humano à cidade de Sines.



Água Captada

Relativamente ao contributo de cada captação subterrânea para o total de água captada, como se verifica no gráfico seguinte, as captações mais exploradas foram AdSA 2 e AdSA 3.



Produção das Captações Subterrâneas (m³)

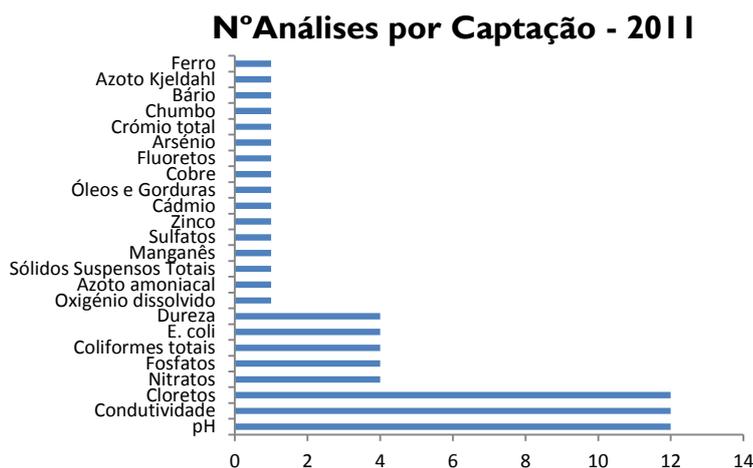
Estes volumes foram destinados à produção de água para consumo humano para abastecimento ao total de clientes da Zona Industrial e Logística de Sines, centro urbano de Santo André e Câmaras Municipais. Para além da água potável abastecida para consumo humano, uma pequena percentagem foi exportada para o Subsistema de Água Industrial. Este transvase, já em funcionamento desde 2005, consiste na transferência de água bruta deste Subsistema para o Subsistema de Água Industrial, com o objetivo principal, de melhoria da qualidade da água deste último. Para além disso, assegura, também a operacionalidade de uma alternativa ao abastecimento da água às indústrias, a partir deste Subsistema.

## Monitorização e Qualidade

### Qualidade da água na origem

A qualidade da água na origem foi monitorizada periodicamente, tendo-se efetuado 395 determinações analíticas nas 5 captações potencialmente ativas, em 2011. Esta monitorização incluiu amostragens mensais, com rotinas de análise mensais, trimestrais e anuais, o que permitiu avaliar as características qualitativas da água captada.

No gráfico seguinte, apresentam-se as determinações efetuadas nas captações em exploração:



A análise dos valores médios anuais indica que a qualidade da água subterrânea captada, mantém-se dentro dos valores normais, estabelecidos pelo diploma legal em vigor, Decreto-Lei 236/98, de 1 de agosto.

### Produção e Abastecimento

Com a água produzida são abastecidos os Centros Operacionais de Santo André e Monte Chãos. Para além destes Centros Operacionais são ainda realizados outros abastecimentos, designadamente, os *By-Pass* ao reservatório de Monte Chãos e o transvase para AI.

Ponto de Entrega	Caudais (m <sup>3</sup> )
<b>Centro Operacional de Santo André</b>	1.172.838
<b>Centro Operacional de Monte Chãos</b>	786.727
<b>Centro Operacional de Monte Chãos – Transvase AP/AI</b>	20.925
<b>Suburbanos Santo André</b>	146.507
<b>ByPass ao reservatório – AP Adu / AP Dis</b>	2.949
<b>Total fornecido</b>	<b>2.129.946</b>

Face ao total de abastecimento efetuado verifica-se uma perda em alta inferior a 1%.

## Distribuição

Na tabela abaixo, consta o valor das perdas totais do Subsistema de Água Potável em percentagem do valor captado.

	2007	2008	2009	2010	2011
<b>Água Captada (entrada no sistema)</b>	1.989.682	2.459.749	2.537.831	2.151.939	<b>2.148.342</b>
<b>Água Fornecida</b>	1.950.069	2.430.759	2.502.186	2.145.598	<b>2.129.946</b>
<b>Perdas em alta (%)</b>	2	1	1	1	1
<b>Água fornecida para distribuição</b>			2.326.798	1.962.110	<b>1.962.514</b>
<b>Água Fornecida a Consumidor Final</b>	1.522.665	1.674.939	2.095.471	1.673.114	<b>1.503.963</b>
<b>Transvases</b>	60.002	378.730	39.065	0	<b>0</b>
<b>Perdas na Distribuição (%)</b>	19	16	10	14	<b>23</b>
<b>Perdas totais (%)</b>	21	18	11	15	<b>24</b>

Valor das Perdas Totais no Subsistema de Água Potável

O aumento do valor de perdas verificado em 2011 deve-se a 3 fatores: foram identificadas diversas roturas na conduta de distribuição para Norte do Centro Operacional de Monte Chãos, foram efetuadas diversas manobras de esvaziamento de condutas para executar novas ligações e, por outro lado o volume faturado, entregue ao consumidor final, é um valor que é medido apenas três vezes por ano e estimado nos restantes, o que pode levar a flutuações no valor anual calculado para as perdas.

## Monitorização e Qualidade

### Controlo da Qualidade da água distribuída

A qualidade da água distribuída é controlada através do Plano de Controlo da Qualidade da Água (PCQA), aprovado pela Entidade Reguladora de Águas e Resíduos (ERSAR), de acordo com a legislação em vigor (Decreto-Lei 306/07, de 27 de agosto).

No cumprimento do PCQA, aprovado para o ano 2011, a AdSA efetuou através de um laboratório acreditado pelo IPAC (LALA – Laboratório de Águas do Litoral Alentejano) as 816 determinações que asseguraram o cumprimento dos valores paramétricos estabelecidos pelo Decreto-Lei 306/07, de 27 de agosto, tendo sido respeitados todos os valores paramétricos dos parâmetros definidos, como se pode ver no gráfico seguinte, o que corresponde a um cumprimento a 100% da qualidade de água fornecida pela AdSA.



Número de análises PCQA vs Violações

Paralelamente a este Plano, a AdSA manteve um outro complementar, constituído por amostras colhidas nos seus pontos de entrega, ou seja, onde cessa a sua responsabilidade de assegurar a qualidade da água distribuída, tendo realizado 2.233 determinações não obrigatórias. No conjunto destes dois Planos, foram realizadas 3.049 determinações analíticas, um número que triplica o obrigatório, de acordo com o referido PCQA.

## Controlo de Abastecimento em Baixa

O PCQA considerou, em baixa, duas Zonas de Abastecimento, Zona de Abastecimento de Santo André (ZASA) e Zona de Abastecimento da ZILS (ZAZILS).

Na ZASA são efetuadas colheitas semanais num ponto de consumo. Os pontos de consumo correspondem a habitações particulares e foram selecionados aleatoriamente a partir do registo de clientes/consumidores de água. Num ano de amostragem não há repetição de pontos de consumo. Para garantir a eficácia da escolha do ponto de amostragem a ZASA foi dividida em 4 setores sendo aleatoriamente escolhido, em cada semana, um ponto de colheita num dos setores. A escolha do setor é realizada sequencialmente, repetindo-se o mesmo setor ao fim de 4 semanas.

NA ZAZILS à semelhança da ZASA são também efetuadas colheitas semanais num ponto de consumo, escolhido entre os clientes atualmente existentes, sendo a amostragem efetuada preferencialmente no refeitório.

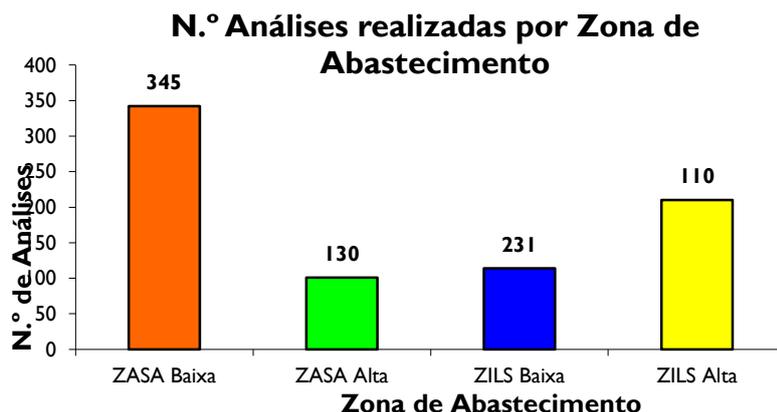
Para garantir a eficácia da escolha do ponto de amostragem a ZAZILS foi, igualmente, dividida em 4 setores sendo sequencialmente escolhido, em cada semana, um ponto de colheita num dos setores. A escolha do setor é realizada sequencialmente, repetindo-se o mesmo setor na quinta semana.

## Controlo do Fornecimento em Alta

O PCQA considerou ainda, o fornecimento em alta aos Municípios de Sines e de Santiago do Cacém, efetuando uma amostragem de 4 em 4 semanas em cada um dos pontos de amostragem.

Os pontos de amostragem correspondem aos pontos de entrega ao Município de Sines (Cidade de Sines, Porto Covo, Bêbeda e Paiol) e ao Município de Santiago do Cacém (Giz e Brescos).

O gráfico seguinte inclui o número de determinações analíticas realizadas no âmbito dos PCQA e Plano Complementar da AdSA.



Número total de Análises Efetuadas

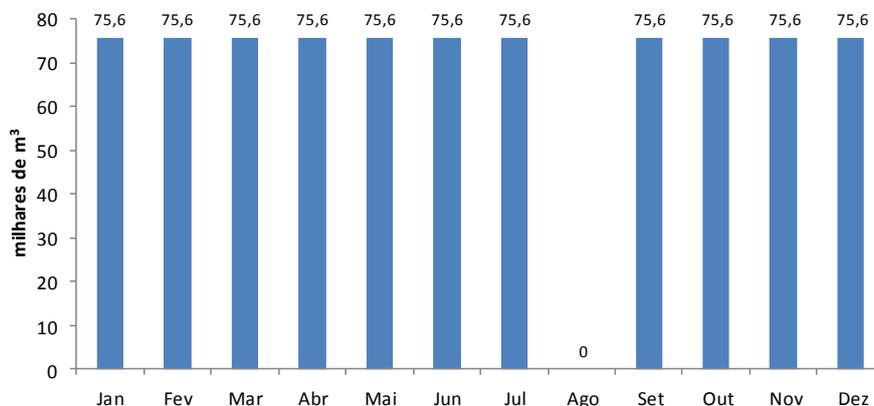
Paralelamente à recolha de amostras referentes ao PCQA e ao plano complementar, realizadas sob a responsabilidade do laboratório contratado (LALA), a AdSA tem ainda um programa de controlo operacional específico para avaliação do controlo *in situ* do teor de desinfetante residual. Este programa de controlo operacional inclui vários pontos de controlo das Zonas de Abastecimento deste Subsistema.

## Água Industrial

A atividade deste Setor abrange tudo o que se refira à captação da água superficial do Rio Sado através da EE de Ermidas, à produção de água industrial na ETA de Morgavel e ao Centro de Distribuição de Monte Chãos, de onde é feita a distribuição de água industrial à Zona de Sines. Este centro é igualmente responsável pela distribuição de água potável para a mesma Zona.

## Captação

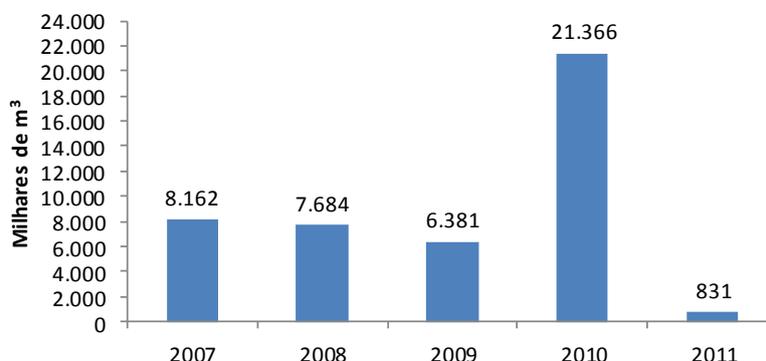
O subsistema inicia-se na Captação de Ermidas-Sado de onde é bombeado, nos meses em que há disponibilidade na origem, em termos de qualidade e quantidade, o caudal necessário para manter os níveis adequados, na Albufeira. Indica-se no gráfico seguinte os caudais captados em 2011.



Volumes Captados em Ermidas-Sado durante 2011

Os reduzidos caudais bombeados justificam-se pela ausência de pluviosidade durante o ano e consequente falta de água na origem.

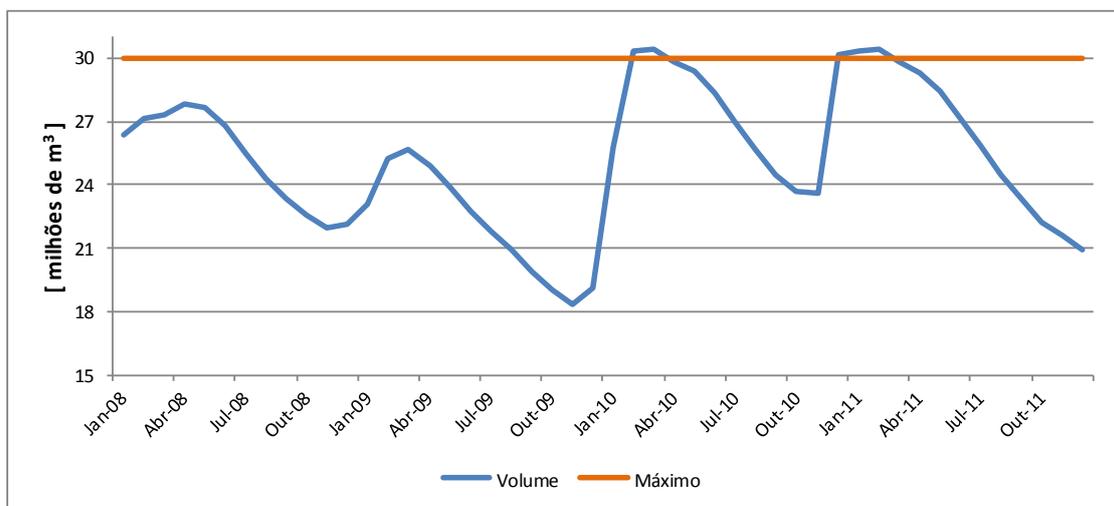
### Volumes Captados em Ermidas



Volumes Captados Ermidas

Os caudais bombeados serviram apenas para manter o nível de água do canal, e proteger a infraestrutura, por este facto verificou-se uma significativa redução caudal captado em 2011.

A água captada em Ermidas é transportada para a albufeira de Morgavel, cujo volume armazenado apresenta, ao longo dos últimos anos, a evolução que consta na figura seguinte.



Volume Armazenado na Albufeira de Morgavel

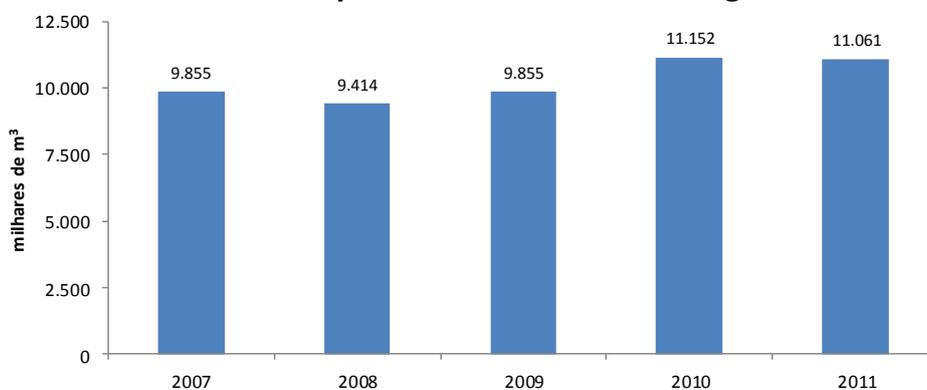
Pelo exposto anteriormente, não foi possível armazenar água na Albufeira de Morgavel durante 2011. A 31 de dezembro de 2011, a albufeira apresentava o nível 63,58 m o que corresponde a um volume de 20,89 milhões de m³.

O regime de exploração da Albufeira de Morgavel tem por objetivo assegurar um volume útil de armazenamento nunca inferior a 10 milhões de m³, ou seja cerca de um ano de consumos. A partir dos 14,5 milhões de m³ surge o nível de alerta a partir do qual entra em operação o regime especial de contingência.

## Produção

Durante o ano de 2011 foram produzidos cerca de 11 milhões de m<sup>3</sup> de água industrial, destinada aos clientes da ZILS.

### Caudais produzidos na ETA de Morgavel



Caudais Produzidos na ETA Morgavel

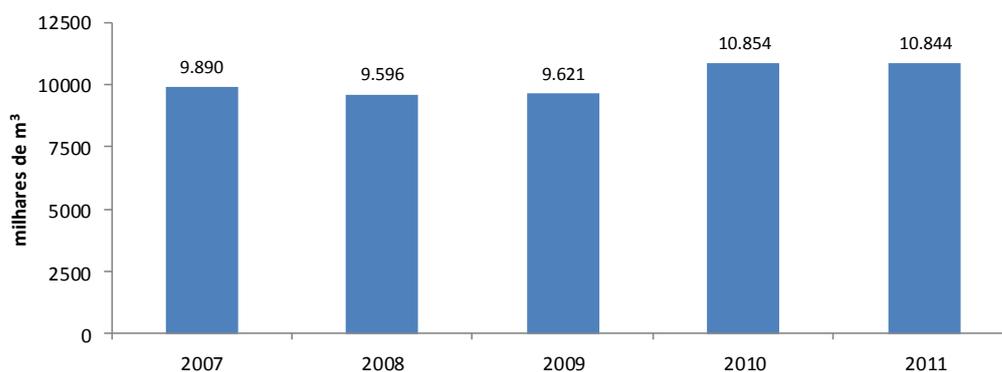
## Distribuição

O Centro de Distribuição de Monte Chãos é responsável pelo abastecimento de água à Zona de Sines, abrangendo 16 clientes. A água distribuída provém essencialmente da água produzida na ETA de Morgavel, à qual acresce, em pequena percentagem, a água proveniente do Centro de produção de Santo André.

Em 2011, foi realizado um transvase do sistema de Santo André correspondente a um volume aproximado de 20.925 m<sup>3</sup>.

O total de água industrial distribuída em Monte Chãos, foi de 10,8 milhões que equivale ao volume distribuído no ano anterior.

### Caudais distribuídos em Monte Chãos



Caudais m Monte Chãos

## Qualidade da Água Distribuída

Tal como foi referido no ponto anterior, o controlo sistemático da qualidade da água fornecida às indústrias, através dos Planos de Monitorização em vigor, assegura que a sua qualidade se manteve dentro dos padrões habituais e adequados aos processos industriais.

## Atividades de Manutenção e Renovação de Instalações

A manutenção desenvolvida nos Sistemas da AdSA, teve como base o Plano de Manutenção Preventiva. Não foram registadas anomalias relevantes no sistema, sendo que as atividades desenvolvidas decorreram normalmente.

Os trabalhos não programados, consistiram essencialmente em reparações de ruturas nas condutas.

A Manutenção ao longo de 2011 também apoiou com meios humanos e meios materiais as novas obras que foram sendo executadas ao longo do ano.

## Água Residual

A atividade deste Setor abrange todas as ações referentes à recolha, drenagem, tratamento e descarga de água residual urbana e industrial, e ainda a receção e descarga de água residual salina.

### Afluências

### Aspetos Quantitativos

Na figura seguinte é possível observar a evolução dos caudais recolhidos e transportados pelo Subsistema desde 2009. Os caudais são apresentados de acordo com a sua proveniência: água residual urbana, água residual industrial e água residual salina.

Em 2011, foram também rececionados lixiviados provenientes de vários Aterros de Resíduos Não Perigosos, atividade acessória e complementar devidamente autorizada pelo concedente, e ainda águas residuais provenientes de fossas sépticas instaladas em estaleiros de obras em curso na ZILS.

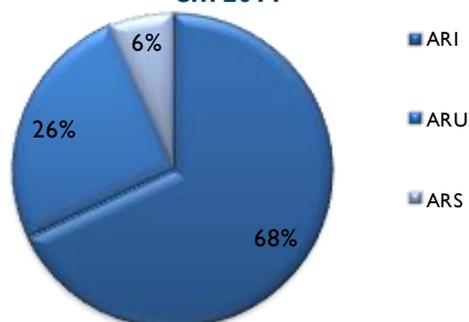
Tipologia de Água Residual	2009	2010	2011
<b>Água Residual Urbana</b>	<b>1.319.058</b>	<b>1.536.796</b>	<b>1.601.285</b>
Freguesia de Santo André	571.818	647.346	650.810
Cidade de Sines*	747.240	889.450	950.475
<b>Água Residual Industrial</b>	<b>4.133.375</b>	<b>4.360.574</b>	<b>4.258.049</b>
Petrogal	2.888.145	2.816.931	2.597.204
Repsol	1.057.661	1.278.991	1.318.498
Euroresinas	79.801	101.873	114.494
Carbogal	68.577	85.837	96.946
Lixiviados	30.236	48.988	68.117
Fossas ARI	1.490	16.571	1.299
Outros	7.465	11.384	61.491
<b>Água Residual Salina</b>	<b>345.323</b>	<b>370.207</b>	<b>406.045</b>
Petrogal	165.163	207.687	253.255
Repsol	180.160	162.520	152.790
<b>Total...</b>	<b>5.797.756</b>	<b>6.267.577</b>	<b>6.265.379</b>

\*Entre Janeiro e Abril de 2009 o valor apresentado foi estimado uma vez que dorreu o período de validação dos dados do equipamento de medição após alteração da sua localização.

Verificou-se a manutenção do volume total de água residual recolhida e transportada em 2011, relativamente a 2010.

Os volumes sujeitos a recolha e transporte, têm a proveniência apresentada no gráfico seguinte:

### Tipologia de Água Residual Recebida em 2011



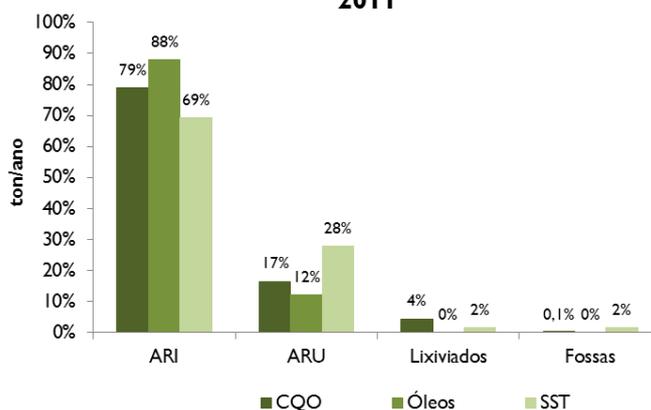
Proveniência dos volumes de água residual recolhidos

### Aspetos Qualitativos

A qualidade das Águas Residuais Industrial e Salina admitidas no subsistema são regidas pelo Regulamento de Recolha e Tratamento de Água Residual Industrial do Sistema de Santo André (RARISA), aprovado em abril de 2007, no que respeita à água residual urbana é aplicável o Regulamento Geral de Recolha, Tratamento e Rejeição de Efluentes do Sistema de Santo André (RGESA).

Na figura seguinte estão representadas as distribuições das principais cargas mássicas afluentes ao sistema, em função da sua proveniência.

### Cargas Mássicas - Rede de Drenagem 2011



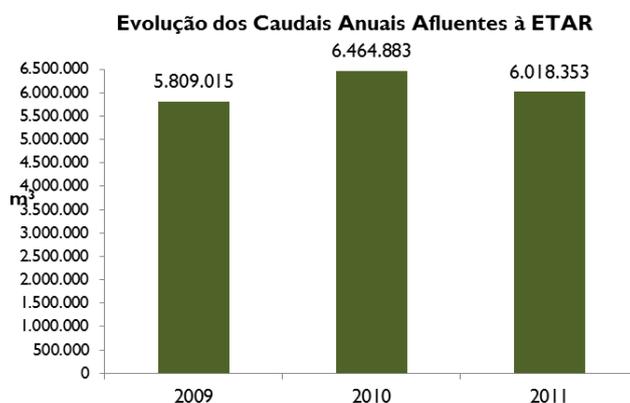
Cargas Mássicas

Realça-se ainda que dos volumes drenados, apenas os urbanos e industriais são conduzidos até à ETAR uma vez que a Água Residual Salina é descarregada diretamente no emissário submarino.

## Tratamento

### Aspetos Quantitativos

No que respeita aos caudais afluentes à ETAR de Ribeira de Moinhos, apresenta-se no gráfico seguinte a evolução registada desde 2009.



Caudais afluentes à ETAR

O volume afluente à ETAR foi de 6.018.353 m<sup>3</sup>, acima dos 5.859.334 m<sup>3</sup> drenados, sendo o diferencial (2,6%) devido a eventuais entradas de água por infiltração no sistema e a possíveis erros de medição.

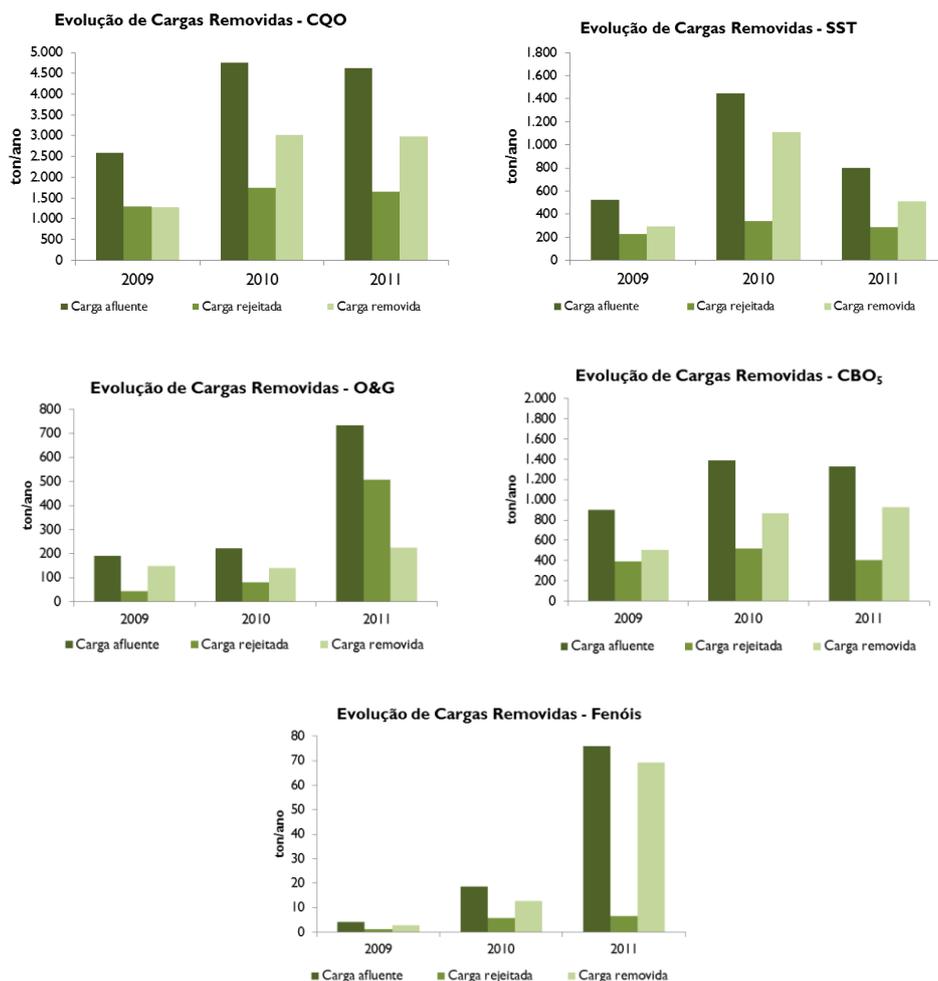
Em 2011, registou-se um decréscimo de cerca de 7% no caudal total afluente à ETAR, relativamente a 2010, o que acompanha o decréscimo de caudais industriais drenados para o subsistema AR.

### Aspetos Qualitativos

Até julho de 2011, as condições de descarga da água residual tratada na ETAR de Ribeira dos Moinhos foram estabelecidas Licença de Utilização dos Hídricos para a Descarga e Água Residual N°018/REJ/RG/2009, sendo posteriormente emitida pela Administração da Região Hidrográfica do Alentejo uma nova Licença, N°081/REJ/RG/2011, válida pelo período de 10 anos.

A AdSA desenvolveu na ETAR um Plano de Controlo Analítico com dois objetivos principais: o controlo do processo de tratamento da ETAR e o cumprimento do disposto na respetiva licença de descarga.

Relativamente às cargas poluentes tratadas na ETAR de Ribeira dos Moinhos, a figura seguinte apresenta a relação de cargas afluentes, rejeitadas e removidas nesta estação, respeitantes aos principais poluentes monitorizados, desde 2009.



Evolução das cargas removidas na ETAR de Ribeira dos Moinhos

Através da análise das figuras relativas à evolução de cargas removidas na ETAR de Ribeira de Moinhos, é possível constar um acréscimo significativo das cargas de Óleos e Gorduras e Fenóis afluentes à ETAR em 2011, justificado pelo acréscimo de cargas descarregadas no sistema pelos Utilizadores Industriais.

De acordo com a metodologia de cálculo da ERSAR para o indicador de desempenho ARI8 – Cumprimento dos parâmetros de descarga temos que, para **80%** da população equivalente servida pela ETAR de Ribeira de Moinhos o tratamento é satisfatório.

Na figura, que seguidamente se apresenta, consta uma média dos resultados analíticos obtidos para cada parâmetro e o número de incumprimentos registados ao longo de 2011.

**Efluente ETAR de Ribeira de Moinhos - ETAR**

Parâmetro	2011		VLE Legislação Aplicável	Expressão de Resultados
	Concentração média à saída da ETAR (mg/L)	Nº Incumprimentos		
pH	7,8	0	6 - 9	Escala Sorensen
CBO <sub>5</sub>	67 (67%)	20	70	%
CQO	247 (63%)	28	75	%
Fenóis	1,08	18	0,5	mg C <sub>6</sub> H <sub>5</sub> OH/L
Sulfuretos	0,04	0	1	mg/L
Fósforo Total	2,1	0	10	mg P/L
Óleos Mineirais	5,0	0	15	mg/L
Óleos e gorduras	10,0	0	15	mg/L
Detergentes Aniônicos	1,12	0	2	mg/L
SST*	48	-	60	mg/L
Azoto Total*	87	-	15	mg N/L
<b>TOTAL</b>	-	<b>66</b>	-	-

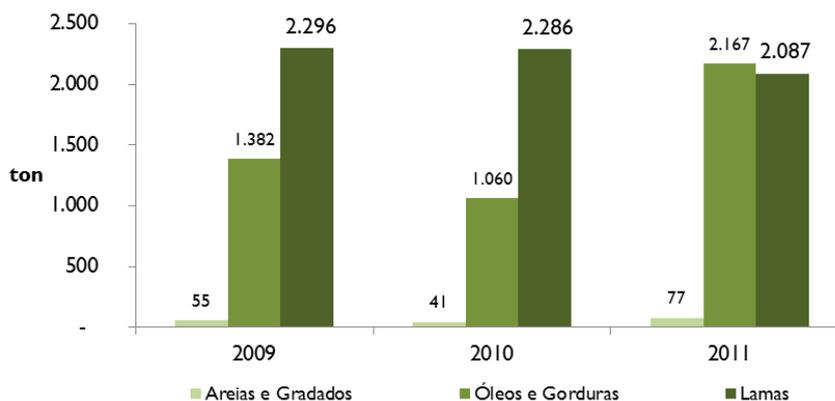
\*Parâmetros não constantes nas condições de Descarga da Licença

Concentrações médias à saída da ETAR e número de incumprimentos registados

**Produção de Gradados, Areias, Óleos e Gorduras e Lamas**

Conforme se pode observar na figura seguinte, em 2011, registou-se um acréscimo na produção de Óleos e Gorduras, que está relacionado a descarga anómala de hidrocarbonetos efetuada pelo Utilizador Petrogal, que conduziu a um acréscimo anómalo de poluentes à instalação, e à consequente necessidade de remoção de resíduos.

**Evolução Produção Resíduos - ETAR de Ribeira dos Moinhos**



Evolução Produção Resíduos

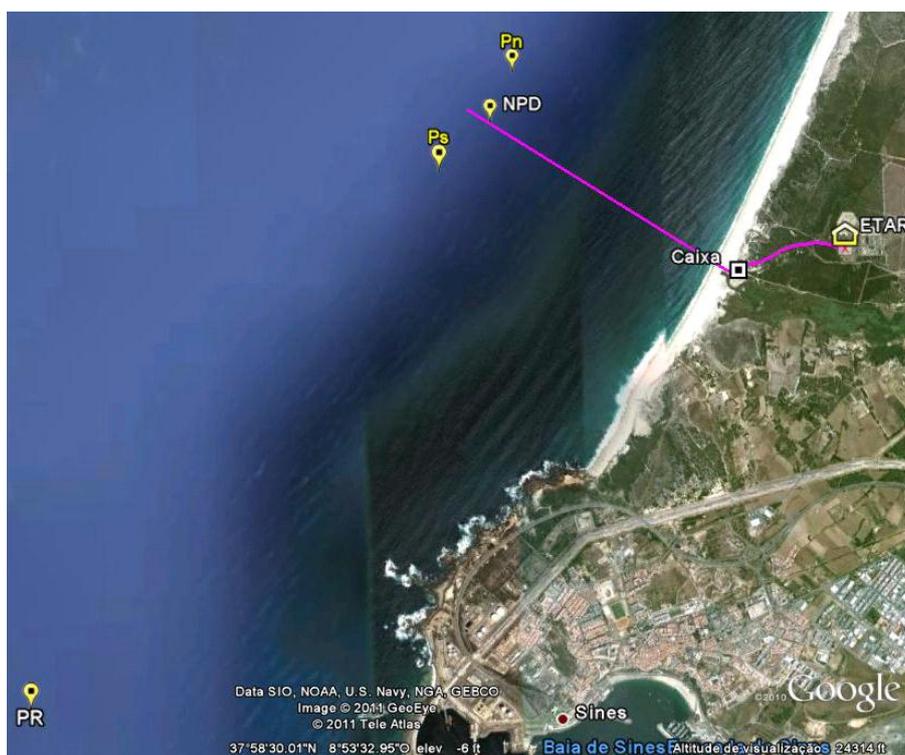
## Energia

Na figura seguinte apresenta-se o consumo específico médio de energia verificado na rede de drenagem e na ETAR, desde 2009.

<b>Consumo Específico</b> (kWh/m <sup>3</sup> )	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>
Transporte (E.E.)	0,326	0,340	0,313
Tratamento (ETAR)	0,238	0,311	1,112

## Meio recetor

Em continuidade do trabalho anteriormente desenvolvido com a equipa do IST-MARETEC, coordenada pelo Professor Ramiro Neves, em 2011 foi iniciada a segunda fase do "Monitorização do Ambiente Marinho junto e na envolvente mais afastada do Emissário Submarino de Sines", tendo-se efetuado três campanhas de monitorização no mar, em agosto, setembro e outubro, que terão continuidade com uma periodicidade anual em 2012.



Localização das estações de amostragem

De uma forma geral os resultados obtidos revelam gamas de valores típicas de sistemas costeiros, verificando-se que grande parte dos valores analisados está abaixo do limite de quantificação dos métodos analíticos utilizados no laboratório.

## Atividades de Manutenção

No Sistema de Água Residual as atividades da Manutenção centraram-se mais na ETAR de Ribeira de Moinhos. Destaque para as várias intervenções efetuadas nos Postos de Transformação devidas às várias interrupções da alimentação de energia elétrica à instalação, apoio/acompanhamento das intervenções nas centrífugas efetuadas por Empresa especializada e reparação do decantador primário.



Intervenção no decantador primário da ETAR de Ribeira de Moinhos

## Resíduos Industriais

A atividade deste Setor abrange todas as ações referentes à receção e confinamento de resíduos não perigosos.

### Receção de Resíduos

Durante o exercício económico de 2011 entraram na instalação do Aterro de Resíduos Industriais da AdSA 1.372,10 toneladas de resíduos não perigosos, dos quais 97,2% correspondem a resíduos internos, provenientes da ETAR de Ribeira dos Moinhos e da ETA de Morgavel, e 2,8% de clientes externos.

Toneladas		
Clientes		2011
Internos	ETAR de Ribeira dos Moinhos	467,90
	ETA de Morgavel (AdSA)	866,02
Externos	Diversos	38,18
<b>Total</b>		<b>1.372,10</b>

Resíduos Rececionados

## Tratamento de Resíduos

Do total de resíduos entrados na instalação do Aterro de Resíduos Industriais da AdSA em 2011, 1.372,10 toneladas, 100% tiveram como destino final a deposição em aterro.

Relativamente à exploração do aterro, e sendo a célula constituída por dois alvéolos, 1 e 2, foi definido como metodologia de exploração a utilização do alvéolo 1 para receção de RNP sólidos e o alvéolo 2 para a receção de RNP específicos, como por exemplo lamas.

Esta metodologia teve como objetivo a prevenção de eventuais acidentes no futuro, através da anulação da circulação de equipamentos sobre as lamas, sendo a sua deposição realizada diretamente através de um cais de descarga construído para o efeito.

## Tarifa

Para o ano de 2011, a tarifa aprovada pelo Concedente para os RNP depositados na instalação do Aterro de Resíduos Industriais da AdSA foi de 40,00 €/ton.

## Monitorização Ambiental

No âmbito da monitorização ambiental, a AdSA procedeu em 2011 ao controlo dos lixiviados do aterro, águas residuais, águas subterrâneas, emissões gasosas, dados meteorológicos, ruído e controlo de enchimento e assentamentos do aterro, de acordo com a legislação em vigor – Diretiva Comunitária 1999/31/CE, de 26 de abril, e da sua transposição para o Decreto-Lei n.º 152/2002, de 23 de maio, revogado pelo Decreto-Lei n.º 183/2009, de 10 de agosto – e documentos de referência - Alvará de Licença para a Realização de Operações de Gestão de Resíduos N.º 06/2011/CCDR-ALENTEJO Licença Ambiental n.º 370/2010.

A AdSA, na qualidade de entidade exploradora, elaborou e implementou o seu plano de monitorização, quer para a fase de exploração, quer para a fase de pós-encerramento.

Os resultados da monitorização efetuada irão ser enviados periodicamente às Entidades Licenciadoras, Agência Portuguesa do Ambiente (APA) e Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo (CCDR-Alentejo), de acordo com os prazos legais estabelecidos para o efeito.

## Análise Comercial

### Evolução do Volume de Vendas

Conforme se pode verificar nas figuras seguintes, em 2011 a atividade de recolha e tratamento de água residual industrial representa 49% do volume de negócios da AdSA, registando um considerável incremento em relação à média dos últimos anos.

Relativamente aos outros serviços, a água industrial representa 35% do volume total de negócios, a água potável, em baixa e alta, 11% e a água residual urbana 5%.

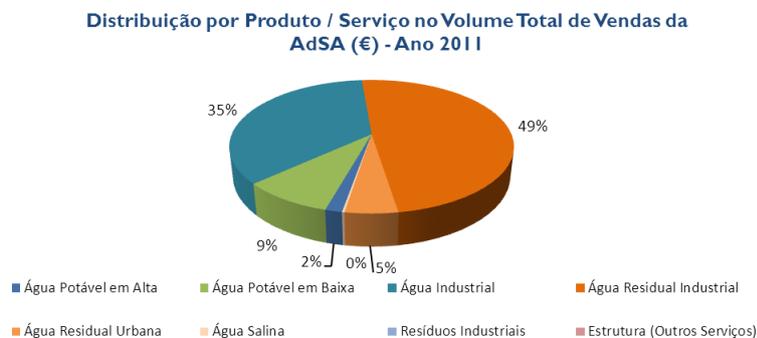


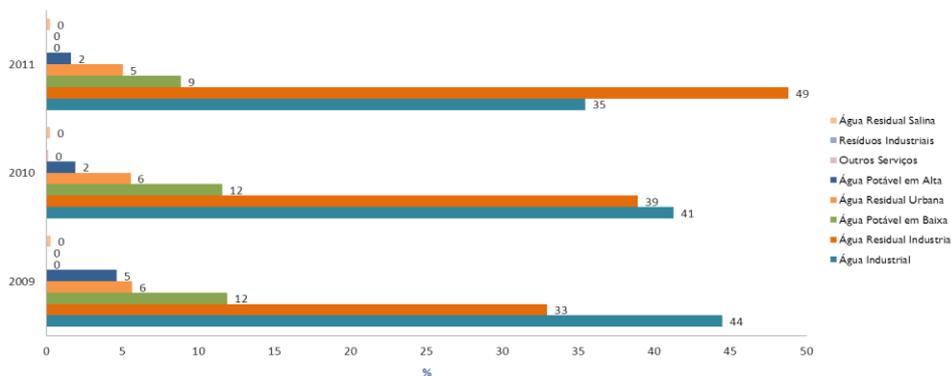
Figura 67 – Peso por Produto no Volume de Vendas da AdSA

Da análise à evolução do volume de negócios, no triénio de 2009 a 2011, por cada uma das áreas de atividade, desagregadas pelas suas categorias de produtos, no ano de 2011 a atividade de recolha e tratamento de água residual industrial confirmou a tendência de aumento, registada desde o ano de 2009, tornando-se na área com maior peso no volume total de negócios da empresa, ultrapassando consideravelmente a atividade de fornecimento de água industrial, que tradicionalmente se afirmava como a atividade com maior relevância no volume total de negócios da empresa. No que se refere à área de água potável esta consolidou a tendência de decréscimo verificada desde 2009, registando-se de 2010 para 2011 um decréscimo de 3%, sendo 14% e 11% respetivamente. As áreas de água residual salina e água residual urbana mantiveram a posição registada nos últimos anos. A área de resíduos industriais foi reaberta no ano de 2011 e os outros serviços são financeiramente inexpressivos e não se relacionam com o *core business* da Empresa.

Actividade	Volume de Vendas (€)				Distribuição por Produto / Serviço (%)				
	2009	2010	2011	Média	2009	2010	2011	Média	
Água Industrial	4.046.926	4.520.178	4.523.087	4.363.397	44	41	35	40	
Água Residual Industrial	2.991.187	4.260.920	6.228.278	4.493.462	33	39	49	41	
Água Residual Salina	25.623	27.469	30.129	27.740	0	0	0	0	
Água Potável em Baixa	1.081.136	1.278.039	1.129.142	1.162.772	12	12	9	11	
Água Residual Urbana	511.631	617.177	643.076	590.628	6	6	5	5	
Água Potável em Alta	420.721	220.413	205.490	282.208	5	2	2	3	
Outros Serviços	1.160	25.492	125	8.926	0	0	0	0	
Resíduos Industriais	0	0	1.705	568	0	0	0	0	
<b>Total</b>	<b>9.078.384</b>	<b>10.949.689</b>	<b>12.761.032</b>	<b>10.929.701</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	

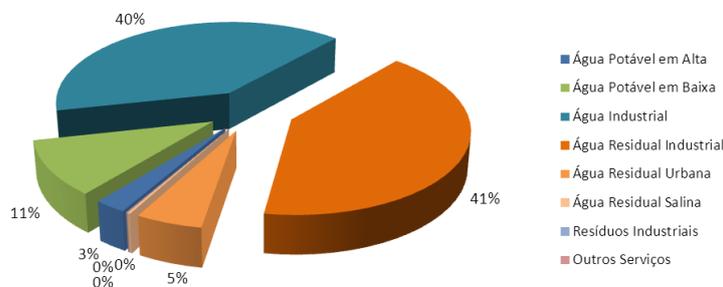
Volume de Vendas por Produto / Serviço

Evolução da Distribuição por Produto / Serviço no Volume Total de Vendas da AdSA (€)



Evolução do Peso por produto no Volume de Vendas

Distribuição por Produto / Serviço no Volume Total de Vendas da AdSA (€) - Triénio 2009 a 2011



Peso Médio por produto no Volume Total de Vendas

A redução da representatividade do produto água industrial no volume de negócios da AdSA é justificada pelo aumento do contributo da água residual industrial, que decorre não apenas pelo aumento de faturação de agravamentos por descarga penalizante, três vezes superior ao registado no ano de 2010, mas também pela aplicação de classes de tarifa mais elevada resultante de descargas com maior carga poluente.

Produto / Serviço	Volumes Facturados (m3)				Distribuição por Produto / Serviço (%)			
	2009	2010	2011	Média	2009	2010	2011	Média
Água Industrial	9.679.699	10.854.647	10.843.215	10.459.187	55	58	58	57
Água Residual Industrial	4.136.520	4.359.941	4.253.793	4.250.085	23	23	23	23
Água Potável em Baixa	1.180.479	1.190.307	1.095.671	1.155.486	7	6	6	6
Água Residual Urbana	1.319.059	1.536.796	1.601.285	1.485.713	7	8	9	8
Água Potável em Alta	1.040.795	557.371	472.192	690.119	6	3	2	4
Água Residual Salina	345.323	370.207	406.045	373.858	2	2	2	2
<b>Total ...</b>	<b>17.701.875</b>	<b>18.869.270</b>	<b>18.672.201</b>	<b>18.414.448</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

Volumes Faturados

## Análise por tipo de Clientes

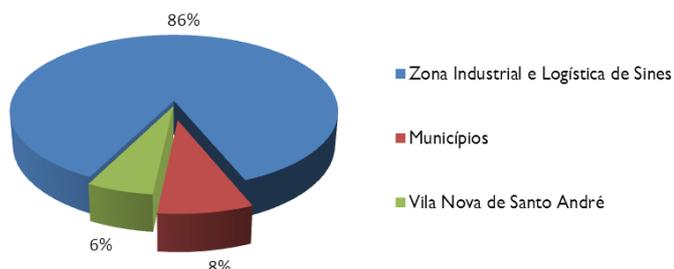
Da análise ao universo dos clientes servidos pelo sistema de Santo André, verifica-se que o volume de negócios da AdSA é gerado essencialmente pelos clientes concentrados na Zona Industrial e Logística de Sines (ZILS).

No que concerne ao ano de 2011 89% do Volume de Negócios da AdSA foi gerado pelas empresas sitas na ZILS, 7% pelos Municípios de Santiago do Cacém e Sines e 4% pelo Centro Urbano de Vila Nova de Santo André. No ano de 2011 o peso dos clientes da ZILS regista um ligeiro incremento em relação à média do triénio, justificado não apenas pelo ligeiro decréscimo de fornecimento de água potável ao Centro Urbano de Vila Nova de Santo André, mas também pelo incremento registado na atividade de água residual industrial, referido anteriormente.

Designação	Volume de Vendas (€)				Distribuição (%)			
	2009	2010	2011	Média	2009	2010	2011	Média
Zona Industrial e Logística de Sines	7.504.459	9.452.987	11.324.209	9.427.218	83	86	89	86
Municípios	932.352	837.591	848.566	872.836	10	8	7	8
Vila Nova de Santo André	641.572	659.111	588.257	629.647	7	6	4	6
<b>Total ...</b>	<b>9.078.384</b>	<b>10.949.689</b>	<b>12.761.032</b>	<b>10.929.701</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

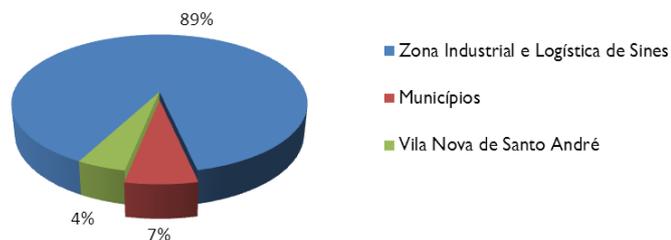
Análise por tipo de Cliente

### Distribuição do Volume Total de Vendas da AdSA (€) Triénio 2009 - 2011



Peso Médio no Volume Total de Vendas / Triénio 2009/2011

### Distribuição do Volume Total de Vendas da AdSA (€) Ano 2011



Peso no Volume Total de Vendas /2011

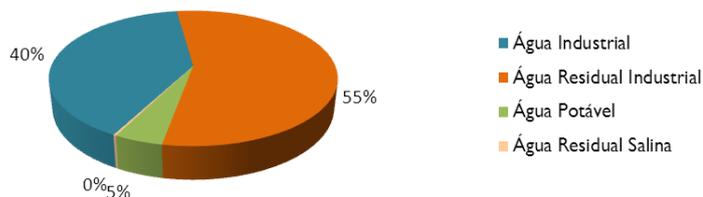
De seguida apresentamos uma desagregação do quadro anteriormente apresentado, centrada nas de categorias de produtos e serviços disponibilizados pela AdSA.

## Análise por produtos e serviços

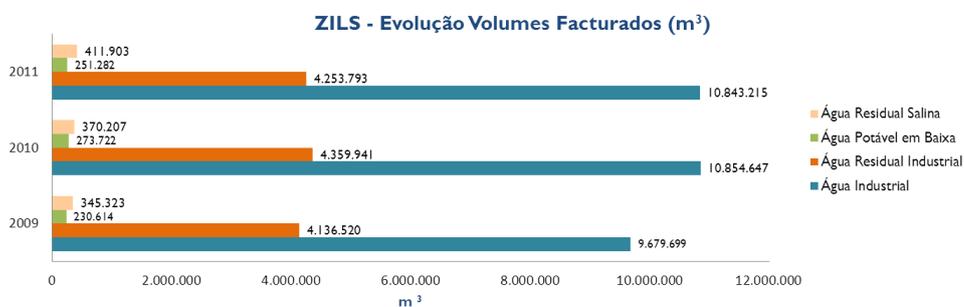
### Zona Industrial e Logística de Sines

Importa referir que as gamas de produtos e serviços, água industrial, água residual industrial e água residual salina estão cingidas ao Pólo industrial de Sines. Os gráficos seguintes caracterizam o volume de negócios gerados pela ZILS, que como já referido anteriormente representa cerca de 89% do Volume Total de Negócios da AdSA.

### ZILS - Distribuição de Vendas por Produtos / Serviços (€) - Ano 2011



ZILS – Distribuição por Produtos

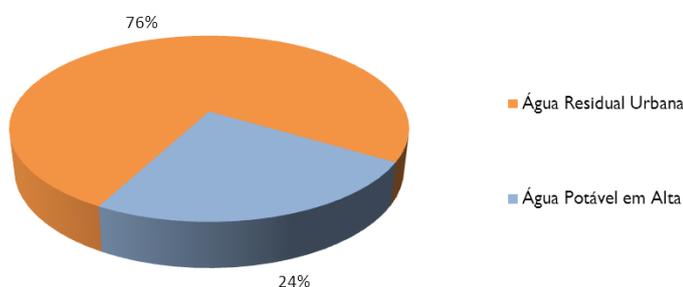


ZILS – Evolução dos Volumes Faturados

## Municípios

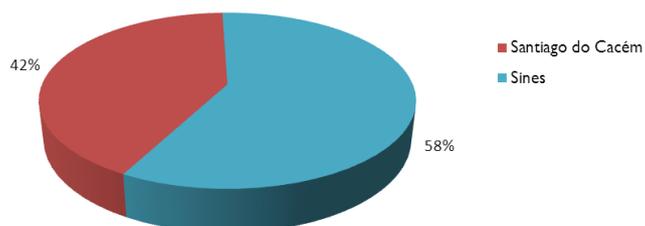
Os Municípios, que representam apenas 7% do volume de negócios da AdSA, têm merecido uma particular atenção, por parte desta empresa, essencialmente pelo bem-estar da população que lhe está associado. Em termos de água potável em alta a AdSA presta este serviço ao Município de Sines em 4 localidades, designadamente Paiol, Bêbeda, Porto Côvo e Sines, esta última esporadicamente, e ao Município de Santiago do Cacém em 3 povoações, designadamente Galiza, Foros da Quinta e Brescos. No âmbito da água residual urbana a AdSA procede à recolha e tratamento de água residual urbana das cidades de Sines e de Vila Nova de Santo André, que pertencem, respetivamente, aos Municípios de Sines e Santiago do Cacém. No ano de 2011 o abastecimento de água potável decresceu cerca de 10 % em relação ao registado no ano de 2010. Nas figuras seguintes é possível certificar que, na relação com os Municípios a prestação de serviços com maior representatividade é a prestação de serviços de recolha e tratamento de água residual industrial e o Município com maior peso é o Município de Sines.

### Municípios - Distribuição de Vendas por Produtos / Serviços (€) - Ano 2011



Municípios Distribuição por Produtos

### Municípios - Distribuição de Vendas (€) Ano 2011



Municípios distribuição por vendas

Neste âmbito é relevante informar o nível de dívida que os Municípios apresentam perante esta empresa, como passamos a apresentar.

<b>Câmara Municipal de Santiago do Cacém</b>		<b>Ano 2002 a Ano 2010</b>		<b>Ano 2011</b>		<b>Dívida Total</b>	
<b>Designação</b>		Facturado	Dívida	Facturado	Dívida	Facturado	Dívida
Água para Consumo Humano		1.162.709	54.512	190.549	184.475	1.353.259	238.986
Água Residual Urbana		2.007.566	2.044.424	374.653	374.653	2.382.219	2.419.076
Prestações Serviços		3.079	624	2.643	2.643	5.722	3.267
	Sub-Total ...	3.173.354	2.099.559	567.845	561.771	3.741.200	2.661.330
	Injunções		1.240.471				1.240.471
Processos Instituídos	Acções Administrativas		570.021		242.551		812.572
	Acordos e Pagamentos		47.723				47.723
			1.858.215		242.551		2.100.766
<hr/>							
<b>Câmara Municipal de Sines</b>		<b>Ano 2002 a Ano 2010</b>		<b>Ano 2011</b>		<b>Dívida Total</b>	
<b>Designação</b>		Facturado	Dívida	Facturado	Dívida	Facturado	Dívida
Água para Consumo Humano		1.305.076	528.953	149.546	133.934	1.454.622	662.887
Água Residual Urbana		1.720.402	1.712.964	518.527	518.527	2.238.929	2.231.491
Prestações Serviços		2.929	2.929	0	0	2.929	2.929
	Sub-Total ...	3.028.407	2.244.846	668.073	652.461	3.696.480	2.897.308
	Injunções		783.654				783.654
Processos Instituídos	Acções Administrativas		1.126.726		455.608		1.582.334
	Acordos e Pagamentos						0
			1.910.380		455.608		2.365.988
<hr/>							
	<b>Total ...</b>	<b>6.201.762</b>	<b>4.344.405</b>	<b>1.235.918</b>	<b>1.214.232</b>	<b>7.437.680</b>	<b>5.558.637</b>

## Evolução das Dívidas dos Municípios

O Município de Santiago do Cacém tem realizado esforços para liquidar a dívida no âmbito da prestação de serviços de fornecimento de água, tendo sido estabelecido em maio de 2009 um acordo de pagamento de dívida, o qual tem sido cumprido. Contudo, continua a não reconhecer a prestação do serviço de recolha e tratamento da água residual urbana proveniente da cidade de Vila Nova de Santo André, procedendo à devolução de todos os documentos de faturação desde 2002. A dívida resultante da prestação desse serviço ascende a € 2.419.076.

No que se refere ao Município de Sines desde agosto de 2009 não procede à liquidação de dívida no âmbito do abastecimento de água, que à data de 31 de dezembro de 2011 ascende a €662.887. Relativamente à prestação de serviço de recolha e tratamento de água residual urbana da cidade de Sines também não liquida a dívida associada, que provém desde 2003. Apesar das diligências desenvolvidas pela AdSA, ainda não foi possível estabelecer um acordo bilateral para dívida existente neste âmbito, sendo que a dívida ascende a € 2.231.491.

É de salientar, que a AdSA tem desenvolvido, junto dos Municípios, todos os esforços no sentido de providenciar a cobrança desta dívida, incluindo a interposição de processos judiciais para cobrança coerciva da dívida.

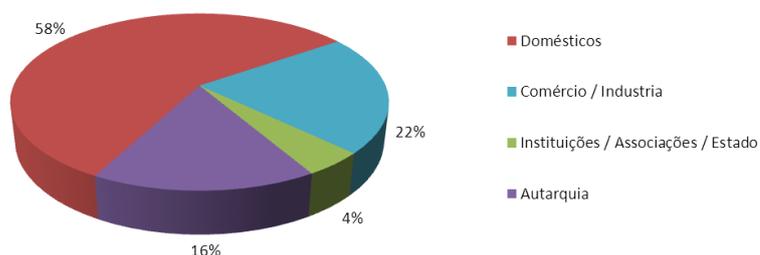
Face a esta situação e à semelhança dos anos anteriores, designadamente desde de 2008, em 2011 a AdSA continuou a instaurar Acções Administrativas Comuns em Processos Ordinários relativamente às dívidas de Água Potável e Água Residual Urbana ao Município de Sines, e Água Residual Urbana ao Município de Santiago do Cacém.

## Vila Nova de Santo André

No centro urbano de Santo André, que representa 4% do volume de negócios da AdSA, a empresa presta serviço de fornecimento de água potável acerca de 5.610 clientes, dos quais 145 locais de consumo pertencem ao Município de Santiago do Cacém, que representam 16 % das receitas geradas em Vila Nova de Santo André. Importa ainda referir que:

- 58% das receitas referem-se ao tipo de clientes domésticos num total de 4.892 clientes;
- 22% de receitas referem-se ao tipo comércio/indústria, num total de 489 clientes;
- 4% de receitas são geradas por 84 clientes do tipo Instituições / Associações / Estado, do universo de clientes em Vila Nova de Santo André.

**Centro Urbano Santo André - Distribuição por Tipo de Cliente  
2011 (€)**



Centro Urbano de Santo André – Distribuição por Tipo de Cliente

No ano de 2011 o fornecimento de água em baixa em Vila Nova de Santo André decresceu cerca de 8 % em relação ao ano de 2010, justificado essencialmente por redução de consumo do tipo comércio / indústria, em cerca de 25 % em relação ao ano anterior. Importa ainda referir que o tarifário em vigor mantém-se igual desde de 29 de abril de 2009.

## Qualidade do Serviço Prestado

Constituindo um dos principais objetivos da empresa satisfazer os seus clientes nomeadamente, no fornecimento de água e na receção e tratamento de águas residuais, a AdSA preocupa-se em reduzir ao mínimo o número de eventuais interrupções na prestação do serviço, designadamente as quebras no abastecimento, a falta de pressão ou outras ocorrências associadas à distribuição de água.

Neste sentido, a empresa tem por norma avisar antecipadamente sempre que surge a necessidade de realizar intervenções de manutenção no sistema. Na situação de ruturas, a AdSA, tem a preocupação de avisar de imediato da ocorrência, em particular aos clientes industriais, e ainda proceder à reposição do fornecimento, no menor prazo possível.

A nível de adequação de interface com os clientes em termos de qualidade de serviços prestados importa referir o baixo número de reclamações recebidas.

## 7. Objetivos de Gestão

Os objetivos de Gestão fixados para a Águas de Santo André, S.A., para o triénio 2010-2012, pelos acionistas na Assembleia Geral de 26 de março de 2010, bem como os resultados obtidos encontram-se listados no Quadro seguinte:

O Valor de Atingimento indicado é provisório, uma vez que foi determinado pela Águas de Santo André, S.A., num exercício de autoavaliação, não estando por isso, ainda, auditado.

INDICADORES		Valor Fixado <sup>1</sup>	Valor Atingido <sup>2</sup>
<b>Indicadores Financeiros - Rentabilidade e Crescimento</b>			
<i>(Assegurar a sustentabilidade económica e financeira do Sistema Multimunicipal)</i>			
ROCE	(%)	100%	<b>1.821%</b>
EBITDA/ Receitas	(%)	100%	<b>184%</b>
<b>Indicadores Financeiros -Eficiência</b>			
<i>(Assegurar a sustentabilidade económica e financeira do Sistema Multimunicipal)</i>			
Gastos com Pessoal/ EBITDA	(%)	100%	<b>282%</b>
Cash-cost Abastecimento	(€/m <sup>3</sup> )	100%	<b>151%</b>
Cash-cost Saneamento	(€/m <sup>3</sup> )	100%	<b>103%</b>
<b>Indicadores Financeiros - Investimento e Endividamento</b>			
<i>(Assegurar a sustentabilidade económica e financeira do Sistema Multimunicipal)</i>			
Investimento	(10 <sup>3</sup> €)	100%	<b>66%</b>
<b>Indicadores Financeiros - PMP e PMR</b>			
<i>(Assegurar a sustentabilidade económica e financeira do Sistema Multimunicipal)</i>			
Prazo Médio de Recebimentos	(dias)	60	<b>66</b>
Prazo Médio de Pagamentos	(dias)	40	<b>53</b>
<b>Indicadores de Serviço - Qualidade do Serviço</b>			
<i>(Contribuir para a prossecução das políticas públicas e objetivos racionais no domínio do ambiente)</i>			
Volume de Atividade	(10 <sup>3</sup> m <sup>3</sup> )	100%	<b>105%</b>
Qualidade da Água Fornecida	(%)	100%	<b>100%</b>
Qualidade de Efluentes Tratados	(%)	100%	<b>80%</b>
Reforço da Eficiência Contratual	(%)	95%	<b>81%</b>
<b>Indicadores de Reporte - Cumprimento de Reporte</b>			
<i>(Desenvolvimento da cultura do Grupo na empresa concessionária do Sistema Multimunicipal)</i>			
Cumprimento dos Prazos de Reporte	(dias)	3	<b>1</b>
Cumprimento das Orientações Corporativas	(%)	100%	<b>100%</b>
<b>Valor de Atingimento Final</b>			<b>2,29</b>

Valor Fixado<sup>1</sup> - Valor fixado pela Assembleia Geral de 26 Março de 2010, revistos em 28 de Novembro de 2011

Valor Atingido<sup>2</sup> - Valor alcançado no exercício de 2011, devidamente auditado.

## 8. Perspetivas para o Futuro

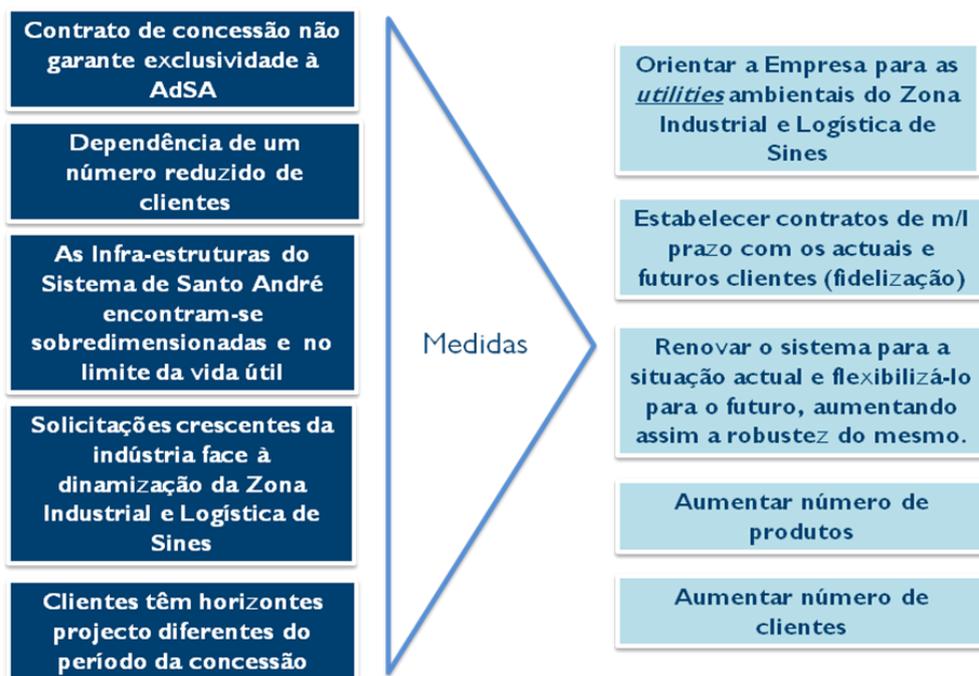
Constituindo as indústrias instaladas na ZILS cerca de 85% do volume de negócios da AdSA, reveste-se de particular importância para as perspetivas de futuro desta empresa a evolução da atividade do setor industrial aí instalado.

Em 2011, alguns projetos previstos para a ZILS continuaram a ser adiados, nomeadamente a prevista ampliação da Repsol, mas a Artlant viu as suas obras serem retomadas em 2010 e sua atividade, ainda que em regime experimental, arrancou no final de 2011. A construção da fábrica 3 da Galp avança com bom ritmo, estando o arranque desta unidade da refinaria, previsto para 2012.

Numa outra dimensão, há que referir a evolução muito positiva no relacionamento com a CM de Santiago do Cacém, motivado pela constituição, em agosto de 2009, do Sistema Público de Parceria Integrado de Águas do Alentejo, abrangendo esse município, no âmbito do qual a AdSA irá receber e tratar os efluentes urbanos da cidade de Santiago do Cacém, bem como abastecer de água em Alta todo o município de

Santiago do Cacém. Estes novos serviços corresponderão, respetivamente já em 2012 a um aumento de cerca de 40% da totalidade dos efluentes domésticos atualmente recebidos e tratados (num ano de integral funcionamento, o que não acontecerá em 2012) e a um aumento significativo da água potável atualmente fornecida.

Por último, apresentam-se no quadro seguinte os principais constrangimentos a que a empresa tem estado sujeita e que motivam o estabelecimento dos objetivos estabelecidos, que já se apresentaram nos Relatórios e Contas de 2008 e 2009, mas que se considera manterem atuais.



Objetivos Estratégicos AdSA

Assim, em 2012 esperamos que surja uma clarificação do posicionamento institucional da AdSA, do foco na sua vocação para uma empresa de serviços ambientais para a região, assumindo definitivamente o posicionamento para os fins para estiveram na base da sua criação.

Temos ainda a perspetiva de em 2012 poder assinar um contrato de fornecimento e prestação de serviços com a Galp, o que adicionado ao contrato já assinado com a Artlant levará a que uma parte significativa da atividade da AdSA ficará abrangida por contratos firmes e de longa duração, criando na empresa uma estabilidade que até agora não teve. Ainda em 2012 prevemos a assinatura de um contrato de abastecimento e prestação de serviços com a Air Liquide.

## 9. Fatos Relevantes após o termo do Exercício

Em Fevereiro de 2011, o Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território, na qualidade de Concedente dos sistemas multimunicipais de abastecimento, saneamento e de valorização e tratamento de resíduos, remeteu uma carta solicitando à AdP – Águas de Portugal, SGPS, SA que, enquanto acionista maioritário das entidades gestoras destes sistemas, promova os estudos necessários e apresente ao

concedente uma proposta de revisão dos contratos de concessão relativamente aos quais se verifiquem alterações com impacto relevante no equilíbrio financeiro das concessionárias.

A AdSA elaborou um EVEF específico para estabelecer um contrato com o cliente Petrogal em função das suas especificidades, que se encontra em análise pela AdP – SGPS, SA.

Atualmente o EVEF em vigor é o de 2001, pretendendo a AdSA elaborar um novo EVEF de acordo com a clarificação do posicionamento institucional da AdSA, do foco na sua vocação para uma empresa de serviços ambientais para a região, assumindo definitivamente a vocação para os fins para estiveram na base da sua criação.

## 10. Sucursais da Sociedade

Não Aplicável.

## 11. Considerações Finais

Apresentados os resultados das atividades desenvolvidas em 2011, deseja este Conselho de Administração manifestar o seu mais elevado apreço e consideração a todos quantos, direta ou indiretamente, contribuíram para os resultados obtidos, destacando:

A Entidade Concedente, na pessoa de Sua Excelência a Ministra da Agricultura, do Mar, Ambiente e do Ordenamento do Território;

O Acionista Águas de Portugal, SGPS, S.A.;

Os Organismos e Serviços Públicos, em geral, e à Administração da Região Hidrográfica do Alentejo, Instituto da Água, Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos e Agência Portuguesa do Ambiente;

Aos nossos parceiros Institucionais, AICEP Global Parques, Câmara Municipal de Santiago do Cacém, Câmara Municipal de Sines e Administração do Porto de Sines;

Os Fornecedores, pelo esforço posto na pronta satisfação das necessidades da empresa;

Os Clientes, pela sua exigência crítica e boa colaboração, em particular, os grandes clientes industriais: Galp Energia, Repsol e EDP;

O Revisor Oficial de Contas e Fiscal Único, pelo espírito interessado e positivamente crítico de que deu prova no seguimento das atividades da empresa;

Os Membros da Mesa da Assembleia-Geral;

Os Colaboradores de AdSA, pelo seu notável sentido de serviço e de missão, sem o qual o desempenho da sociedade não poderia ter sido o que foi.

## 12. Proposta de Aplicação de Resultados

Nos termos do disposto no Artigo 25º dos Estatutos da Águas de Santo André, S.A., propõe este Conselho de Administração que o Resultado Líquido positivo de 4.698.182,61 Euros, tenha a seguinte distribuição:

- € 168.356,91, para distribuição de dividendos ao Acionista (OT10 anos + 3 pontos percentuais);
- € 4.529.825,70, para Resultados Transitados.

## 13. Anexo ao Relatório

O Capital Social ascende a 1.000.000 Euros, representado por 100 000 ações da Classe A, com o valor nominal de 5 Euros cada, detido a 100% por AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A.

Nos termos do art.º 66 do Código das Sociedades Comerciais, cumpre informar que no exercício de 2011:

- A sociedade não tem ações próprias;
- Não se registaram quaisquer negócios entre a sociedade e os seus administradores;
- A sociedade não tem qualquer sucursal.

O Conselho de Administração,

Dr. Joaquim Marques Ferreira  
(Presidente)

Dr. Octávio Romeu dos Santos Almeida  
(Administrador Executivo)

Eng.º João Manuel da Silva Costa  
(Vogal)

Vila Nova de Santo André, 9 de março de 2012

# Contas do Exercício de 2011

## I. Introdução

Nos termos da Lei e dos estatutos vem o Conselho de Administração da Águas de Santo André, S.A., submeter à apreciação da Assembleia Geral desta Empresa as Contas do Exercício do ano de 2011.

Em termos de apresentação o presente documento contém as seguintes informações financeiras:

- Demonstração da Posição Financeira;
- Demonstração de Resultados e Rendimentos Integral;
- Demonstração das Alterações do Capital Próprio;
- Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Constituem, também, elementos do Relatório as Notas às Demonstrações Financeiras.

No final do presente Relatório encontram-se à disposição dos acionistas os seguintes documentos:

- Relatório e Parecer do Fiscal Único;
- Certificação Legal de Contas;
- Relatório do Auditor Externo.

Demonstração da posição financeira

		31.12.2011	31.12.2010
		IFRS	IFRS
<b>Ativos não correntes</b>			
Ativos intangíveis	6	64.291.338	60.908.060
Investimentos financeiros	7	4.000.000	5.846.259
Ativos por impostos diferidos	8	5.618.667	4.337.611
<b>Total dos Ativos não correntes</b>		<b>73.910.005</b>	<b>71.091.930</b>
<b>Ativos correntes</b>			
Inventários	9	197.301	176.855
Clientes	10	3.239.527	2.702.222
Estado e outros entes públicos	11	0	10.347
Outras contas a receber	12	3.147.122	178.775
Caixa e depósitos bancários	13	687.756	4.458.496
<b>Total dos Ativos correntes</b>		<b>7.271.707</b>	<b>7.526.695</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>81.181.712</b>	<b>78.618.625</b>
<b>Capital próprio</b>			
Capital realizado	14	1.000.000	1.000.000
Reservas legais	14	271.578	196.561
Resultados transitados	14	1.080.508	-243.139
Resultado líquido do exercício	14	4.698.183	1.500.328
<b>Total do capital próprio</b>		<b>7.050.268</b>	<b>2.453.750</b>
<b>Passivos não correntes</b>			
Provisões	15	2.173.410	1.165
Passivos por impostos diferidos	16	2.664.821	2.428.273
Outras contas a pagar	17	6.895.319	7.152.722
Subsídios ao investimento	19	41.326.974	43.393.324
Amortização do investimento Futuro	18	11.549.658	11.615.177
<b>Total dos passivos não correntes</b>		<b>64.610.182</b>	<b>64.590.661</b>
<b>Passivos correntes</b>			
Fornecedores	20	1.088.343	962.157
Estado e outros entes públicos	11	563.687	641.441
Acionistas	21	3.483.994	2.541.480
Outras contas a pagar	21	4.385.238	7.429.137
<b>Total dos passivos correntes</b>		<b>9.521.262</b>	<b>11.574.214</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>74.131.443</b>	<b>76.164.875</b>
<b>Total do passivo e do capital próprio</b>		<b>81.181.712</b>	<b>78.618.625</b>

Demonstração de Resultados e Rendimentos Integral

	Notas	31.12.2011 IFRS	31.12.2010 IFRS
Vendas	23	6.144.938	5.652.451
Prestações de serviços	23	6.276.917	4.182.042
<b>Volume de negócios</b>		<b>12.421.855</b>	<b>9.834.493</b>
Custo das vendas/variação dos inventários	24	-353.401	-171.169
<b>Margem bruta</b>		<b>12.068.454</b>	<b>9.663.324</b>
Fornecimentos e serviços externos	25	-5.810.046	-3.915.942
Gastos com pessoal	26	-1.982.703	-2.163.874
Gastos de depreciação e de amortização	27	-3.967.753	-3.977.068
Provisões e reversões do exercício	28	-2.172.245	0
Imparidade de dívidas a receber e de inventários	29	-1.204.798	-855.636
Subsídios ao investimento	19	2.123.324	2.053.703
Outros gastos e perdas	30	-115.825	-105.455
Outros rendimentos e ganhos	31	7.291.561	1.325.648
<b>Resultados operacionais</b>		<b>6.229.969</b>	<b>2.024.700</b>
Gastos financeiros	32	-223.501	-232.601
Rendimentos financeiros	33	435.378	291.901
<b>Resultados financeiros</b>		<b>211.877</b>	<b>59.300</b>
<b>Resultados antes de impostos</b>		<b>6.441.846</b>	<b>2.084.000</b>
Imposto do exercício	22	-3.272.104	-1.750.544
Imposto diferido	8,16 e 22	1.528.441	1.166.872
<b>Resultado líquido do exercício</b>		<b>4.698.183</b>	<b>1.500.328</b>
<b>Rendimento Integral</b>		<b>4.698.183</b>	<b>1.500.328</b>
<b>Resultado por acção (básico e diluído)</b>	14	<b>23,49</b>	<b>7,50</b>
<b>Rendimento Integral por acção (básico e diluído)</b>	14	<b>23,49</b>	<b>7,50</b>

Demonstração das Alterações do Capital Próprio

	Capital social	Reserva legal	Resultados transitados	Resultado líquido do exercício	TOTAL
Saldo a 31 de dezembro de 2010	IFRS 1.000.000	196.561	-243.139	1.500.328	2.453.750
Aplicação do res. líquido do exercício					
Aumento do Capital Realizado					
Resultado líquido do exercício					
Saldo a 31 de dezembro de 2010	IFRS 1.000.000	196.561	-243.139	1.500.328	2.453.750
Aplicação do res. líquido do exercício		75.016	1.323.647	-1.398.664	0
Distribuição de dividendos ao Acionista				-101.664	-101.664
Resultado líquido do exercício				4.698.183	4.698.183
Saldo a 31 de dezembro de 2011	IFRS 1.000.000	271.578	1.080.508	4.698.183	7.050.268

Demonstração dos Fluxos de Caixa

	31.12.2011	31.12.2010
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
Recebimentos de clientes	14.562.711	11.087.482
Pagamentos a fornecedores	-6.871.718	-4.734.792
Pagamentos ao pessoal	-1.174.850	-1.185.050
Pagamento de IRC	-252.806	-277.500
Outros recebimentos/pagamentos	-4.301.311	-724.258
	<b>1.962.026</b>	<b>4.165.882</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>		
Recebimentos de investimentos financeiros	1.846.259	0
Recebimentos de ativos fixos tangíveis	0	0
Recebimentos de ativos intangíveis	0	0
Recebimentos de Juros e rendimentos similares	117.419	100.436
Pagamentos de investimentos financeiros	0	-38.740
Pagamentos de ativos fixos tangíveis	0	0
Pagamentos de ativos intangíveis	-7.672.170	-2.716.939
	<b>-5.708.491</b>	<b>-2.655.242</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>		
Recebimentos de empréstimos obtidos	0	0
Recebimentos de realizações de capital	0	500.000
Outros recebimentos	77.491	329
Pagamentos de empréstimos obtidos	0	0
Pagamentos de juros e gastos similares	0	0
Pagamentos de dividendos	-101.664	-92.731
Outros pagamentos	-101	-123.496
	<b>-24.275</b>	<b>284.102</b>
<b>Varição de caixa e seus equivalentes</b>	<b>-3.770.740</b>	<b>1.794.742</b>
Caixa e seus equivalentes no início do período	4.458.496	2.663.754
Caixa e seus equivalentes no fim do período	687.756	4.458.496
	<b>-3.770.740</b>	<b>1.794.742</b>

Decomposição de caixa e seus equivalentes

	31.12.2011	31.12.2010
Caixa	2.327	2.055
Depósitos à ordem	685.429	3.002.700
Depósitos a prazo	0	1.453.741
	<b>687.756</b>	<b>4.458.496</b>
Descobertos bancários	0	0
	<b>687.756</b>	<b>4.458.496</b>

## Notas às demonstrações financeiras

### I. Atividade económica da Águas de Santo André, S.A.

#### I.1 Introdução

A Água de Santo André, S.A (adiante designada também por AdSA ou Empresa ou Sociedade) foi constituída em 25 de maio de 2001, tendo a sua sede social na Cerca da Água, Rua dos Cravos. A AdSA, tem como atividade principal a exploração e gestão do sistema de abastecimento de água, de saneamento e de resíduos sólidos de Santo André.

#### I.2 Atividade

Água de Santo André, S.A. é uma sociedade anónima, constituída pelo Decreto-Lei n.º 171/2001, de 25 de maio, com um capital social de 1.000.000 Euros, realizados a 100%.

A sociedade tem por objeto, nos termos do artigo 3º dos estatutos, a "...exploração e gestão do sistema de abastecimento de água, de saneamento e de resíduos sólidos de Santo André." Tendo por base o contrato de concessão celebrado com o Estado Português, à sociedade é atribuída, em regime de exclusividade, a concessão da exploração e gestão, incluindo igualmente a conclusão da conceção, a construção das obras e equipamentos, bem como a sua exploração, reparação, renovação e manutenção do sistema de abastecimento de água, de saneamento e de resíduos sólidos de Santo André, pelo prazo de 30 anos.

#### I.3 Acionistas

A AdSA tem como acionista único a Águas de Portugal, SGPS, S.A., com sede na Rua Visconde de Seabra, n.º 3, 1700 - 421 Lisboa, que detém uma participação correspondente a 100% do capital.

#### I.4 Aprovação das Demonstrações financeiras

Estas Demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração no dia **18 de fevereiro** de 2012.

## 2. Políticas contabilísticas

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiros (IAS/IFRS) emitidas pelo "International Accounting Standards Board" ("IASB") e Interpretações emitidas pelo "International Financial Reporting Interpretations Committee" ("IFRIC") ou pelo anterior "Standing Interpretations Committee" ("SIC"), adotadas pela UE, em vigor para exercícios iniciados em 1 de Janeiro de 2011.

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras encontram-se descritas abaixo. Estas políticas foram aplicadas de forma consistente nos períodos comparativos, exceto quando referido em contrário.

### 2.1 Bases de apresentação

Os valores apresentados, salvo indicação em contrário, são expressos em euros (EUR). As demonstrações financeiras da Águas de Santo André, SA, foram preparadas segundo a convenção do custo histórico. A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com os IFRS/IAS requer o uso de estimativas e assunções que afetam as quantias reportadas de ativos e passivos, assim como as quantias reportadas de rendimentos e gastos durante o período de reporte. Apesar destas estimativas serem baseadas no melhor conhecimento da gestão em relação aos eventos e ações correntes, em última análise, os resultados reais podem diferir dessas estimativas. No entanto, é convicção da gestão que as estimativas e assunções adotadas não incorporam riscos significativos que possam causar, no decurso do próximo exercício, ajustamentos materiais ao valor dos ativos e passivos.

## 2.1.1 Novas normas e alteração de políticas

Durante o exercício de 2011 não ocorreram alterações voluntárias de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício anterior apresentada nos comparativos.

Novas normas, alterações e interpretações emitidas, para os exercícios com início em 1 de Janeiro de 2011 já endossadas pela União Europeia:

IAS 24, Divulgação de partes relacionadas, clarifica a definição de partes relacionadas. Esta norma não teve impacto na posição financeira ou nos resultados da empresa.

IAS 32, Instrumentos financeiros: divulgações, alterações relacionadas com a forma como devem ser contabilizados certos direitos quando os instrumentos emitidos são denominados numa moeda diferente da moeda funcional do emitente; Regulamento 1293/09, de 23 de Dezembro. Sem relevância para a Águas de Santo André, SA.

IFRS 1 (Alteração), Adoção pela primeira vez das IFRS, isenções para algumas das divulgações exigidas pela IFRS 7. Esta alteração permite que as entidades que adotem as IFRS pela primeira vez usufruam do mesmo regime transitório da IFRS 7 (Instrumentos financeiros – Divulgações), o qual não exige a apresentação de comparativos relativamente às divulgações exigidas pela IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações quando os exercícios comparativos iniciem numa data anterior a 31 de Dezembro de 2009. Sem relevância para a Águas de Santo André, SA.

IFRIC 14, Pré-pagamento de um requisito de financiamento mínimo. Se um determinado plano de benefícios definidos estiver sujeito a um requisito de financiamento mínimo, a emenda à IFRIC 14 determina que o pagamento seja tratado, como qualquer outro pré-pagamento, como se fosse um ativo. Regulamento 633/10, de 19 de Julho. Sem relevância para a Águas de Santo André, SA.

IFRIC 19, Extinção de passivos financeiros com instrumentos de Capital Próprio, a IFRIC 19 clarifica que instrumentos de capital emitidos para um credor com o objetivo de extinguir passivos financeiros são considerados pagamentos para efeitos do parágrafo 41 da IAS 39. Desta forma, instrumentos de capital emitidos num Equity Swap devem ser mensurados ao justo valor dos instrumentos de capital emitidos, se este puder ser determinado com fiabilidade, ou no caso de não ser possível determinar o justo valor com fiabilidade, ao justo valor do passivo financeiro extinto na data da sua extinção. Qualquer ganho ou perda é imediatamente reconhecida como ganhos ou perdas. Esta IFRIC não se aplica a situações em que o acordo original já previa a extinção de passivos por via da emissão de instrumentos de capital nem para situações que envolvam direta ou indiretamente proprietários atuando como tal. Sem relevância para a Águas de Santo André, SA.

Melhoramentos introduzidos pelo IASB durante o ano (Regulamento 149/11, de 18 de Fevereiro):

IFRS 1, alterações de políticas contabilísticas no período abrangido pelas primeiras demonstrações financeiras; uso de base de reavaliação como custo considerado pode ser aplicável ao período abrangido pelas primeiras demonstrações financeiras em IFRS; uso do custo considerado para as operações sujeitas a taxa regulamentada. Sem relevância para a Águas de Santo André, SA.

IFRS 3, requisitos de transição para retribuições contingentes a partir de uma concentração de atividades que ocorreu antes da data efetiva da IFRS 3 (revista em 2008); alteração na definição para mensuração dos interesses que não controlam; pagamentos de prémios com base em ações – prémios de substituição e prémios não substituíveis. IAS 32, alterações que resultam das emendas na IFRS 3 introduzidas pelos Melhoramentos (contratos de retribuição contingente). IAS 39, alterações que resultam das emendas na IFRS 3 introduzidas pelos Melhoramentos (contratos de retribuição contingente). Sem relevância para a Águas de Santo André, SA.

IFRS 7, clarificação de algumas divulgações. O objetivo da alteração à IFRS 7 é dar clareza na interação entre a divulgação qualitativa e quantitativa da natureza e extensão dos riscos resultantes de instrumentos financeiros. A principal mudança refere-se à exigência, em adição à descrição das garantias colaterais detidas como segurança, de fornecer uma descrição dos respetivos efeitos financeiros em relação à quantidade de exposição máxima ao risco de crédito. Sem relevância para a Águas de Santo André, SA.

IAS 1, clarificação da demonstração de alterações no capital próprio (DACP). Entre as alterações destaca-se a necessidade de incluir, ou na DACP ou nas notas, uma análise por item dos outros rendimentos integrais incluídos na DACP para cada componente do capital próprio. Sem relevância para a Águas de Santo André, SA.

IAS 21, IAS 28 e IAS 31, requisitos de transição para as emendas resultantes da IAS 27 (conforme emendada em 2008). As emendas esclarecem que as "alterações consequentes" devem ser aplicadas prospectivamente. Sem relevância para a Águas de Santo André, SA.

IAS 34, eventos e transações significativos. O objetivo da alteração é o de emendar a IAS 34 para colocar maior ênfase nos princípios (eventos transações significativas, informações atualizadas) e incluem exemplos adicionais relativos a requisitos de divulgação mais recente. Sem relevância para a Águas de Santo André, SA.

IFRIC 13, alterações na definição do justo valor dos créditos de prémio. Sem relevância para a Águas de Santo André, SA.

Novas normas, alterações e interpretações emitidas, mas que ainda não entraram em vigor:

IFRS 7, Instrumentos financeiros (divulgações), alterações que visam ajudar os utentes das demonstrações financeiras a avaliar melhor as exposições ao risco relacionadas com as transferências de ativos financeiros e o efeito desses riscos na posição financeira de uma entidade. O objetivo das emendas é promover a transparência na divulgação das operações de transferência, em particular quando envolvem a titularização de ativos financeiros. Regulamento 1205/11, de 22 de Novembro. Alterações com eficácia a partir de 01 de Janeiro de 2012 (obrigatória para períodos com início em 30 de Junho de 2011).

Novas normas, alterações e interpretações emitidas, para os exercícios com início em 1 de Janeiro de 2011 ainda não endossadas pela União Europeia:

IFRS 1, (Emenda), adoção pela Primeira Vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro, moeda funcional em economia hiperinflacionária.

IFRS 9, Instrumentos financeiros, Introdz novos requisitos de classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros.

IFRS 10, Demonstrações Financeiras Consolidadas, novo conceito de controlo.

IFRS 11, Empreendimentos Conjuntos, novo conceito de controlo.

IFRS 12, Divulgação de Participações em Outras Entidades, estabelece um nível mínimo de divulgações.

IFRS 13, Mensuração do Justo valor, orientações na mensuração do justo valor.

IAS 1 (Emenda), Apresentação de Demonstrações Financeiras, altera a agregação dos itens apresentados na demonstração do rendimento integral.

IAS 12, Impostos sobre o Rendimento, clarifica que a determinação de imposto diferido relativo a Propriedades de Investimento mensuradas ao justo valor

IAS 19 (Revista), Benefícios dos Empregados, eliminação da opção de diferir ganhos e perdas atuariais pelo método do corredor; novas divulgações; reconhecimento de benefícios de cessação de emprego; distinção entre benefícios de curto e de médio e longo prazo.

IAS 27 (revista em 2011), Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas, tratamento contabilístico de subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas nas contas separadas.

IAS 28, Investimentos em Associadas e Empreendimentos conjuntos, descreve a aplicação do método de equivalência patrimonial às entidades conjuntamente controladas.

## 2.2 Conversão cambial

### 2.2.1 Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Águas de Santo André, SA, estão mensurados na moeda do ambiente económico em que a entidade opera (moeda funcional). As demonstrações financeiras da Águas de Santo André, SA e respetivas notas são apresentadas em euros, salvo indicação explícita em contrário.

### 2.2.2 Transações e saldos

As transações em moedas diferentes do euro são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes da liquidação das transações bem como da conversão pela taxa à data do balanço, dos ativos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração dos resultados, exceto quando respeitam a uma extensão do investimento numa operação estrangeira, situação em que serão diferidos em capital próprio de acordo com o IAS 21. Os elementos não monetários valorizados ao justo valor são atualizados pela taxa de câmbio à data da determinação do mesmo, sendo o efeito da variação cambial registado conjuntamente com a variação registada no justo valor desses mesmos elementos. As diferenças cambiais apuradas, são assim registadas em resultados do exercício ou em "Outras reservas", consoante o registo apropriado para o reconhecimento de ganhos ou perdas para o elemento não monetário em causa. A conversão em moeda funcional da Águas de Santo André, SA de elementos não monetários valorizados ao custo histórico é obtida pela aplicação da taxa de câmbio à data da transação.

## 2.3 Atividade regulada – reconhecimento de ativos e passivos regulatórios

### 2.3.1 Introdução

As empresas gestoras de SMM (sistemas multimunicipais) atuam no âmbito das atividades reguladas. O maior efeito da regulação sobre a atividade das empresas está no escrutínio que a entidade reguladora (ERSAR - DL 362/98, de 18 de Novembro, com as alterações introduzidas pelos DL 151/2002, de 23 de Maio, e DL 277/2009, de 2 de Outubro) faz da tarifa a aplicar aos serviços prestados aos utilizadores e bem como do respetivo orçamento anual.

De acordo com este escrutínio, as tarifas a praticar pelas empresas carecem da aprovação pelo órgão que exerce o poder concedente, mediante o parecer do regulador sobre a sua adequabilidade.

Tendo em conta a hierarquia definida no IAS 8, a Águas de Santo André, SA, com atividades reguladas adotou as regras internacionalmente aplicadas às empresas que atuam em mercados com estas características (nomeadamente o FAS 71, emitido pelo FASB e o ED/2009/8 emitido pelo IASB). Assim, são definidos um

conjunto de critérios para o reconhecimento de ativos e passivos relacionados com regras regulatórias. Essas regras prescrevem que uma empresa deva reconhecer nas suas demonstrações financeiras os efeitos da sua atividade operacional, desde que preste serviços cujos preços estejam sujeitos a regulação.

Só são passíveis de serem reconhecidos ativos e passivos regulatórios se, e só se: (i) um órgão credenciado (por exemplo, o regulador) determinar o preço que uma entidade deve cobrar aos seus clientes pelos bens ou serviços que esta presta, e que esse preço vincula os clientes a aceitá-lo, e (ii) o preço estabelecido pela regulação (a tarifa) é determinada de modo a recuperar custos específicos incorridos de modo a prestar os bens ou serviços e a obter uma determinada remuneração.

A atividade da Águas de Santo André, SA, é regulada, no sentido de que os preços são fixados por uma terceira entidade (Ministério do Ambiente) sob parecer do Regulador – ERSAR, I.P., Entidade Reguladora dos Serviços de Água e Resíduos, I.P., estando deste modo enquadrada no âmbito deste normativo.

Resumidamente, é requerido que uma empresa reconheça ativos regulatórios ou passivos regulatórios se o regulador permitir a recuperação de custos anteriormente incorridos ou reembolsar montantes anteriormente cobrados, e a ser remunerado sobre as suas atividades reguladas, através de ajustamentos ao preço cobrado aos seus clientes. Ou seja, quando existe o direito a aumentar ou a obrigação de diminuir as tarifas em períodos futuros em resultado da prática atual ou expectável do regulador, (i) uma entidade deve reconhecer um ativo regulatório de modo a recuperar um custo anteriormente incorrido e obter uma determinada remuneração, ou; (ii) uma entidade deve reconhecer um passivo regulatório de modo a reembolsar valores previamente cobrados e a pagar uma determinada remuneração. O efeito de aplicar os requisitos referidos no parágrafo anterior corresponde ao reconhecimento inicial de um ativo (ou passivo), que de outro modo seriam reconhecidos em resultados, como um gasto (ou um rendimento).

Encontram-se abrangidos nesta categoria os acréscimos de gastos para investimento contratual. Assim, de acordo com a regra de reconhecimento de ativos e passivos regulatórios, estes ativos (e/ou passivos) deverão ser reconhecidos em balanço uma vez que a recuperação do seu custo (e/ou reembolso do passivo) é elegível para efeito da determinação da tarifa pelo regulador em períodos subsequentes, assegurando o correto balanceamento entre réditos e gastos.

### 2.3.2 Acréscimos de gastos para investimentos contratuais

Em cumprimento do estipulado nos contratos de concessão e gestão de parcerias e com as regras regulatórias, e sempre que aplicável, é registada a quota-parte anual dos gastos estimados para fazer face às responsabilidades em investimentos contratuais (regulados) ou em investimentos de expansão (regulados) da concessão ou da parceria. Estes acréscimos são calculados com base no padrão de benefícios económicos associados ao investimento contratual definido no modelo económico de suporte ao contrato de concessão. No caso da Águas de Santo André, SA, os benefícios económicos obtidos são determinados pela regulação económica.

Saliente-se que os acréscimos de gastos para investimentos contratuais visam garantir o princípio da especialização dos exercícios e o balanceamento, durante o prazo de vigência dos contratos de concessão com o Estado, dos proveitos (tarifas) e dos custos (incorridos e a incorrer) que constituem a sua base de cálculo. Na prática estes acréscimos, correspondem a uma responsabilidade por reembolso a tarifas futuras, permitindo um nível de estabilização das mesmas, bem como o balanceamento, durante o prazo de vigência dos contratos de concessão com o Estado, dos proveitos (tarifas) e dos custos (incorridos e a incorrer) referidos anteriormente.

Estes acréscimos são reconhecidos em gastos na rubrica gastos de depreciação e de amortização e no passivo (não corrente), sendo transferido o passivo para depreciações acumuladas aquando da concretização do investimento subjacente.

## 2.4 Atividade concessionada – IFRIC 12 regulatórios

### 2.4.1 Enquadramento

O IFRIC 12 define as regras a observar na contabilização dos contratos de concessão, atendendo aos serviços que presta e ao poder de controlo sobre os ativos da concessão. Nos termos desta norma a Águas de Santo André, SA presta dois tipos de serviços: o de construção, modernização e renovação das infraestruturas afetas ao sistema; e o de exploração e gestão (operar e manter) do sistema constituído pelas infraestruturas, necessárias à prestação de serviços aos utilizadores. Deste modo a empresa deve reconhecer e mensurar o rédito (proveito) dos serviços que presta de acordo com o disposto nos IAS 11 – Contratos de construção e IAS 18 - Rédito.

Se a empresa prestar mais que um serviço (i.e. construção ou modernização dos serviços e operação) ao abrigo de um só contrato de concessão, o valor (preços ou tarifas) a receber deve ser distribuído de acordo com os seus justos valores, quando estes forem individualmente (separadamente) identificáveis. A natureza do preço e da tarifa determina o seu tratamento contabilístico. A empresa deve reconhecer o rédito e os gastos relacionados com a construção ou modernização das infraestruturas de acordo com o IAS 11. A empresa deve reconhecer o rédito e os gastos relacionados com a operação de acordo com o IAS 18. Adicionalmente prescreve que a infraestrutura no âmbito do IFRIC 12 não deve ser reconhecida como imobilizado corpóreo do operador (ou concessionária) porque o contrato de concessão não lhe dá o direito de a controlar. O operador tem acesso e opera a infraestrutura para prestar um serviço público em nome do concedente, de acordo com os termos do contrato. Nos termos do contrato de concessão, no âmbito desta norma, o operador (ou concessionária) atua como um prestador de serviços. O operador (ou concessionária) constrói ou moderniza a infraestrutura (construção ou modernização dos serviços) utilizados para prestar serviços públicos e opera e mantém a infraestrutura (operação) durante um período específico de tempo. Se o operador (ou concessionária) construir ou modernizar as infraestruturas, o valor (tarifa) recebido ou a receber pelo operador deve ser reconhecido pelo seu justo valor, e este corresponde a um valor que se materializa num direito que corresponde a: (a) um ativo financeiro, ou (b) um ativo intangível. O operador (ou concessionária) deve reconhecer um ativo financeiro na medida em que tem um direito contratual de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços de construção; o concedente não tem como evitar o pagamento, uma vez que o contrato tem a força de lei. O operador (ou concessionária) tem um direito incondicional de receber dinheiro se o concedente garantir contratualmente esse pagamento ao operador que corresponde a (a) um montante específico, ou (b) à diferença, se existir, entre os montantes recebidos dos utilizadores do serviço público, e outro montante específico, mesmo que o pagamento seja contingente ao facto de operador (ou concessionária) assegurar que a infraestrutura está de acordo com os requisitos de qualidade e eficiência. O operador (ou concessionária) deve reconhecer um ativo intangível na medida em que recebe um direito (licença) de cobrar os utilizadores por um serviço público. O direito a cobrar aos utilizadores por um serviço público não é um direito incondicional de cobrança, porque os montantes estão condicionados ao facto de os utilizadores utilizarem o serviço.

### 2.4.2 Classificação da infraestrutura

Contratualmente, a Águas de Santo André, SA assenta num modelo tendente à classificação da infraestrutura como ativo financeiro, uma vez que não apresentam risco, tendo direito a uma remuneração (mínima) anual garantida contratualmente, cujo recebimento pode ser diferido no tempo, mas que está assegurado.

No entanto, a definição de ativo financeiro, estabelecida pelo IAS 32, não está associada ao risco mas ao direito presente e incondicional a receber dinheiro ou outro ativo financeiro. De entre os vários mecanismos de reequilíbrio dos contratos de concessão das empresas do Grupo AdP, aumento de tarifas, indemnização direta do concedente e/ou extensão do prazo de concessão, a extensão de prazo não cumpre com os requisitos previstos naquela norma (IAS 32), uma vez que constitui um direito futuro a cobrar aos utilizadores, inviabilizando a opção pelo reconhecimento do ativo financeiro. Deste modo, a Águas de Santo André, SA como concessionárias de SMM classifica as infraestruturas dos sistemas que exploram como ativos intangíveis – Direito de utilização de infraestruturas.

Os ativos intangíveis (direitos de exploração) são registados ao custo de aquisição ou produção, incluindo os gastos e rendimentos (líquidos) diretos e indiretamente relacionados com os projetos de investimento, que são capitalizados em ativos intangíveis. Os gastos que podem ser capitalizados são os relacionados com a realização do investimento. Os gastos operacionais são afetados ao ativo intangível através de uma percentagem calculada em função da afetação do pessoal aos respetivos projetos. Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos para financiamento do investimento em curso são capitalizados na sua totalidade até à entrada em exploração do sistema.

As despesas com grandes reparações e benfeitorias às infraestruturas da concessão (incluindo bens de substituição), por via da regulação económica da concessão, são especificamente remuneradas na medida em que concorrem igualmente para a formação da tarifa (ou seja têm uma recuperação implícita na aceitação da amortização pelo regulador), são contabilizadas no ativo intangível e amortizadas nos mesmos termos do restante ativo intangível. As despesas de conservação e manutenção correntes, são reconhecidas em resultados nos respetivos exercícios em que ocorrem.

### 2.4.3 Amortizações

O direito de utilização de infraestruturas, é amortizado numa base sistemática de acordo com o padrão de obtenção dos benefícios económicos ao mesmo, e são determinados pela regulação económica e a aceitação dos gastos de amortização na formação anual das tarifas por parte do regulador.

As amortizações são calculadas pelo método da soma das unidades, isto é pela amortização dos investimentos contratuais, que constam do estudo de viabilidade económico e financeiro utilizado, tendo como base o prazo da concessão previstos no estudo de viabilidade económico e financeiro anexo ao contrato de concessão.

Salientam-se os dados apresentados na tabela em baixo:

Total do investimento do contrato de concessão	Número de anos do contrato de concessão	Total do investimento da concessão revisto (último EVEF submetido)	Número de anos da concessão (último EVEF submetido)	Taxa média de amortização do ano de 2011
43.962.525	30	43.962.525	30	3,33%

Exclui o património integrado, no montante de 76.374.102€.

### 2.4.4 Valor residual

Os investimentos adicionais de expansão ou modernização, cuja vida útil se prolongue para além do prazo da concessão, poderão apresentar valor residual que dará lugar a uma indemnização equivalente ao valor não amortizado a essa data. Estes montantes são classificados como ativos financeiros – valor a receber.

### 2.4.5 Rédito – serviços de construção

De acordo com o IFRIC 12 – Contratos de concessão, o rédito dos serviços de construção deve ser reconhecido de acordo com o IAS 11 – Contratos de construção. A Águas de Santo André, SA na fase de construção das infraestruturas atua como um “agente”/intermediário, transferindo os riscos e os retornos a um terceiro (que constrói), sem apropriação de qualquer margem no decurso da sua atividade operacional, pelo que o rédito e encargos com a aquisição de infraestruturas apresentam igual montante. Assim, e tendo em conta a atividade regulada da Águas de Santo André, SA, o rédito reconhecido é aquele que resulta da aplicação das tarifas aprovadas pelo concedente e escrutinadas pelo regulador.

## 2.5 Ativos intangíveis

### 2.5.1 Direitos de utilização de infraestruturas

Ver nota 2.4.2

### 2.5.2 Outros ativos intangíveis

Os restantes ativos intangíveis (despesas de desenvolvimento de software, as despesas com propriedade intelectual e outros direitos) são contabilisticamente relevadas pelo seu valor de custo líquido de amortizações acumuladas. Estas rubricas são amortizadas pelo método das quotas constantes normalmente por um período de três a dez anos. Investimentos que aumentem a performance dos programas de *software* para além das suas especificações originais são adicionados ao custo original do software. Os custos de implementação do *software* reconhecidos como ativos são amortizados usando o método das quotas constantes sobre as suas vidas úteis, nomeadamente de 3 a 6 anos. Os sistemas corporativos e transacionais de grande parte do Grupo desenvolvidos sobre as plataformas SAP são amortizados usando o método das quotas constantes sobre a sua vida útil de 10 anos.

## 2.6 Ativos e passivos financeiros

As compras e vendas destes investimentos são reconhecidos à data da negociação ou da assinatura dos respetivos contratos de compra e venda, independentemente da sua data de liquidação. No momento inicial, os investimentos são inicialmente registados pelo seu valor de aquisição, que é o justo valor do preço pago, incluindo despesas de transação, exceto para os ativos valorizados ao justo valor através de resultados, em que os custos de transação são imediatamente reconhecidos nos resultados. Estes ativos não são reconhecidos quando: (i) expiram os direitos contratuais do Grupo quanto ao recebimento dos seus fluxos de caixa; ou (ii) o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua posse, ou o controlo sobre os ativos.

### 2.6.1 Classificação de ativos financeiros

Os ativos financeiros das Águas de Santo André, SA são classificados nas categorias que abaixo se descrevem. A classificação depende do objetivo de aquisição do investimento e é determinada no momento de reconhecimento inicial (data da negociação – trade date) dos investimentos e reavaliada em cada data de relato subsequente. O Conselho de Administração determina a classificação dos seus investimentos à data de aquisição e reavalia essa classificação numa base regular. A Águas de Santo André, SA classifica os seus ativos financeiros nas seguintes categorias: i) empréstimos e contas a receber; ii) investimentos detidos até à maturidade; iii) investimentos mensurados ao justo valor através de resultados (detido para negociação); iv) ativos financeiros disponíveis para venda.

#### 2.6.1.1 Empréstimos e contas a receber

Correspondem a ativos financeiros não derivados, com recebimentos fixos ou determináveis para os quais não existe um mercado de cotações ativo. Estes ativos correspondem a duas naturezas: (i) ativos originados do decurso normal das atividades operacionais no fornecimento de água e outros serviços associados e sobre os quais não existe intenção de negociar; e (ii) investimentos efetuados nas empresas com concessões multimunicipais, que de acordo com as condições particulares dos contratos de concessão subjacentes, qualificam como um empréstimo concedido remunerado a uma taxa contratada.

Os empréstimos e contas a receber são registados inicialmente ao justo valor e subsequentemente pelo custo amortizado, com base na taxa de juro efetiva, deduzidos de eventuais perdas de imparidade. As perdas de imparidade são registadas com base na estimativa e avaliação das perdas associadas aos créditos de cobrança duvidosa, na data do balanço, por forma a que reflitam o seu valor realizável líquido.

São registados ajustamentos por imparidade quando existam indicadores objetivos de que a Águas de Santo André, SA não irá receber todos os montantes que lhe são devidos de acordo com os termos originais dos contratos estabelecidos. Na identificação de situações de imparidade são utilizados indicadores como: análise de incumprimento; incumprimento há mais de 6 meses; dificuldades financeiras do devedor; probabilidade de falência do devedor.

Quando os valores a receber de clientes ou outros devedores se encontrem vencidos, e sejam objeto de renegociação dos seus termos, deixam de ser considerados vencidos e passam a ser tratados como novos créditos.

#### 2.6.1.2 Investimentos detidos até à maturidade

Os investimentos detidos até à maturidade são classificados como investimentos não correntes, exceto se o seu vencimento for inferior a 12 meses da data do balanço, sendo registados nesta rubrica os investimentos com maturidade definida para os quais a Águas de Santo André, SA tem intenção e capacidade de os manter até essa data. Os investimentos detidos até à maturidade são registados ao custo amortizado, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

#### 2.6.1.3 Ativos financeiros mensurados ao justo valor por resultados

Esta categoria engloba: (i) os ativos financeiros de negociação que são adquiridos com o objetivo principal de serem transacionados no curto prazo; (ii) os ativos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados.

Nesta categoria integram-se os derivados que não qualifiquem para efeitos de contabilidade de cobertura.

As alterações de justo valor são reconhecidas diretamente em resultados do exercício, na rubrica de proveitos financeiros. Estes ativos são classificados como ativos correntes se forem detidos para venda ou se for expectável a sua realização num período de 12 meses, após a data do balanço.

#### 2.6.2 Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual, independentemente da forma legal que assumem. O IAS 39 – Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração, prevê a classificação dos passivos financeiros em duas categorias: (i) passivos financeiros ao justo valor por via de resultados; (ii) outros passivos financeiros. Os outros passivos financeiros incluem Empréstimos obtidos e Fornecedores e outras contas a pagar.

##### 2.6.2.1 Passivos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados

Os passivos financeiros ao justo valor por via de resultados, incluem passivos não derivados com o objetivo de vender no curto prazo e os instrumentos financeiros derivados que não qualifiquem para efeitos de contabilidade de cobertura, e sejam classificados desta forma no seu reconhecimento inicial. Os ganhos e perdas resultantes da alteração de justo valor de passivos mensurados ao justo valor através de resultados, são reconhecidos em resultados do período.

## 2.6.2.2 Fornecedores e outras contas a pagar

Os saldos de fornecedores e outras contas a pagar são inicialmente registados pelo seu valor nominal, o qual se entende ser o seu justo valor, e subsequentemente são registados ao custo amortizado, de acordo com o método da taxa de juro efetiva. Os passivos financeiros são desreconhecidos quando as obrigações subjacentes se extinguem pelo pagamento, são canceladas ou expiram.

## 2.7 Clientes e outras contas a receber

Os saldos de clientes e outras contas a receber são valores a receber pela venda de mercadorias ou de serviços prestados pela Águas de Santo André, SA no curso normal das suas atividades. São inicialmente registados ao justo valor e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado de acordo com o método da taxa de juro efetivo, deduzidos de provisões para perdas de imparidade.

Os clientes com os quais foram estabelecidos acordos de pagamentos são classificados como não correntes, quando esses acordos se estendem por mais de um exercício. O não cumprimento do acordo, implica a reclassificação do saldo como dívida corrente, vencida.

## 2.8 Inventários

Os inventários estão valorizados ao mais baixo do custo de aquisição (o qual inclui todas as despesas até à sua entrada em armazém) e do valor realizável líquido. O valor realizável líquido resulta do preço de venda estimado no decurso da atividade normal da empresa, deduzido das despesas variáveis de venda. O método de custeio adotado para a valorização das saídas de armazém é o custo médio.

## 2.9 Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa incluem numerário, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de liquidez elevada e com maturidades iniciais até três meses e descobertos bancários, sem risco significativo de alteração de valor. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, no passivo corrente, na rubrica "Dívidas a instituições de crédito – curto prazo", os quais são também considerados na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa.

## 2.10 Imparidade

### 2.10.1 Imparidade de ativos financeiros

O Grupo analisa a cada data de balanço se existe evidência objetiva que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros se encontra em imparidade.

### Clientes, devedores e outros ativos financeiros

São registados ajustamentos para perdas por imparidade quando existem indicadores objetivos que a Águas de Santo André, SA não irá receber todos os montantes a que tinha direito de acordo com os termos originais dos contractos estabelecidos. Na identificação de situações de imparidade são utilizados diversos indicadores, tais como: (i) análise de incumprimento; (ii) dificuldades financeiras do devedor; (iii) probabilidade de falência do devedor.

O ajustamento para perdas de imparidade é determinado pela diferença entre o valor recuperável e o valor de balanço do ativo financeiro e é registada por contrapartida de resultados do exercício. O valor de balanço destes ativos é reduzido para o valor recuperável através da utilização de uma conta de ajustamentos. Quando um montante a receber de clientes e devedores é considerado irrecuperável é abatido por

utilização da conta de ajustamentos para perdas de imparidade acumuladas. As recuperações subsequentes de montantes que tenham sido abatidos são registadas em resultados. Quando valores a receber de clientes ou a outros devedores que se encontrem vencidos, são objeto de renegociação dos seus termos, deixam de ser considerados como vencidos e passam a ser tratados como novos créditos.

#### 2.10.2 Imparidade de ativos não financeiros

Os ativos da Águas de Santo André, SA são analisados à data de cada balanço por forma a detetar indicações de eventuais perdas por imparidade. Se essa indicação existir, o valor recuperável do ativo é avaliado. Para Goodwill e outros ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é avaliado anualmente à data do balanço, tendo em conta as premissas dos contratos de concessão, o valor recuperável corresponde ao valor de uso, e esta por sua vez corresponde à remuneração garantida (dividendo) em cada um dos anos ao longo do prazo da concessão. Estes montantes são parte integrante do EVEF (estudo de viabilidade económica e financeira) anexos aos contratos de concessão que são reenviados anualmente para o regulador do sector. Sempre que existem indicações de potenciais perdas por imparidade é determinado o valor recuperável dos ativos da Águas de Santo André, SA. Sempre que o valor contabilístico de um ativo, ou da unidade geradora de caixa onde o mesmo se encontra inserido, excede a quantia recuperável, é reduzido até ao montante recuperável sendo esta perda por imparidade reconhecida nos resultados do exercício.

Para as unidades geradoras de caixa com atividade iniciada há menos que um certo período de tempo (2 a 3 anos) a Águas de Santo André, SA efetua uma análise da imparidade, no entanto na medida em que os respetivos negócios não terão atingido ainda maturidade suficiente, são reconhecidas perdas por imparidade quando existam indicadores inequívocos de que a sua recuperabilidade é considerada remota.

#### Determinação da quantia recuperável dos ativos

A quantia recuperável de contas a receber de médio e longo prazo corresponde ao valor atual dos futuros recebimentos esperados, utilizando como fator de desconto a taxa de juro efetiva implícita na operação original. Para os restantes ativos, a quantia recuperável é a mais alta do seu preço de venda líquido e do seu valor de uso. Na determinação do valor de uso de um ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados utilizando uma taxa de desconto antes de impostos que reflete as avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e os riscos específicos do ativo em questão. A quantia recuperável dos ativos que por si só não geram fluxos de caixa independentes é determinada em conjunto com a unidade geradora de caixa onde os mesmos se encontram inseridos.

#### Reversão de perdas por imparidade

Uma perda por imparidade reconhecida num valor a receber de médio e longo prazo só é revertida caso a justificação para o aumento da respetiva quantia recuperável assente num acontecimento com ocorrência após a data do reconhecimento da perda por imparidade. As perdas por imparidade relativas a outros ativos são revertidas sempre que existam alterações nas estimativas usadas para a determinação da respetiva quantia recuperável. As perdas por imparidade são revertidas até ao valor, líquido de amortizações, que o ativo teria caso a perda por imparidade não tivesse sido reconhecida.

#### 2.11 Capital

As ações ordinárias são classificadas no capital próprio. Os gastos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

## 2.12 Dividendos a pagar

Os dividendos são reconhecidos como passivo quando declarados.

## 2.13 Subsídios do governo

Os subsídios para investimento são reconhecidos quando existe uma segurança razoável que o subsídio será recebido e que a Águas de Santo André, SA cumprirá as obrigações inerentes ao seu recebimento. Os subsídios para investimento relativos à aquisição e/ou construção de ativos tangíveis e/ou intangíveis são incluídos nos passivos não-correntes e são creditados na demonstração dos resultados com base no mesmo método da amortização dos ativos subjacentes.

Os restantes subsídios são diferidos e reconhecidos na demonstração dos resultados no mesmo período dos gastos que pretendem compensar.

## 2.14 Provisões, ativos e passivos contingentes

As provisões apenas são reconhecidas quando existe uma obrigação presente que resulte de eventos passados, para a liquidação da qual seja provável a necessidade de afetação de recursos internos e cujo montante possa ser estimado com razoabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a Águas de Santo André, SA, divulgará tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para liquidação do mesmo seja considerada remota. Quando há um número elevado de obrigações similares, a probabilidade de gerar um exfluxo de recursos internos é determinada em conjunto. A provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de exfluxo de recursos internos relativamente a um elemento incluído na mesma classe de obrigações possa ser reduzida.

As provisões são mensuradas ao valor presente, à data do balanço, da melhor estimativa do Conselho de Administração sobre o dispêndio necessário para liquidar a obrigação. A taxa de desconto usada para determinar o valor presente reflete a expectativa atual de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras.

### Ativos e passivos contingentes

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, mas divulgados nas notas anexas. Nos casos em que a possibilidade de um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos for remota ou se for pouco provável que ocorra o influxo de benefícios económicos, os respetivos passivos contingentes ou ativos contingentes não são divulgados.

## 2.15 Fiscalidade

O imposto sobre rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados, exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente nos capitais próprios. O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais.

Os impostos diferidos são reconhecidos usando o método do passivo de balanço, considerando-se as diferenças temporárias provenientes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras. O imposto diferido que surja pelo reconhecimento inicial de um ativo ou passivo numa transação que não seja uma concentração empresarial, que à data da transação não afeta nem o resultado contabilístico nem o resultado fiscal, não é registado. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que seja provável que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para utilização da

diferença temporária ou quando se espera a reversão de um imposto diferido ativo para a mesma altura e com a mesma autoridade

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada, à data do balanço e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos. As diferenças que possam advir de alterações expectáveis das taxas a que irão reverter as diferenças temporais tributáveis são consideradas na demonstração dos resultados.

Os impostos diferidos são registados no resultado líquido ou em “Outras reservas” consoante o registo da transação ou evento que lhes deu origem.

## 2.16 Rédito

O rédito compreende o justo valor da venda de bens e prestação de serviços, líquido de impostos e descontos e após eliminação das vendas internas. Tal como referido na nota 2.3 a Águas de Santo André, SA,, apenas reconhecem o rédito que resulta da aplicação das tarifas aprovadas pelo concedente e escrutinadas pelo regulador. O rédito é reconhecido como segue:

### 2.16.1 Prestação de serviços

#### Atividade regulada - Serviços em “alta” – Saneamento

O rédito é reconhecido com base em (i) valores mínimos garantidos; ou (ii) consumos, ou seja, o rédito regista-se pelo valor do produto entre a tarifa aprovada e os consumos medidos e/ou estimados;

#### Atividade regulada - Serviços em “alta” - Tratamento e valorização de resíduos - indiferenciados

O rédito é reconhecido com base em consumos, ou seja, o rédito regista-se pelo valor do produto entre a tarifa aprovada e os consumos medidos e/ou estimados.

#### Atividade regulada - Serviços em “baixa” e em “alta” – Abastecimento de Água

O rédito é reconhecido com base em consumos, ou seja, o rédito regista-se pelo valor do produto entre a tarifa aprovada e os consumos medidos e/ou estimados.

#### Atividade não regulada

A tarifa de disponibilidade encontra-se suportada num contrato estabelecido com o cliente, em que o preço do aluguer se encontra definido. O valor do contrato é reconhecido mensalmente no mês a que respeita a prestação do serviço;

### 2.16.2 Venda de bens

#### Atividade regulada - Serviços em “alta” e em “baixa” – Abastecimento de água

O rédito é reconhecido com base em (i) valores mínimos garantidos; ou (ii) consumos, ou seja, o rédito regista-se pelo valor do produto entre a tarifa aprovada e os consumos medidos e/ou estimados;

## Atividade regulada - Serviços em “baixa” - Parcerias

O rédito é composto por duas componentes, uma fixa e outra variável. O rédito regista-se pelo valor do produto entre a tarifa aprovada para cada escalão e os consumos medidos e/ou estimados nesse escalão (componente variável). A componente fixa corresponde à disponibilidade do serviço e está indexado à capacidade de débito do contador. O reconhecimento é efetuado em duodécimos.

### 2.16.3 Juros

O rendimento de juros é reconhecido com base na taxa de juro efetiva e são registados no período a que respeitam, de acordo com o princípio da especialização do exercício (ou do acréscimo).

Quando uma conta a receber é ajustada por imparidade, a Águas de Santo André, SA reduz o seu valor contabilístico para o seu valor recuperável, no entanto os cash flows futuros estimados continuam a ser descontados à taxa de juro efetiva inicial (antes da imparidade) e a regularização do desconto a ser considerado como um rendimento de juros.

### 2.17 Trabalhos para a própria empresa

Nesta rubrica são reconhecidos os gastos dos recursos diretamente atribuíveis aos ativos intangíveis durante a sua fase de desenvolvimento/construção, quando se concluí que os mesmos serão recuperados através da realização daqueles ativos. São particularmente relevantes os gastos financeiros capitalizados bem como alguns gastos com pessoal. São mensurados ao custo, sendo portanto reconhecidos sem qualquer margem, com base em informação interna especialmente preparada para o efeito (gastos internos) ou nos respetivos gastos de compra adicionados de outras despesas a ela inerentes. Os gastos capitalizados são registados diretamente em balanço sem passarem pela demonstração dos resultados, e estão divulgados no anexo sempre que tal for aplicável.

### 2.18 Gastos e perdas

Os gastos e perdas são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime do acréscimo (especialização do exercício).

### 2.19 Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data de balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço, se materiais são divulgados nas notas às Demonstrações financeiras.

## 3 Políticas de gestão do risco financeiro

### 3.1 Fatores de risco

As atividades da Águas de Santo André, SA estão expostas a uma variedade de fatores de risco financeiro: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado (risco de taxa de juro, risco fluxos de caixa associado à taxa de juro). O Grupo AdP desenvolveu e implementou um programa de gestão do risco que, conjuntamente com a monitorização permanente dos mercados financeiros, procura minimizar os potenciais efeitos adversos na performance financeira da AdP e suas participadas. A gestão do risco é conduzida pelo departamento central de tesouraria com base em políticas aprovadas pela Administração. A tesouraria identifica, avalia e realiza operações com vista à minimização dos riscos financeiros, em estrita cooperação com as unidades operacionais do Grupo AdP. O Conselho de Administração providencia princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, risco de crédito, o uso de derivados, outros instrumentos não estruturados e o investimento do

excesso de liquidez. O Conselho de Administração tem a responsabilidade de definir princípios gerais de gestão de riscos, bem como limites de exposição. Todas as operações realizadas com instrumentos derivados carecem de aprovação prévia do Conselho de Administração, que define os parâmetros de cada operação e aprova documentos formais descritivos dos objetivos das mesmas.

### 3.2 Risco de crédito

O risco de crédito está essencialmente relacionado com o risco de uma contraparte falhar nas suas obrigações contratuais, resultando uma perda financeira para a Águas de Santo André, SA. A Águas de Santo André, SA está sujeita ao risco de crédito nas suas atividades operacionais, de investimento e de tesouraria.

O risco de crédito relacionado com operações está essencialmente relacionado com créditos de serviços prestados a clientes. Este risco é em teoria reduzido dadas as características do serviço prestado (a entidades estatais - municípios). No entanto dada a situação económica e financeira particular do país no último ano, com consequências diretas junto das autarquias locais, o montante de saldos vencidos tem vindo a crescer significativamente (ver nota 10 - clientes)

O Grupo AdP tem vindo a alertar o Governo Central para a insustentabilidade da atual situação de incobrabilidade junto de alguns municípios, no sentido de encontrar alternativas que permitam cobrar os valores em dívida (ver nota 39 eventos subsequentes, Dívidas das autarquias locais ao sector da água, saneamento e resíduos - Lei nº 64-B/2011 de 30 de Dezembro, Orçamento de Estado para 2012).

Os ajustamentos de imparidade para contas a receber são calculados considerando: i) o perfil de risco do cliente, consoante se trate de cliente institucional ou empresarial; ii) o prazo médio de recebimento, o qual difere de negócio para negócio; e iii) a condição financeira do cliente

A seguinte tabela representa a exposição máxima da Águas de Santo André, SA ao risco de crédito (não incluindo saldos de clientes e de outros devedores) a 31 de Dezembro de 2011, sem ter em consideração qualquer colateral detido ou outras melhorias de crédito. Para ativos no balanço, a exposição definida é baseada na sua quantia escriturada como reportada na face do Balanço.

<b>ativos financeiros bancários</b>	<b>31.12.2011</b>
Depósitos à ordem	685.429
Depósitos prazo	0
Fundo de renovação do equipamento	3.828.261
Fundo de reconstituição do capital	171.739
	<b>4.685.429</b>

<b>Rating</b>	<b>31.12.2011</b>	<b>Montante</b>
P-1 (Moody's)	Prime - 1	685.429
P-2 (Moody's)	Ba2	4.000.000
		<b>4.685.429</b>

Nota: Notação de rating obtida nos sites das Instituições Financeiras em janeiro de 2012

### 3.3 Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez implica a manutenção das disponibilidades a um nível razoável, a viabilidade da consolidação da dívida flutuante através de um montante adequado de facilidades de crédito e a habilidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da dinâmica dos negócios subjacentes, a tesouraria da Águas de Santo André, SA pretende assegurar a flexibilidade da dívida flutuante, mantendo para o efeito as linhas de

crédito disponíveis. A Águas de Santo André, SA efetua a gestão do risco de liquidez através da contratação e manutenção de linhas de crédito e facilidades de financiamento com compromisso de tomada firme junto de instituições financeiras nacionais e internacionais de elevada notação de crédito que permitem o acesso imediato a fundos. Neste último exercício esta prática tem sido altamente condicionada pelas conhecidas dificuldades em aceder aos mercados de crédito em Portugal, bem como pelo crescente aumento das dívidas de clientes.

A tabela abaixo apresenta as responsabilidades da Águas de Santo André, SA por intervalos de maturidade residual contratual. Os montantes apresentados na tabela são os fluxos de caixa contratuais, não descontados a pagar no futuro (sem os juros a que estão a ser remunerados estes passivos).

	< 1 ano	1 a 5 anos	> 5 anos
<b>Financiamentos</b>	-	-	-
<b>Fornecedores e outras contas a pagar</b>	<b>1.088.343</b>	<b>1.449.814</b>	<b>5.445.505</b>
	<b>1.088.343</b>	<b>1.449.814</b>	<b>5.445.505</b>

### 3.4 Risco de fluxos de caixa e de justo valor associado à taxa de juro

Não aplicável à AdSA.

### 3.5 Risco de capital

Não aplicável à AdSA.

### 3.6 Risco regulatório

Como prestador de um serviço público, a Águas de Santo André, SA opera num ambiente altamente regulado. O regulador - ERSAR - mandatado pelo Governo, regula, entre outros aspetos, a tarifa a cobrar pelos serviços prestados. Na tentativa de balancear o interesse público no que concerne ao adequado acesso aos serviços prestados e o próprio interesse em gerar resultados que satisfaçam e remunerem o capital investido dos nossos acionistas, o regulador pode tomar medidas com impacto negativo no cash-flow, com todas as consequências adversas que daí resultam.

## 4 Estimativas e julgamentos

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da Águas de Santo André, SA são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa da Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis. A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do exercício seguinte são as que seguem:

#### 4.1 Provisões

A Águas de Santo André, SA analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A Águas de Santo André, SA é parte em diversos processos judiciais em curso para os quais, com base na opinião dos seus advogados, efetua um julgamento para determinar se de ser registada uma provisão para essas contingências. Os ajustamentos para contas a receber são calculados essencialmente com base na antiguidade das contas a receber, o perfil de risco dos clientes e a situação financeira dos mesmos. As estimativas relacionadas com os ajustamentos para contas a receber diferem de negócio para negócio.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de exfluxo de recursos internos necessários para a liquidação das obrigações, poderá conduzir a ajustamentos significativos quer por variação daquele pressupostos quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

#### 4.2 Ativos intangíveis

A determinação das vidas úteis dos ativos bem como o método de depreciação é essencial para a determinar o montante de depreciações e amortizações a reconhecer na demonstração dos resultados.

Estes dois parâmetros foram definidos de acordo com a melhor estimativa da Administração para os ativos e negócios em questão, no entanto, tratando-se de uma atividade concessionada e regulada a vida útil dos ativos está associada ao padrão de benefícios económicos obtidos e que são determinados pela regulação económica (e prazo da concessão).

#### 4.3 Imparidade

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da Águas de Santo André, SA, tais como a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital ou a manutenção da atual estrutura regulatória do mercado, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas, quer externas à Águas de Santo André, SA. A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos (ou de conjunto de ativos) implicam um elevado grau de julgamento por parte da Administração, no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais. No caso específico da Águas de Santo André, SA os indicadores de imparidade alteram com os crescimentos da rede de infraestruturas assumidos, as alterações de tarifa expectáveis ou as atuais estratégias dos participantes no capital da Águas de Santo André, SA, que conjuntamente com outros fatores poderão levar a alterações no padrão ou montante dos fluxos de caixa futuros.

À data de emissão das demonstrações financeiras da Águas de Santo André, SA não é considerada como provável a existência de qualquer situação de imparidade nos ativos reportados. Além das incertezas acima mencionadas, existem ainda algumas áreas de julgamento cujo impacto se reflete nas demonstrações financeiras. Ainda que não seja expectável virem a provocar uma alteração material no exercício subsequente, poderão ainda assim levar a uma alteração de pressupostos ou de avaliação por parte da Administração da Águas de Santo André, SA.

## 5 Instrumentos financeiros por categoria

	Empréstimos e contas a receber	Passivos financeiros ao custo amortizado	TOTAL	ativos e passivos não classificados como instrumentos financeiros	Total de balanço a 31.12.2011
Ativos intangíveis	-	-	0	64.291.338	64.291.338
Ativos fixos tangíveis	-	-	0	0	0
Propriedades de investimento	-	-	0	0	0
Investimentos financeiros	4.000.000	-	4.000.000	0	4.000.000
Impostos diferidos ativos	-	-	0	5.618.667	5.618.667
Clientes e outros ativos não correntes	-	-	0	0	0
Inventários	-	-	0	197.301	197.301
Clientes	3.239.527	-	3.239.527	0	3.239.527
Estado e outros entes públicos	-	-	0	0	0
Outros ativos correntes	3.147.122	-	3.147.122	0	3.147.122
Caixa e seus equivalentes	687.756	-	687.756	0	687.756
<b>Total do ativo</b>	<b>11.074.406</b>	<b>0</b>	<b>11.074.406</b>	<b>70.107.306</b>	<b>81.181.712</b>
Provisões	-	-	0	2.173.410	2.173.410
Responsabilidades com pensões	-	-	0	0	0
Empréstimos não correntes	-	-	0	0	0
Impostos diferidos passivos	-	-	0	2.664.821	2.664.821
Fornecedores e outros passivos não correntes	-	6.895.319	6.895.319	0	6.895.319
Acréscimos de custos do investimento contratual	-	-	0	11.549.658	11.549.658
Subsídios ao investimento	-	-	0	41.326.974	41.326.974
Empréstimos correntes	-	-	0	0	0
Fornecedores	-	1.088.343	1.088.343	0	1.088.343
Outros passivos correntes	-	4.385.238	4.385.238	0	4.385.238
Acionistas	-	3.483.994	3.483.994	0	3.483.994
Imposto sobre o rendimento do exercício	-	-	0	0	0
Estado e outros entes públicos	-	-	0	563.687	563.687
<b>Total do passivo</b>	<b>0</b>	<b>15.852.893</b>	<b>15.852.893</b>	<b>58.278.550</b>	<b>74.131.443</b>

## 6 Ativos intangíveis

	31.12.2011	31.12.2010
Despesas de desenvolvimento	-	-
Propriedade industrial e outros direitos	-	-
Direitos de utilização de infra-estruturas (DUI)	64.291.338	60.908.060
	<b>64.291.338</b>	<b>60.908.060</b>

## 6.1 Movimentos do período

Valor Bruto	31.12.2010	Aumentos	Abates	Alienaç.	Transfer	31.12.2011
Despesas de desenvolvimento	74.740	-	-	-	-	74.740
Propr. industrial e outros direitos	0	-	-	-	-	0
Direitos de utilização de infra-estruturas (DUI)	84.703.308	7.416.551	-	-	-	92.119.859
	84.778.048	7.416.551	0	0	0	92.194.599
Amortizações acumuladas	31.12.2010	Aumentos	Abates	Alienaç.	Transfer	31.12.2011
Despesas de desenvolvimento	-74.740	-2.491	-	-	52.318	-24.913
Propr. industrial e outros direitos	0	-	-	-	-	0
Direitos de utilização de infra-estruturas (DUI)	-23.795.248	-2.787.766	-	-	-1.295.333	-27.878.347
	-23.869.988	-2.790.257	0	0	-1.243.015	-27.903.261
Valor líquido	60.908.060	4.626.293	0	0	-1.243.015	64.291.338

Os aumentos verificados no exercício de 2011, são os explicados no quadro seguinte:

Aumento do Direitos de utilização de infra-estruturas (DUI)	31.12.2011
<b>Investimentos em curso que passaram a firme</b>	<b>99.303</b>
Pavimento do recinto da AdSA e sinalização	75.544
Remodelação do pavilhão A - Eletricidade	23.759
<b>Servidões e Expropriações de Terrenos</b>	<b>39.334</b>
<b>Equipamentos, Ferramentas e Utensílios</b>	<b>298.825</b>
<b>Investimentos em curso</b>	<b>6.979.088</b>
Reforço de Abastecimento A.I ZILS - Fase I	1.875.551
Remodelação do transporte de efluente na ZIP3	1.299.596
Remodelação da Estação Elevatória ZIP3	1.110.887
Selagem das Células RSU e RSI	645.136
Remodelação da Rede de Distribuição	483.943
BY-PASS ao Reservatório dos 50 000 M.Chãos	354.982
Emissário da ETAR a Santiago do Cacem	345.958
Reparação do Emissário Submarino	230.719
Edifícios de Medição e Amostragem	211.774
Outros investimentos em curso	420.542
	<b>7.416.551</b>

## 7 Investimentos financeiros

	31.12.2011	31.12.2010
Fundo de renovação	3.828.261	5.674.520
Fundo de reconstituição	171.739	171.739
	<b>4.000.000</b>	<b>5.846.259</b>

O fundo de renovação tem como objetivo suportar os encargos necessários à realização de investimentos de substituição de bens depreciados por uso ou obsolescência técnica.

A Águas de Santo André, SA, mediante autorização prévia do Concedente poderá utilizar os meios financeiros que constituem o fundo de renovação.

Ao abrigo do Contrato de Concessão, a Águas de Santo André, SA, ficou obrigada a entregar em cada ano, o montante correspondente à anuidade de amortização do capital social para criação de um fundo de reconstituição de capital.

A variação verificada no fundo de renovação deve-se à utilização do fundo para fazer face ao pagamento do investimento efetuado.

## 8 Impostos diferidos

	taxa	31.12.2010	Aumentos	Diminuições	Ajustamentos	31.12.2011
<b>Provisão</b>		<b>3.657.395</b>	<b>3.358.101</b>	-	-	<b>7.015.497</b>
IRC + Derrama	26,50%	969.210	889.897	-	-	1.859.107
Derrama Estadual	2,50%	0	175.387	-	-	175.387
<b>Acréscimo de Custo de Investimento Contratual</b>		<b>11.615.177</b>	<b>1.177.496</b>	<b>-40.478</b>	<b>-392.979</b>	<b>12.359.216</b>
IRC + Derrama	26,50%	3.078.022	312.036	-10.727	-104.139	3.275.192
Derrama Estadual	2,50%	290.379	29.437	-1.012	-9.824	308.980
<b>Imposto diferido ativo</b>		<b>4.337.611</b>	<b>1.406.758</b>	<b>-11.739</b>	<b>-113.964</b>	<b>5.618.667</b>

A Águas de Santo André, SA, procede ao reconhecimento de impostos diferidos ativos resultantes das perdas de imparidade reconhecidas relativas às dívidas dos Municípios e da provisão para outros riscos e encargos para suprir os gastos com o destino final das lamas próprias. Também são reconhecidos impostos diferidos ativos relativos aos acréscimos de custo para Investimentos Contratuais. De acordo com a regra de reconhecimento de ativos e passivos regulatórios, estes ativos são reconhecidos em balanço uma vez que a recuperação do seu custo é elegível para efeito da determinação da tarifa pelo regulador em períodos subsequentes.

## 9 Inventários

	31.12.2011	31.12.2010
Mercadorias	-	-
Matérias-primas	4.035	1.400
Materiais diversos	243.266	225.455
Perdas por Imparidade	-50.000	-50.000
	<b>197.301</b>	<b>176.855</b>

## 10 Clientes

	31.12.2011	31.12.2010
Clientes municípios	784.640	920.938
Clientes outros	2.454.887	1.781.284
	<b>3.239.527</b>	<b>2.702.222</b>

### 10.1 Clientes – municípios

	31.12.2011	31.12.2010
Clientes municípios	1.072.016	681.235
Clientes municípios TRH	19.867	13.249
Clientes municípios injunções	4.419.032	3.720.872
Clientes municípios acordos	47.723	102.977
Perdas por imparidade	-4.773.997	-3.597.395
	<b>784.640</b>	<b>920.938</b>

As perdas por imparidade reconhecidas estão relacionadas com a não-aceitação das prestações de serviços da AdSA, nomeadamente saneamento, pelos Municípios de Santiago do Cacém e Sines.

### 10.2 Clientes – municípios – total da dívida (corrente e não corrente)

	31.12.2011	31.12.2010
Clientes municípios não correntes	-	-
Clientes municípios correntes	5.558.637	4.518.334
Perdas por imparidade	-4.773.997	-3.597.395
	<b>784.640</b>	<b>920.938</b>

### 10.3 Clientes – municípios – total da dívida (corrente e não corrente) por vencimento

	Vencido até n-2	Vencido até n-1	Vencido até n	Total vencido	Não vencido	Total
Município de Santiago do Cacem	1.722.177	377.377	465.388	2.564.942	96.388	2.661.330
Município de Sines	1.594.167	650.679	552.103	2.796.949	100.359	2.897.308
	<b>3.316.344</b>	<b>1.028.055</b>	<b>1.017.491</b>	<b>5.361.891</b>	<b>196.747</b>	<b>5.558.637</b>

Ver nota 39 eventos subsequentes, dívidas das autarquias locais ao sector da água, saneamento e resíduos - Lei nº 64-B/2011 de 30 de dezembro, Orçamento de Estado para 2012.

### 11 Estado e outros entes públicos

	31.12.2011	31.12.2010
IVA a receber	0	10.347
Outros	0	-
<b>EOEP activos</b>	<b>0</b>	<b>10.347</b>
IVA a pagar	-142.516	0
Retenções	-19.130	-22.132
Retenções - Segurança social	-33.828	-40.501
Outras tributações - TRH	-372.568	-583.112
Outros	4.355	4.305
<b>EOEP passivos</b>	<b>-563.687</b>	<b>-641.441</b>
	<b>-563.687</b>	<b>-631.094</b>

## 12 Outros ativos correntes

	31.12.2011	31.12.2010
Adiantamentos a fornecedores	0	6.493
Outros devedores	2.015.560	93.429
Acréscimos de rendimentos	1.120.028	67.936
Diferimentos de gastos	11.534	10.917
	<b>3.147.122</b>	<b>178.775</b>

O montante de outros devedores, diz respeito à faturação de serviços prestados no âmbito da intervenção da AdSA no sistema de pré-tratamento de um cliente.

Nos acréscimos de rendimentos encontram-se a estimativa dos valores a faturar relativos ao contrato celebrado com um cliente e rendimentos financeiros decorrentes de aplicações financeiras, nomeadamente o Fundo de Reconstituição de Capital Social e o Fundo de Renovação do Equipamento.

## 13 Caixa e bancos

	31.12.2011	31.12.2010
Caixa	2.327	2.055
Depósitos à ordem	685.429	3.002.700
Depósitos a prazo	0	1.453.741
	<b>687.756</b>	<b>4.458.496</b>

## 14 Capital

		Capital subscrito		Capital realizado	
		31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010
AdP - Águas de Portugal, SGPS, SA	100%	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000
	<b>100%</b>	<b>1.000.000</b>	<b>1.000.000</b>	<b>1.000.000</b>	<b>1.000.000</b>

### 14.1 Resultado por ação

	31.12.2011	31.12.2010
Resultado líquido	4.698.183	1.500.328
Número médio de ações (5,00Eur/cada)	200.000	200.000
Resultado por ação	<b>23</b>	<b>8</b>

### 14.2 Movimentos do período

	31.12.2010	Afect. Res. Líquido	Dividendos	Res. Líquido	31.12.2011
Reservas e outros ajustamentos	196.561	75.016	-	-	271.578
Resultados transitados	-243.139	1.323.647	-	-	1.080.508
Resultado líquido do exercício	1.500.328	-1.398.664	-101.664	4.698.183	4.698.183
	<b>1.453.750</b>	<b>0</b>	<b>-101.664</b>	<b>4.698.183</b>	<b>6.050.268</b>

## 15 Provisões

	31.12.2011	31.12.2010
Provisões para processos judiciais	-	-
Provisões para acidentes de trabalho	-	-
Provisões - outros	2.173.410	1.165
	<b>2.173.410</b>	<b>1.165</b>

As provisões referem-se à estimativa dos encargos relativos ao envio para destino final de lamas próprias.

### 15.1 Movimentos do período

	31.12.2010	Aumentos	Reversões	31.12.2011
Provisões para processos judiciais	-	-	-	0
Provisões para acidentes de trabalho	-	-	-	0
Provisões - outros	1.165	2.172.245	-	2.173.410
	<b>1.165</b>	<b>2.172.245</b>	<b>0</b>	<b>2.173.410</b>

## 16 Impostos diferidos passivos

	taxa	31.12.2010	Aumentos	Diminuições	Ajustamentos	31.12.2011
IFRIC 12 - DUI		10.466.693	-	-	-358.751	10.107.942
IRC + Derrama	26,50%	2.773.674	-	-	-	2.678.605
Derrama Estadual	2,50%	261.667	-	-	-	252.699
Reconhecimento de 1/5		-607.068	-	-	607.068	0
Reconhecimento de 1/22		-	-	-133.241	-133.241	-266.482
<b>Imposto diferido passivo</b>		<b>2.428.273</b>	<b>0</b>	<b>-133.241</b>	<b>-133.241</b>	<b>2.664.821</b>

Até 31 de Dezembro de 2009 a contabilização das obrigações contratuais das Concessionárias estava adstrita às instruções emanadas pela Comissão de Normalização Contabilística (CNC) na Diretriz Contabilística n.º 4/91, de 19 de Dezembro, tendo sido aprovado pelas Autoridades Fiscais, a pedido da AdP - Águas de Portugal, SGPS, SA, um entendimento que deu relevância em sede de IRC às instruções emanadas pela CNC na referida Diretriz Contabilística n.º 4/91.

A partir de 1 de Janeiro de 2010, com a revogação da Diretriz Contabilística n.º 4/91, pelo n.º 2 do artigo 15º do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho, que aprovou o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), a contabilização das obrigações contratuais das Concessionárias passou a ser efetuada supletivamente (uma vez que do SNC não resultou nenhuma norma contabilística sobre os contratos de concessão) pela IFRIC 12, adotada pelo Regulamento (CE) n.º 254/2009 da Comissão, de 25 de Março de 2009.

Em termos gerais, a adoção da política contabilística emanada pela IFRIC 12, para efeitos de IRC, implicou para as Águas de Santo André, SA o desreconhecimento do montante das despesas capitalizáveis relativas ao investimento a realizar por via dos resultados transitados e o registo de uma provisão, conforme requerido na IFRIC 12, para as obrigações não regulares de manutenção e reparação de infraestruturas a efetuar no futuro, não sendo esta provisão aceite para efeitos fiscais, por não se encontrar prevista no artigo 39º do Código do IRC.

Este entendimento levou a que a Empresa tivesse procedido a ajustamentos com efeitos retroativos, desde o início da concessão, desconsiderando, por via de resultados transitados, as amortizações acumuladas dos investimentos a realizar, aceites fiscalmente até à data da transição, gerando um encargo fiscal. As alterações contabilísticas que resultaram da adoção da IFRIC 12 deverão ser consideradas para efeitos fiscais

retrospectivamente, desde o início de concessão, devendo as Águas de Santo André aplicar o regime transitório previsto no artigo 5º do Decreto-Lei n.º 159/2009, de 13 de Julho.

O regime transitório prevê que os efeitos nos capitais próprios decorrentes da adoção da IFRIC 12, que sejam considerados fiscalmente relevantes nos termos do Código do IRC e respetiva legislação complementar, concorrem, em partes iguais, para a formação do lucro tributável do primeiro período de tributação (Exercício de 2010) e dos quatro períodos de tributação seguintes. Contudo, a AdP – Águas de Portugal SGPS, SA, entendeu que este procedimento coloca em causa o princípio de balanceamento dos proveitos (tarifas) e dos custos (incorridos e a incorrer), na medida em que, durante o prazo de vigência dos contratos de concessão celebrados com o Estado Português, não se justifica que as Concessionárias tenham de pagar impostos nos próximos 5 exercícios respeitantes a períodos de tributação anteriores, dentro de um horizonte temporal que excede claramente os 5 exercícios.

Neste contexto, foi entregue uma exposição junto dos Ministérios das Finanças e do Ambiente, solicitando que as correções retroativas decorrentes da alteração das políticas contabilísticas devam concorrer, em partes iguais, para a formação do lucro tributável ao longo do período remanescente da concessão (até 2031), uma vez que é esse o período temporal fiscalmente relevante para efeitos contabilísticos e fiscais, tutelando assim as legítimas expectativas criadas sem pôr em causa a sustentabilidade económica e financeira dos Sistemas Multimunicipais.

Assim, o valor apresentado pela Águas de Santo André respeita ao valor de imposto que deverá ser pago até ao final da Concessão.

#### 17 Fornecedores e outros passivos não correntes

	31.12.2011	31.12.2010
Fornecedores de investimentos	6.895.319	7.152.722
Outras contas a pagar	-	-
Outros fornecedores	-	-
	<b>6.895.319</b>	<b>7.152.722</b>

A Águas de Santo André, SA, ao abrigo do disposto no n.º 4 do artigo 6º do Decreto-Lei n.º 171/2001, de 25 de Maio, tem a obrigação de efetuar um pagamento mensal ao INAG, de €39.903,83, durante o prazo da concessão. A 31 de dezembro de 2011, encontra-se registado em passivo não corrente o montante de €6.895.319.

#### 18 Acréscimos de custos de investimento contratual

	31.12.2011	31.12.2010
Acréscimos de custos de investimento contratual	11.549.658	11.615.177
	<b>11.549.658</b>	<b>11.615.177</b>

O investimento contratual do EVEF perfaz 35.180.215,68 Euros, que perfazem 43.962.525,02 Euros a preços correntes, dos quais 8.853.049,62 Euros já se encontram realizados.

## 19 Subsídios ao investimento

	31.12.2011	31.12.2010
Fundo de coesão	-	-
Integração de património	41.326.974	43.393.324
Outros subsídios	-	-
	<b>41.326.974</b>	<b>43.393.324</b>

### 19.1 Movimentos do período

	31.12.2010	Resultados	Aumentos	Regularizações	31.12.2011
Fundo de coesão	-	-	-	-	-
Integração de património	43.393.324	-2.066.350	-	-	41.326.974
Outros subsídios	-	-	-	-	0
	<b>43.393.324</b>	<b>-2.066.350</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>41.326.974</b>

## 20 Fornecedores correntes

	31.12.2011	31.12.2010
Fornecedores de investimentos	682.845	567.029
Fornecedores gerais	323.899	294.511
Fornecedores empresas do Grupo	75.088	91.674
Fornecedores facturas em receção e conferência	6.510	8.943
	<b>1.088.343</b>	<b>962.157</b>

## 21 Outros passivos correntes

	31.12.2011	31.12.2010
Acréscimos com férias e subsídio de férias	128.826	281.207
Empresas do Grupo	3.483.994	2.541.480
Outros acréscimos e diferimentos	3.166.005	6.868.134
Outros credores	1.090.407	279.796
	<b>7.869.232</b>	<b>9.970.617</b>

A variação verificada na rubrica Empresas do Grupo, deve-se à estimativa de imposto a pagar, derivado do facto de a AdSA fazer parte do grupo de sociedades da AdP, SGPS, SA.

A variação verificada na rubrica Outros acréscimos e diferimentos, resulta do reconhecimento em resultados, dos rendimentos diferidos de resíduos, no valor de € 1.425.293,29 relativos a faturação emitida até dezembro de 2004, que contemplava o envio para destino final apropriado dos mesmos. Em 2011, a AdSA obteve aprovação das candidaturas submetidas ao POVT – Programa Operacional Temático Valorização do Território e ao FIA – Fundo de Intervenção Ambiental, nos montantes € 7.840.842 e € 2.702.036, respetivamente, estas candidaturas serão para fazer face à retirada das lamas industriais confinadas

no Aterro de Santo André, Passivo Ambiental herdado do Concedente, bem como o faturado até dezembro de 2004. Para o efeito, já se encontra adjudicado esta prestação de serviços a um Agrupamento constituído por quatro Sociedades pelo montante de € 9.006.788, faltando ainda a adjudicação da reabilitação da zona na ordem de €1.500.000.

Desta forma foram reconhecidos, em 2011, os rendimentos diferidos como também anulados os acréscimos de gastos relativos ao encaminhamento para destino final das lamas produzidas pela AdSA.

A variação verificada na rubrica Outros credores deve-se ao adiantamento recebido por obrigação contratual com um cliente.

## 22 Imposto sobre o rendimento

	31.12.2011	31.12.2010
Estimativa de imposto a pagar	2.473.497	1.530.983
	2.473.497	1.530.983

A estimativa de imposto a pagar de 2011, não consta no balanço na rubrica de imposto sobre o rendimento do exercício mas sim na rubrica de outros passivos correntes uma vez que a AdSA passou a fazer parte do grupo de sociedades da AdP, SGPS, SA.

### 22.1 Imposto do exercício

	31.12.2011	31.12.2010
Imposto corrente	-3.272.104	-1.750.544
Imposto diferido	1.528.441	1.166.872
	-1.743.664	-583.672

A variação verificada deve-se ao resultado antes de imposto de € 6.441.846,12 e ao aumento das provisões não dedutíveis relativas às dívidas dos Municípios e da provisão para outros riscos e encargos para suprir os gastos com o destino final das lamas próprias.

### 22.2 Reconciliação entre a taxa normal e a taxa efetiva de imposto

	31.12.2011	31.12.2010
Resultado antes de impostos	6.441.846	2.084.000
Variações patrimoniais positivas	459.452	2.093.339
1)	6.901.298	4.177.339
Outros acréscimos e deduções	4.537.054	2.004.677
2)	4.537.054	2.004.677
Lucro Tributável 1) + 2)	11.438.352	6.182.016
Matéria coletável até € 12.500	12.500	12.500
Matéria coletável acima de € 12.500	11.425.852	6.169.516
Imposto à taxa + derrama: 14%	1.750	1.750
Imposto à taxa normal + derrama: 26,5%	3.027.851	1.634.922
Derrama estadual: 2,5%	235.959	104.550
Tributação autónoma	6.544	9.322
Total do imposto	3.272.104	1.750.544
Total do imposto IFRS	3.272.104	1.750.544
Taxa efectiva de imposto	28,61%	28,32%

As variações patrimoniais positivas resultam da não-aceitação pela administração fiscal das amortizações do investimento futuro.

Relativamente aos outros acréscimos e deduções estão consideradas as provisões não dedutíveis relativas às dívidas dos Municípios, a provisão para outros riscos e encargos para suprir os gastos com o destino final das lamas próprias e os acréscimos de gastos do investimento contratual.

### 22.3 Prejuízos fiscais

Não existem perdas fiscais não usadas e créditos fiscais não usados, existem diferenças temporárias dedutíveis relativamente as quais existem ativos por impostos diferidos reconhecidos no balanço.

### 22.4 Diferimento Fiscal dos efeitos da transição contabilística pelo prazo remanescente da Concessão

No decorrer de um Pedido de Informação Vinculativo (PIV) submetido pelo Grupo AdP, foi entendimento das autoridades fiscais que os acréscimos de gastos do investimento contratual deixassem de ser fiscalmente aceites com a extinção do POC, e consequentemente da Diretriz Contabilística n.º 4, e, a sua substituição pelas normas internacionais de contabilidade (IFRS/IAS). Saliente-se que a prática contabilística se mantém inalterada, tendo em conta o enquadramento contabilístico e regulatório a que a Águas de Santo André, SA está vinculada.

As alterações que resultaram do facto anteriormente descrito foram contabilizadas retrospectivamente, conforme preconizado nas normas, tendo as empresas aplicado o regime transitório previsto no artigo 5º do Decreto-Lei n.º 159/2009, de 13 de Julho. O regime transitório prevê que os efeitos nos capitais próprios decorrentes da adoção do novo normativo (IFRS), que sejam considerados fiscalmente relevantes nos termos do Código do IRC e respetiva legislação complementar, concorrem, em partes iguais, para a formação do lucro tributável do primeiro período de tributação (exercício de 2010) e dos quatro períodos de tributação seguintes.

A Águas de Santo André, SA, é de opinião que este entendimento coloca em causa o princípio de balanceamento dos rendimentos (tarifas) e dos gastos (incorridos e a incorrer), na medida em que, durante o prazo de vigência dos contratos de concessão celebrados com o Estado Português, não se justifica que as Concessionárias tenham de pagar impostos nos próximos 5 exercícios respeitantes a períodos de tributação anteriores, dentro de um horizonte temporal que excede claramente os 5 exercícios.

Neste contexto, a AdP - Águas de Portugal, SGPS, SA, procedeu à entrega de uma exposição em 5 de Abril de 2011 junto da DGCI com conhecimento dos Ministérios das Finanças e do Ambiente, solicitando que as correções retroativas decorrentes da alteração das políticas contabilísticas devam concorrer, em partes iguais, para a formação do lucro tributável ao longo do período remanescente da concessão, uma vez que é esse o período temporal fiscalmente relevante para efeitos contabilísticos e fiscais, tutelando assim as legítimas expectativas criadas sem por em causa a sustentabilidade económica e financeira dos Sistemas Multimunicipais, onde se enquadra a Águas de Santo André, SA.

Assim, este foi o procedimento adotado pela Águas de Santo André, SA, nos seus registos contabilísticos, bem como no Modelo 22 (IRC).

Atualmente o Grupo Águas de Portugal encontra-se a aguardar resposta por parte das autoridades fiscais do pedido de diferimento dos efeitos fiscais da transição para IFRS não em 5 anos (como definido no decreto lei que regula esta matéria), mas pelo remanescente do prazo da concessão.

Caso a resposta das autoridades fiscais seja negativa, a empresa incorre numa coima máxima de 15.000 Euros e juros compensatórios calculados até à data de 31 de Dezembro de 2011 no montante de 10.475,30 Euros.

## 23 Vendas e prestação de serviços

### 23.1 Vendas

	31.12.2011	31.12.2010
Vendas	6.144.938	5.652.451
	6.144.938	5.652.451

A variação verificada deve-se essencialmente ao aumento da faturação a um novo cliente de Água Industrial, uma vez que a tarifa não sofreu qualquer alteração face ao ano anterior.

### 23.2 Prestação de serviços

	31.12.2011	31.12.2010
Prestação de serviços a municípios	671.350	642.063
Prestação de serviços a particulares	5.605.566	3.539.979
	6.276.917	4.182.042

A variação verificada deve-se ao aumento da faturação aos clientes da ZILS e a um novo cliente de Água Residual Industrial e Salina conjugado com o aumento das tarifas da Classe I e II da ARI face ao ano anterior e ao reconhecimento dos rendimentos diferidos de Resíduos.

## 24 Custo das vendas

	31.12.2011	31.12.2010
CMVMC - Mercadorias	-	-
CMVMC – Matérias-primas	261.409	105.545
CMVMC - Matérias subsidiárias	6.649	6.279
CMVMC - Diversos	85.344	68.408
	353.401	180.231
TPE	0	-9.062
	353.401	171.169

O custo das vendas compreende todos os custos de compra, de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e sua condição, designadamente contadores, material hidráulico, tubagem e outros.

## 25 Fornecimentos e serviços externos

	31.12.2011	31.12.2010
Trabalhos especializados	2.030.377	2.102.114
Energia	789.884	613.603
Comunicação	184.832	151.203
Outros FSE's	2.808.138	1.064.492
Correcções relativas a exercícios anteriores	1.229	3.074
	5.814.459	3.934.487
FSE's capitalizados	-4.413	-18.545
	5.810.046	3.915.942

A variação mais significativa verifica-se na rubrica outros FSE's, resultante dos serviços contratados no âmbito da intervenção da AdSA no sistema de pré-tratamento de um cliente. Por forma garantir resposta ao cliente adotaram-se algumas medidas estratégicas nomeadamente, a realização de um plano de avaliação e gestão de riscos ambientais decorrentes da referida paragem no pré-tratamento da Refinaria; desenvolvimento de um programa de monitorização do ambiente marinho, junto e na envolvente do Emissário submarino, com o objetivo de avaliar o impacte ambiental da descarga das ETAR de Ribeira de Moinhos; realização de ações de sensibilização junto dos utilizadores do subsistema de Águas Residuais.

## 26 Gastos com pessoal

	31.12.2011	31.12.2010
Remunerações	1.464.909	1.632.723
Encargos sociais sobre remunerações	321.003	338.733
Outros custos com pessoal	196.790	192.418
Correcções relativas a exercícios anteriores	0	0
	<b>1.982.703</b>	<b>2.163.874</b>
Gastos com pessoal capitalizados		0
	<b>1.982.703</b>	<b>2.163.874</b>

A redução verificada deve-se ao cumprimento, pelas empresas públicas e equiparadas, das medidas de contenção das despesas previstas na Lei nº 12-A/2010, de 30 de junho, Lei nº 55-A/2010, de 31 de dezembro e Lei nº 64-B/2011, de 30 de dezembro.

### 26.1 Quadro de pessoal

Número médio de colaboradores durante o período	31.12.2011	31.12.2010
Órgãos sociais	3	3
Trabalhadores efectivos e outros	71	67
	<b>74</b>	<b>70</b>

Número de colaboradores a 31 de Dezembro	31.12.2011	31.12.2010
Órgãos sociais	3	3
Trabalhadores efectivos e outros	71	72
	<b>74</b>	<b>75</b>

## 27 Depreciações, amortizações e reversões do exercício

	31.12.2011	31.12.2010
Depreciação de propriedades de investimento	-	-
Amortizações de ativos intangíveis	2.790.257	2.828.584
Acréscimos de custos do investimento contratual	1.177.496	1.148.484
Reversões de amortizações de ativos intangíveis	-	-
	<b>3.967.753</b>	<b>3.977.068</b>

## 28 Provisões e reversões do exercício

	31.12.2011	31.12.2010
Provisões para processos judiciais	-	-
Provisões para acidentes de trabalho	-	-
Provisões para riscos e encargos	2.172.245	-
	<b>2.172.245</b>	<b>0</b>
Reversões de provisões para processos judiciais	-	-
Reversões de provisões para acidentes de trabalho	-	-
	<b>0</b>	<b>0</b>

## 29 Perdas por imparidade e reversões do exercício

	31.12.2011	31.12.2010
Perdas por imparidade de clientes	1.204.798	855.636
Perdas por imparidade de outros devedores	-	-
	<b>1.204.798</b>	<b>855.636</b>
Reversões de perdas por imparidade	-	-
	<b>-</b>	<b>-</b>

O reforço deve-se essencialmente à faturação de Águas Residuais Urbanas pelos municípios de Sines e de Santiago do Cacem.

## 30 Outros gastos operacionais

	31.12.2011	31.12.2010
Impostos	72.373	52.012
Perdas em inventários	5.773	14.357
Donativos	12.000	2.500
Outros gastos operacionais	25.679	36.585
	<b>115.825</b>	<b>105.455</b>

## 31 Outros rendimentos e ganhos operacionais

	31.12.2011	31.12.2010
Rendimentos suplementares	778.003	560.931
Subsídios à exploração	0	0
Outros rendimentos e ganhos operacionais	6.513.558	764.717
Correções relativas a exercícios anteriores	0	0
	<b>7.291.561</b>	<b>1.325.648</b>

Os rendimentos suplementares dizem respeito à receção de lixiviados.

A variação da rubrica de outros rendimentos e ganhos deve-se à refaturação dos serviços contratados no âmbito da intervenção da AdSA no sistema de pré-tratamento de um cliente e à anulação do acréscimo de gastos relativa ao envio para destino final de lamas próprias.

### 32 Gastos financeiros

	31.12.2011	31.12.2010
Juros suportados	221.443	230.583
Comissões bancárias	2.058	2.018
Outros gastos financeiros	0	0
	<b>223.501</b>	<b>232.601</b>
Gastos financeiros capitalizados	0	0
	<b>223.501</b>	<b>232.601</b>

### 33 Rendimentos financeiros

	31.12.2011	31.12.2010
Juros de mora - Atraso de pagamento de clientes	198.940	159.698
Juros obtidos - Depósitos bancários	236.439	132.203
Outros juros	0	0
	<b>435.378</b>	<b>291.901</b>

A variação deve-se aos juros obtidos de aplicações financeira.

### 34 Transações com entidades relacionadas

	31.12.2011	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2010
	Proveitos	Custos	Proveitos	Custos
AdP SGPS, SA	-	-482.217	-	-339.234
AdP Serviços, SA	-	-306.842	-	-362.057
Aquasis, SA	-	-9.340	-	-18.308
Águas do Norte Alentejano, SA	-	-	-	-2.129
EPAL, SA	-	-18.627	-	-18.223
EGF, SA	-	-	-	-42.388
Águas do Mondego, SA	-	-	13.507	-
Águas Públicas do Alentejo, SA	1.640	-	39.713	-
AdP Energias, SA	98	-2.148	-	-

	31.12.2011	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2010
	Ativos	Passivos	Ativos	Passivos
AdP SGPS, SA	-	-3.655.777	-	-2.587.600
AdP Serviços, SA	-	-34.802	2.625	-75.232
Aquasis, SA	-	-	-	-
Águas do Norte Alentejano, SA	-	-	-	-
EPAL, SA	-	-1.917	-	-1.807
EGF, SA	-	-	-	-34.098
Águas do Mondego, SA	-	-	16.344	-
Águas Públicas do Alentejo, SA	49.799	-	48.053	-
AdP Energias, SA	-	-2.762	-	-

### 35 Compromissos

A Empresa possui assumidos os seguintes compromissos que não se encontram incluídos no Balanço apresentado:

#### a) Contrato de Concessão

Os investimentos reversíveis incluídos no EVEF perfazem 35.180.215,68 Euros, que atualizados à taxa de inflação perfazem 43.962.525 Euros, dos quais 8.853.049,62 Euros já se encontram realizados.

#### b) Contratos de Empreitada e Serviços

No que respeita às empreitadas de construção do Sistema explorado pela empresa, bem como outros serviços, foi celebrado todo um conjunto de contratos, que ascende a € 12.694.350, destacam-se os seguintes:

Fornecedor	Descrição	Valores Por Facturar (€)
Egeo Autovila, SA	Prestação de Serviços para a retirada das lamas industriais confinadas no Aterro de Santo André	9.006.788
Guedol, SA	Empreitada para a Execução do emissário entre a ETAR de Santiago do Cacém e a ETAR da Ribeira dos Moinhos	536.811
Tomás de Oliveira, Lda	Empreitada de Selagem e Recuperação Ambiental das Células de RSI'S e das Células de RSU'S do Aterro de Santo André	440.501
Oikos Construções, SA	Empreitada de Remodelação da Estação Elevatória EE-ZIP-3 e Construção da Nova Estação Elevatória EE-ZIP-3-S	344.059
Aquino Construções, SA	Empreitada de Remodelação e Reforço da Capacidade de Transporte de Efluentes Industriais e Salinos entre a Estação Elevatória ZIP3 e a ETAR de Ribeira de Moinhos	279.882
Oikos Construções, SA	Empreitada Obras de Reforço do Abastecimento de Água Industrial à ZILS - Fase I	264.749
Babcock & Wilcox, SA	Aquisição de um Sistema de Pré-Oxidação para a ETA de Morgavel	207.373
Joaquim Ângelo da Silva, SA	Empreitada para Reparação do Emissário Submarino	135.097
		<b>11.215.260</b>

## 36 Ativos e passivos contingentes

### 36.1 Garantias prestadas

Garantia bancária nº 0731.005245.193, sobre o Banco Caixa Geral de Depósitos, no valor de 10.000 Euros a favor da SPER – Sociedade Portuguesa para a Construção e Exploração Rodoviária, SA, para o cumprimento de obrigações contratuais emergentes do contrato da empreitada “Remodelação da capacidade de transporte de efluentes industriais entre a EE ZIP3 e a ETAR de Ribeira de Moinhos”;

Garantia bancária nº 0731.005246.993, sobre o Banco Caixa Geral de Depósitos, no valor de 10.000 Euros a favor da SPER – Sociedade Portuguesa para a Construção e Exploração Rodoviária, SA, para o cumprimento de obrigações contratuais emergentes do contrato da empreitada “Abastecimento de água industrial à Refinaria da Petrolgal – Lanço F/Sines-Santo André”;

Garantia bancária nº 288-43.000040-7, sobre a Caixa Económica Montepio Geral, no valor de 238.770 Euros a favor da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, para o cumprimento das condições impostas na licença da operação de deposição de resíduos no Aterro de resíduos não perigosos (Resíduos industriais) de Santo André.

### 36.2 Processos judiciais

A Empresa tem ações a correr em tribunal já devidamente contestadas:

- Processo nº 101/09.0 BEBJA – Município de Santiago do Cacem, referente à Ação Administrativa Comum em Processo Ordinário no valor de 87.605,44 Euros.
- Processo nº 102/09.8 BEBJA – Município de Sines, referente à Ação Administrativa Comum em Processo Ordinário no valor de 128.450,69 Euros.
- Processo nº 231/09.8 BEBJA – Município de Sines, referente à Ação Administrativa Comum em Processo Ordinário no valor de 359.200,72 Euros.
- Processo nº 232/09.6 BEBJA – Município de Santiago do Cacem, referente à Ação Administrativa Comum em Processo Ordinário no valor de 101.426,95 Euros.
- Processo nº 429/09.9 BEBJA – Município de Santiago do Cacem, referente à Ação Administrativa Comum em Processo Ordinário no valor de 109.719,44 Euros.
- Processo nº 428/09.0 BEBJA – Município de Sines, referente à Ação Administrativa Comum em Processo Ordinário no valor de 247.082,83 Euros.
- Processo nº 171/10.8 BEBJA – Município de Santiago do Cacem, referente à Ação Administrativa Comum em Processo Ordinário no valor de 127.518,02 Euros.
- Processo nº 172/10.6 BEBJA – Município de Sines, referente à Ação Administrativa Comum em Processo Ordinário no valor de 206.619,09 Euros.
- Processo nº 396/10.6 BEBJA – Município de Sines, referente à Ação Administrativa Comum em Processo Ordinário no valor de 301.566,34 Euros.

- Processo nº 397/10.4 BEBJA – Município de Santiago do Cacem, referente à Ação Administrativa Comum em Processo Ordinário no valor de 142.910,18 Euros.

- Processo nº 133/10.8 BEBJA – Município de Santiago do Cacem, referente à Ação Administrativa Comum em Processo Ordinário no valor de 119.666,74 Euros.

- Processo nº 134/11.6 BEBJA – Município de Sines, referente à Ação Administrativa Comum em Processo Ordinário no valor de 228.237,26 Euros.

- Processo nº 294/11.6 BEBJA – Município de Sines, referente à Ação Administrativa Comum em Processo Ordinário no valor de 122.884,33 Euros.

- Processo nº 293/10.8 BEBJA – Município de Santiago do Cacem, referente à Ação Administrativa Comum em Processo Ordinário no valor de 227.371,92 Euros.

- Processo nº 166442/10.7 YIPRT – MEDOC, referente ao processo de injunção no valor de 5.319,42 Euros.

- Processo nº 3/11.0 T2SNS – Ricardo Jorge Chester Correia Marcelino, referente a Ação de Impugnação Jud. Regul. e Licitude do Despedimento, sem Valor.

Neste último processo a Empresa entende que não são devidos nem exigíveis quaisquer quantias, pelo que não se constituiu qualquer provisão para o efeito.

### 37 Informações exigidas por diplomas legais

Artº.397º. do Código das Sociedades Comerciais

Relativamente aos seus administradores, a sociedade AdSA, S.A., não lhes concedeu quaisquer empréstimos ou créditos, não efetuou pagamentos por conta deles, não prestou garantias a obrigações por eles contraídas e não lhes facultou quaisquer adiantamentos a remunerações. Também não foram celebrados quaisquer contratos entre a sociedade e os seus administradores, diretamente ou por pessoa interposta.

Artº.324 do do Código das Sociedades Comerciais

A sociedade AdSA, S.A., não possuiu quaisquer ações próprias e nem efetuou até ao momento qualquer negócio que envolvesse títulos desta natureza.

Artº 21º do Decreto-Lei nº.411/91 de 17 de setembro,

Declara-se que não existem dívidas em mora da Empresa ao Setor Público Estatal, nem à Segurança Social, e que os saldos contabilizados em 31 de dezembro de 2011, correspondem à retenção na fonte, descontos e contribuições, referentes a dezembro, e cujo pagamento se efetuará em janeiro do ano seguinte.

### 38 Rendimento garantido

	31.12.2011	31.12.2010	31.10.2010
Capital social realizado	1.000.000	1.000.000	500.000
Reserva legal	271.578	196.561	196.561
Base de incidência	1.271.578	1.196.561	696.561
Taxa de juro OT	10,24%	3,73%	3,73%
Spread 3pp	3,00%	3,00%	3,00%
	13,24%	6,73%	6,73%
Remuneração acionista do ano	168.357	13.421	39.065

Remuneração em dívida	
Ano 2001	5.250
Ano 2002	35.000
Dividendos pagos	-40.250
Ano 2003	37.929
Dividendos pagos	-37.929
Ano 2004	36.400
Dividendos pagos	-36.400
Ano 2005	17.648
Dividendos pagos	-17.648
Ano 2006	37.849
Ano 2007	0
Dividendos pagos	-37.849
Ano 2008	1.103.228
Ano 2009	49.177
Dividendos pagos	-92.731
Ano 2010	52.487
Dividendos pagos	-101.664
Ano 2011	168.357
<b>Em dívida 1.178.854</b>	

### 39 Eventos subsequentes

Dívidas das autarquias locais ao sector da água, saneamento e resíduos (Lei nº 64-B/2011 de 30 de dezembro, Orçamento de Estado para 2012)

O Orçamento de Estado para 2012, no nº 1 do artigo 58º estabelece que as autarquias locais que tenham dívidas vencidas às entidades gestoras dos sistemas multimunicipais do sector da água, do saneamento básico e dos resíduos devem apresentar até ao dia 15 de Fevereiro, ao ministério da tutela setorial, as condições de regularização dos respetivos débitos.

Para esse efeito o Grupo AdP, através da holding, informou os Senhores Ministros da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território e do Estado e das Finanças, das dívidas vencidas e totais dos Municípios às empresas do Grupo Águas de Portugal, onde se encontram as devidas a esta empresa, bem como de uma proposta com as condições por ora praticadas pelas empresas do Grupo nos casos em que existem dívidas vencidas e sobre as quais já foram firmados acordos de pagamento que se encontram em integral cumprimento, e que incluem entre outros, os seguintes pressupostos:

- pagamento regular e dentro dos prazos fixados do serviço regular contratualizado;
- pagamento da dívida apurada a 31 de dezembro de 2011, num prazo máximo que equivale ao dobro dos meses em atraso;
- pagamento de juros financeiros calculados com base na média das taxas de juro bancário, para operações de curto prazo, praticadas pelas instituições bancárias comerciais com quem a empresa tem em vigor contratos de financiamento;
- as prestações a definir no plano de pagamentos serão pagas através de transferência bancária;

- o atraso no pagamento das prestações definidas no plano de pagamentos, por um período superior a 60 dias, equivale ao incumprimento total do presente acordo e confere o direito ao recebimento das prestações vencidas e vincendas; e

- autorização para que possam ser cedidos os créditos previstos e reconhecidos nos acordo, no todo ou em parte, a terceiros.

Na presente data, e tanto quanto é do nosso conhecimento, essa proposta de recuperação das dívidas está em discussão entre o Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território e a ANMP, de modo a que a proposta final permita comprometer decisivamente as Autarquias Locais a esses Planos de Recuperação de Dívidas.

Ainda que não existam acordos assinados, a 31 de Dezembro de 2011 os municípios que apresentam dívidas vencidas são:

- Município de Santiago do Cacem

- Município de Sines

A 31 de Dezembro de 2011 a empresa tem acordo assinado com um município com dívida vencida, no entanto este acordo já se encontra em situação de incumprimento:

- Município de Santiago do Cacem

Em Fevereiro de 2011, o Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território, na qualidade de Concedente dos sistemas multimunicipais de abastecimento, saneamento e de valorização e tratamento de resíduos, remeteu uma carta solicitando à AdP – Águas de Portugal, SGPS, SA que, enquanto acionista maioritário das entidades gestoras destes sistemas, promova os estudos necessários e apresente ao concedente uma proposta de revisão dos contratos de concessão relativamente aos quais se verifiquem alterações com impacto relevante no equilíbrio financeiro das concessionárias.

A AdSA elaborou um EVEF específico para estabelecer um contrato com o cliente Petrogal em função das suas especificidades, que se encontra em análise pela AdP – SGPS, SA.

Atualmente o EVEF em vigor é o de 2001, pretendendo a AdSA elaborar um novo EVEF de acordo com a clarificação do posicionamento institucional da AdSA, do foco na sua vocação para uma empresa de serviços ambientais para a região, assumindo definitivamente a vocação para os fins para estiveram na base da sua criação.

O Conselho de Administração,

Dr. Joaquim Marques Ferreira  
(Presidente)

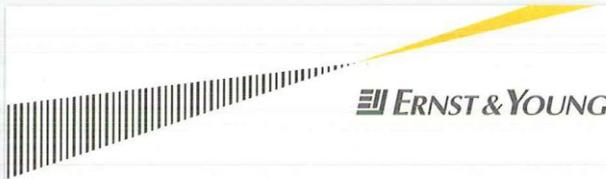
Dr. Octávio Romeu dos Santos Almeida  
(Administrador Executivo)

Eng.º João Manuel da Silva Costa  
(Vogal)

O Técnico Oficial de Contas,

Dra. Branca Gabriela Malho Lima

## Relatório e Parecer do Fiscal Único



**Ernst & Young**  
Audit & Associados - SROC, S.A.  
Avenida da República, 90-6º  
1600-206 Lisboa  
Portugal  
Tel: +351 217 912 000  
Fax: +351 217 957 586  
www.ey.com

**Relatório e Parecer do Fiscal Único**

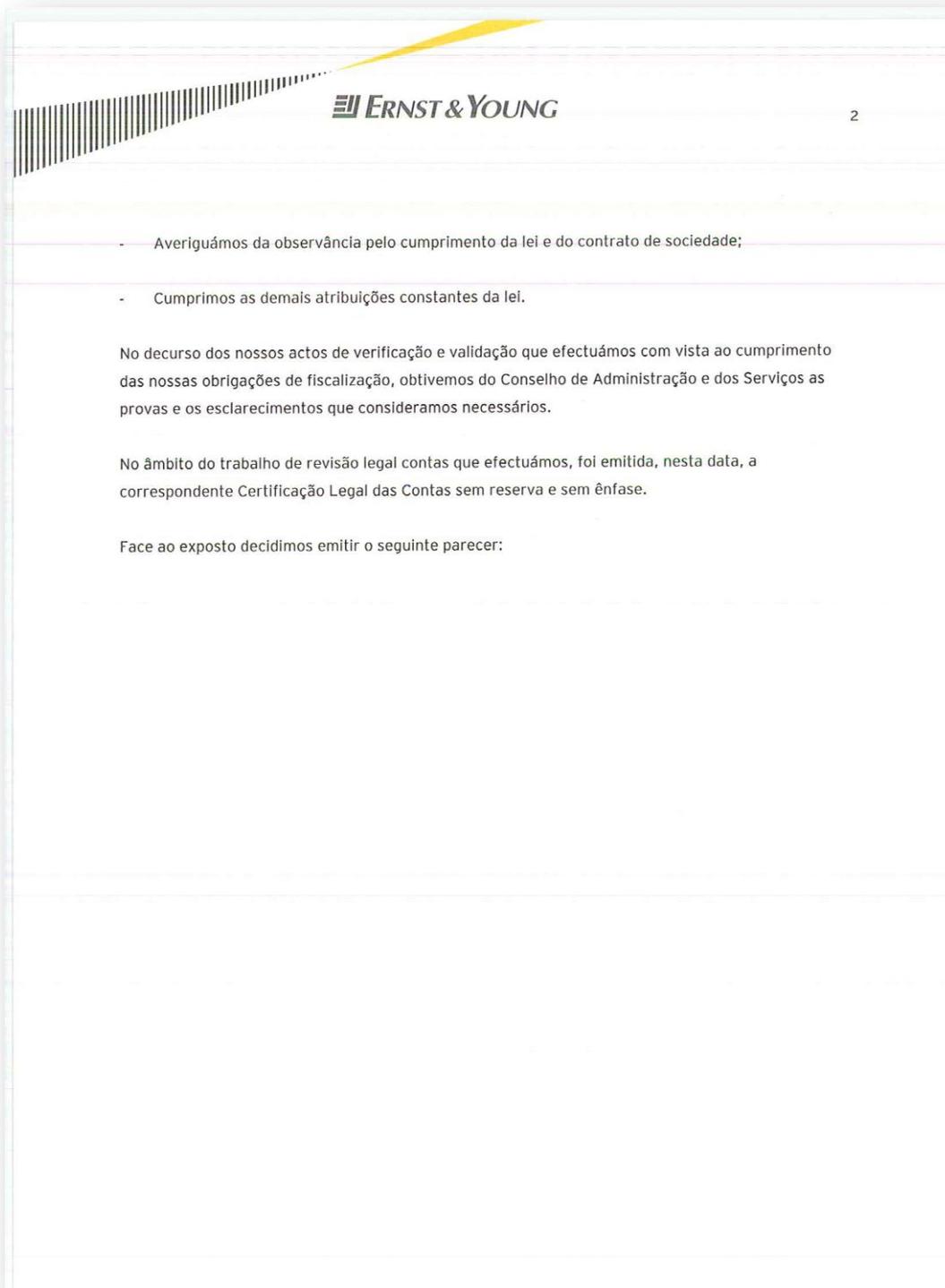
Senhores Accionistas,

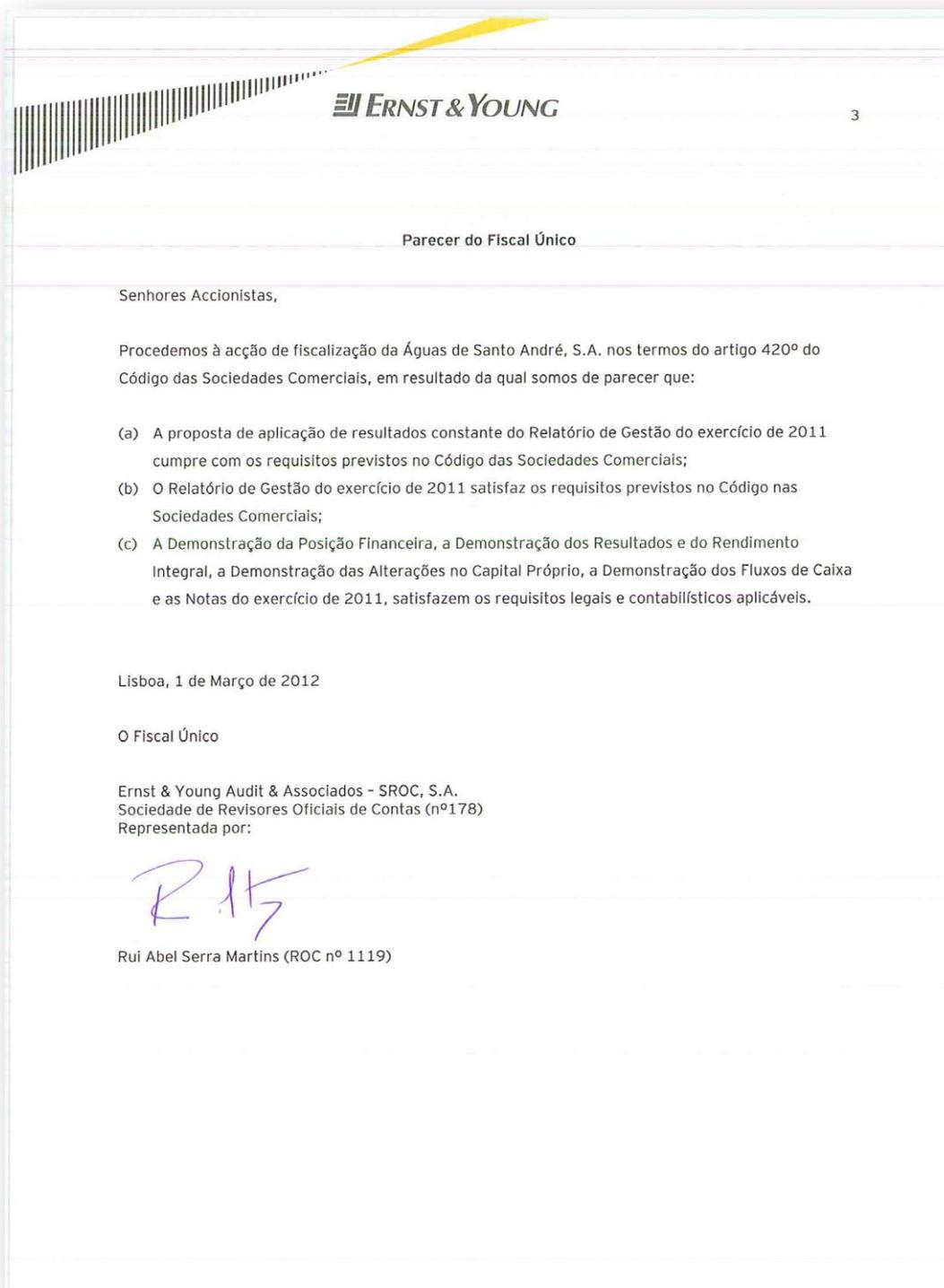
Em cumprimento do disposto na alínea g) do artº. 420 do Código das Sociedades Comerciais, compete-nos emitir o relatório anual sobre a nossa acção fiscalizadora e dar parecer sobre o Relatório de gestão, as Demonstrações financeiras e a proposta de aplicação de resultados apresentados pelo Conselho de Administração de Águas de Santo André, S.A., referente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2011.

No decurso do exercício, acompanhámos a actividade da empresa tendo efectuado os seguintes procedimentos:

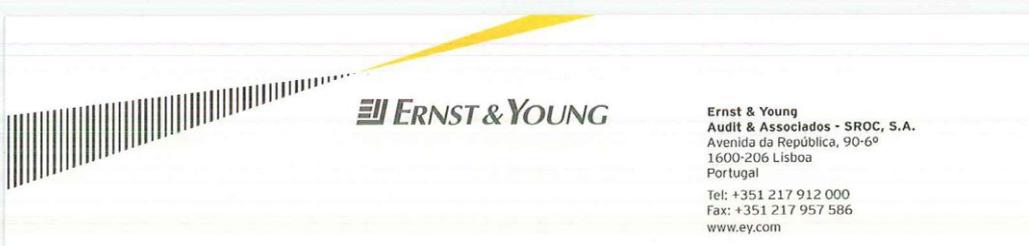
- Verificámos, com a extensão considerada necessária, os registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte;
- Verificámos, quando julgámos conveniente, da forma que julgámos adequada e na extensão considerada apropriada, a existência de bens ou valores pertencentes à sociedade ou por ela recebidos em garantia, depósito ou outro título;
- Verificámos a adequacidade dos documentos de prestação de contas;
- Verificámos que as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados, as quais incluem as decorrentes da adopção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia, conduzem a uma adequada apresentação do património e dos resultados da sociedade;
- Fiscalizámos a eficácia do sistema de gestão de riscos, dos sistema de controlo interno e do sistema de auditoria interna;
- Confirmámos que o Relatório de gestão, a Demonstração da Posição Financeira, a Demonstração dos Resultados e do Rendimento Integral, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e as Notas, satisfazem os requisitos legais e reflectem a posição dos registos contabilísticos no final do exercício;

Sociedade Anónima - Capital Social 1.105.000 euros - Inscrição n.º 178 na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas - Inscrição N.º 9011 na CMVM  
Contribuinte 505 989 283 - C. R. Comercial de Lisboa sob o mesmo número - A member firm of Ernst & Young Global Limited





## Certificação Legal das Contas



**Ernst & Young**  
Audit & Associados - SROC, S.A.  
Avenida da República, 90-6º  
1600-206 Lisboa  
Portugal  
Tel: +351 217 912 000  
Fax: +351 217 957 586  
www.ey.com

**Certificação Legal das Contas**

**Introdução**

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas de Águas de Santo André, S.A., as quais compreendem a Demonstração da Posição Financeira em 31 de Dezembro de 2011 (que evidencia um total de 81.181.712 Euros e um total de capital próprio de 7.050.268 Euros, incluindo um resultado líquido de 4.698.183 Euros), a Demonstração dos Resultados e do Rendimento Integral, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data, e as Notas.

**Responsabilidades**

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

**Âmbito**

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
  - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;

Sociedade Anónima - Capital Social 1.105.000 euros - Inscrição n.º 178 na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas - Inscrição N.º 9011 na CMVM  
Contribuinte 505 988 283 - C. R. Comercial de Lisboa sob o mesmo número - A member firm of Ernst & Young Global Limited

